



ESTADO
DE
ALAGOAS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - **SEPLAN/AL**
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO - **FIPLAN/AL**
INSTITUTO DE INFORMÁTICA - **IFOR/AL**
INSTITUTO DE PROGRAMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL - **IPES/AL**

ANÁLISE



CONJUNTURAL

Nº 5

N. 2

1980

V.6 Sme 2

1980

33(813.5)
F977a
195
ex.01

ECONOMIA ALAGOANA

ANÁLISE CONJUNTURAL

1980

ELABORADO EM CONVÊNIO COM A SUPERINTENDÊNCIA
DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE -

2º SEMESTRE

ANÁLISE CONJUNTURAL-ECONOMIA ALAGOANA	MACEIÓ	V-6	1981
---------------------------------------	--------	-----	------

Governador do Estado
GUILHERME PALMEIRA

Vice Governador
THEOBALDO BARBOSA

Secretário de Planejamento
EVILASIO SORIANO DE CERQUEIRA

Secretário de Administração
ANTÔNIO GUEDES AMARAL

Secretário da Fazenda
JOSE THOMAZ DA SILVA NONÔ NETO

Secretário de Agricultura
NELSON SIMÕES COSTA

Secretário de Indústria e Comércio
LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO

Secretário de Educação e Cultura
JOSE MEDEIROS

Secretário do Trabalho e Ação Social
FERNANDO DÂMASO SAMPAIO

Secretário de Saúde e Serviço Social
JOSE BERNARDES NETO

Secretário de Viação e Obras Públicas
JOSE BANDEIRA DE MEDEIROS

Secretário de Segurança Pública
JOSE DO AZEVEDO AMARAL

Secretário para Assuntos do Gabinete Civil
HUMBERTO DE ARAÚJO CAVALCANTE

Secretário Extraordinário de Articulação com o
Governo Federal
JOSE ALVES DE OLIVEIRA

Gabinete Militar
Cel. NELSON AUGUSTO DO NASCIMENTO

Comandante da Polícia Militar
Cel. JOSE DE ALMEIDA

Procurador Geral do Estado
CARLOS GUIDO FERRARIO LÔBO

Procurador Judicial
MARCOS BERNARDES MELLO

Consultor Geral do Estado
LUIZ DE GONZAGA MENDES DE BARROS

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
- F I P L A N -

Presidente: EVILÁSIO SORIANO DE CERQUEIRA
Coordenação Geral: CARLOS MAURÍCIO BARROS DE GOES
Assessoria Técnica: MARTHA CÉLIA VASCONCELLOS BERNARDES

Instituto de Programação Econômica e Social

JOSE CÂNDIDO DO NASCIMENTO
- Coordenador -

Instituto de Informática

ELISABETH CARDOSO DE LIMA
- Coordenador -

EQUIPE TÉCNICA:

Adelmo Mota Mendonça
Herbert Glisson Falcão dos Santos
Marcelo Medeiros de Santana
Hélio Bartolomeu Paraíso de Carvalho

Auxiliares de Estatística:

Edcléia Maria Leocádio
Lígia Maria Mendonça Porto

Programação Gráfica: Paulo José Guimarães dos Santos
Mecanografia: Edleusa Clarindo Silva Meneses

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO

1. VISÃO GLOBAL

2. VISÃO SETORIAL

2.1 - SETOR AGROPECUÁRIO

- a - Aspectos Gerais do Setor
- b - Previsão de Safra

2.2 - SETOR INDUSTRIAL

- a - Aspectos Gerais

- b - Indústria de Transformação

- b.1 - Consumo Industrial de Energia

- b.2 - Arrecadação do IPI

- b.3 - Produção de Produtos Químicos

- b.4 - Produção da Indústria Química

- c - Indústria de Construção Civil

2.3 - SETOR SERVIÇOS

- a - Aspectos Gerais do Setor

- b - Comércio Externo

- b.1 - Exportação por Longo Curso

- b.2 - Importação por Longo Curso

- c - Comércio Interno

- c.1 - Exportação por Cabotagem

- c.2 - Importação por Cabotagem

d - Transportes

 d.1 - Transporte Marítimo

 d.2 - Transporte Aéreo

e - Energia Elétrica

f - Receita Tributária Federal

g - Receita Tributária Estadual

h - Receita Tributária Municipal

i - Solvências

j - Emprego

3 - ANEXOS

4 - ESTUDOS ESPECIAIS

Padrão do Consumo da População de Baixa
Renda em Maceió.

ANÁLISE CONJUNTURAL-ECONOMIA ALAGOANA
Fundação Instituto de Planejamento de Alagoas
- FIPLAN/AL -
Instituto de Informática - IFOR
Instituto de Programação Econômica e Social
- IPES -
Rua Cincinato Pinto, 503 - Centro
57.000 - Maceió - Alagoas
Telefones: 223-3910, 223-3057 e 223-3071
Telex: (082) 198

Permitida a Reprodução Total ou Parcial
desta Publicação desde que seja citada
a Fonte.

O presente trabalho, denominado
"Análise conjuntural da Economia Alagoana
no período de 1980", resulta do trabalho conjunto das
Secretarias de Acompanhamento e Análise Conjuntural que têm
até o momento servido através da Secretaria de Planejamento
e do Instituto de Planejamento conjuntamente com
a Companhia de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE,
o maior fundo comunitário das atividades de Planejamento
do Estado.

Objetivava-se, aqui, organizar e analisar
o lugar das principais indicações das atividades
de Planejamento no Estado, oferecendo ao leitor informações de
interesse sobre o desempenho da economia alagoana.

Assim, o trabalho faz parte de um projeto
"Padrão de Consumo da População de Baixa Re-
sistência" que representa os primeiros resultados
de uma pesquisa que a Secretaria de Planejamento vem, desde
o Instituto de Planejamento, desenvolvendo
com e, em, captação de informações socioeconómicas
e estatística de abrangência de Planejamento.

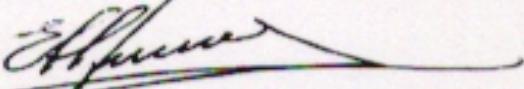
~~ESTUDO SOBRE O CONSUMO~~

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho demonstra numa visão conjuntural, o comportamento da Economia Alagoana no período de 1980, dando-se assim, prosseguimento aos trabalhos de Acompanhamento e Análise Conjuntural que vêm sendo desenvolvidos através da Secretaria de Planejamento e da Fundação Instituto de Planejamento conjuntamente com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, no sentido do maior fortalecimento das atividades de Planejamento no Estado.

Objetiva-se, aqui, organizar, analisar e divulgar os principais indicadores das atividades produtivas do Estado, oferecendo ao usuário, informações de curto prazo, sobre o comportamento da Economia Estadual.

Inclui-se aqui um estudo preliminar sobre o Padrão de Consumo da População de Baixa Renda de Maceió, o que representa os primeiros resultados de mais um esforço que a Secretaria de Planejamento vem, através da Fundação Instituto de Planejamento, desenvolvendo no sentido da geração e, ou, captação de Informações Sócio-Econômicas necessárias as atividades de Planejamento.



EUSTÁQUIO SOTÁNO DE CERQUEIRA
Secretário de Planejamento

1. VISÃO GLOBAL

Baseando-se principalmente em indicadores indiretos, pode-se dizer que no ano de 1980 a Economia Alagoana apresentou resultados diretamente superiores à 1979. De fato, os setores Indústria e Serviços apresentaram bons resultados, enquanto o setor Agropecuário não repetiu performances anteriores.

Os resultados apresentados pelo setor Agropecuário Alagoano, no período analisado, foram bastante inferiores ao período próximo passado. Assim as principais culturas ~~atualizadas~~ reduziram sua produção em relação ao ano anterior. O feijão e o milho apresentaram queda de produção em torno de 80%, o algodão herbáceo e a mandioca caíram 36% e 25% respectivamente, e a cana-de-açúcar reduziu sua produção em 1%. Configurando-se assim, o fraco desempenho do setor em 1980.

Já o setor Indústria, apresentou uma significativa evolução comparando-se 79 e 80. A indústria de transformação, baseando-se a análise em indicadores indiretos, evoluiu bastante. Isto porque o consumo industrial de energia elétrica evoluiu 11,6% e o ramo químico também apresentou evolução no seu nível de produção, com destaque para o dicloretano, que cresceu em relação ao período anterior 187,4%.

O sub-setor "Construção Civil" também apresentou comportamento ascensional. A produção e o consumo aparente de cimento evoluíram 12,9% e 11,6% respectivamente e a concessão de licença para construir elevou-se em 22,6%.

E, finalmente o setor Servi-

O setor de comércio e serviços manteve um desempenho equilibrado. As exportações por longo curso e cabotagem evoluíram em termos quantitativos 6,6% e 30,1% respectivamente, enquanto que a Receita Tributária Estadual estabilizou-se, apresentando um pequeno decréscimo de 0,3% em termos reais, enquanto a Receita Tributária Municipal cresceu 20%.

Por sua vez, o sub-setor Comércio apresentou através de seus principais indicadores um quadro também estável. Os Cadastros Negativos mantiveram o mesmo comportamento verificado em 79, as informações solicitadas cresceram 30,4%. Quanto ao mercado de trabalho observou-se uma redução na quantidade de admitidos, um decréscimo de 22,5% nas demissões e o primeiro emprego reduziu-se em 2,8%.

A indústria manteve um desempenho estável, apresentando um resultado de saída e re-entrada, operacionais obtevendo um resultado positivo e um resultado negativo de 2,1% reais, significativa diminuição, apesar da elevação do custo de produção que superou 100%.

As empresas "comuns" obtiveram o

resultado A indústria obteve resultados médios "intermediários" de 20,5% positivos obtendo obter resultados positivos e resultados negativos que superaram a estimativa de 20,5% no entanto, todos os resultados

2. VISÃO SETORIAL

2.1 - SETOR AGROPECUÁRIO

Uma das principais caracterís ticas do setor primário da economia alagoana, e mais espe cificamente do sub-setor lavouras, é, sem dúvida, a signifi cativa diferenciação entre a lavoura canavieira (cultura que serve de base a indústria açucareira estando portanto direcionada para exportação) e as culturas responsáveis pelo abastecimento interno (culturas alimentares).

Inúmeras causas poderiam ser relacionadas como responsáveis pela diferença existente no setor primário. Entretanto, pode-se no momento, destacar co mo causas fundamentais desta diferenciação, a relativa im portância do setor canavieiro como captador de divisas para fazer frente a uma dívida externa ascendente, bem como a própria colocação do setor como alternativa energética a través do álcool.

Estas duas principais possibi lidades do setor canavieiro, gerar divisas e produzir ener gia alternativa, colocam-no numa posição de nítida superio ridade se o compararmos com o setor produtor de alimentos.

Enquanto no setor canavieiro observa-se uma certa facilidade na obtenção de crédito, na difusão da técnica e segurança quanto à comercialização, o quadro no setor produtor de alimentos é bastante diferenci ado. Aí, o que se vê é um baixíssimo nível da utilização de tecnologia, problemas efetivos de comercialização, di ficultades para obtenção de crédito, acréscimos de produção fundamentados quase sempre na expansão da área de cultivo, enfim, um quadro que torna cada vez mais estreita a con-

xão entre desempenho e distribuição das chuvas.

b - SAFRA AGRÍCOLA

O desempenho do setor primário alagoano, à partir dos dados referentes à produção agrícola neste ano de 80, efetivamente não foi positivo.

Segundo os dados do GCEA/IBC o resultado apurado para as principais culturas em comparação com o período anterior foi caracteristicamente negativo.

Em termos gerais as culturas alimentícias, tais como feijão, mandioca, milho etc, apresentaram um desempenho bastante negativo. O feijão e o milho por exemplo, reduziram sua produção em torno de 80% cada um. A produção do algodão herbáceo decresceu cerca de 36% em relação ao período anterior. A mandioca reduziu sua produção em torno de 25%. Já o arroz, que vinha ano à an diminuindo sua área de plantio e consequentemente sua produção, apresentou no ano em pauta uma pequena reação, com sua área plantada ampliando-se 6,5% e sua produção elevando-se em cerca de 10%. A própria cana-de-açúcar apresentou um quadro de pequena reversão de expectativas, vez que sua produção reduziu-se 1,1% produto à produto, a situação da lavouras neste ano de 1980, foi a seguinte:

ALGODÃO HERBÁCEO

Com extrema vulnerabilidade aos fatores climáticos, e localizando-se em regiões de intensa irregularidade pluviométrica, o algodão foi um dos produtos que mais se ressentiram da falta de chuvas na região sertaneja. Por conseguinte uma redução na área de

dutividade foram a incidência da cigarrinha; a paralisação temporária dos fornecedores em busca de melhores preços em menor escala a estiagem.

CÔCO DA BAÍA

A produção do côco no ano de 1980 não apresentou redução, fato que vinha ocorrendo nos anos anteriores. Entretanto, ainda se encontra o côco em situação bastante indefinida. Sabe-se que esforços estão sendo desenvolvidos no sentido de se retornar aos níveis anteriores de produção. Mas a principal causa de redução da cultura do côco, a proliferação dos loteamentos nas áreas praianas ainda não foi reduzida.

Por outro lado, a produção de côco que se concentra na região de Piaçabuçu, começa a apresentar declínio na produtividade em função do aparecimento de pragas nos coqueirais.

FUMO

Por conta da estiagem e da má distribuição das escassas chuvas que caíram na região fumageira, a produção do fumo relativa ao ano de 1980 apresentou uma redução de 8,7% na área plantada, e uma redução de 15% na quantidade produzida.

FEIJÃO E MILHO

Tendo como região de concentração de produção os Municípios que compõem o "Sertão Alagoano", o feijão e o milho apresentaram no ano de 1980, um desempenho bastante desfavorável. O feijão, apresentou um decréscimo de produção da ordem de 81,6%, enquanto o milho

dutividade foram a incidência da cigarrinha; a paralisação temporária dos fornecedores em busca de melhores preços em menor escala a estiagem.

CÔCO DA BAÍA

A produção do coco no ano de 1980 não apresentou redução, fato que vinha ocorrendo nos anos anteriores. Entretanto, ainda se encontra o coco em situação bastante indefinida. Sabe-se que esforços estão sendo desenvolvidos no sentido de se retornar aos níveis anteriores de produção. Mas a principal causa de redução da cultura do coco, a proliferação dos loteamentos nas áreas praianas ainda não foi reduzida.

Por outro lado, a produção de coco que se concentra na região de Piaçabuçu, começa a apresentar declínio na produtividade em função do aparecimento de pragas nos coqueirais.

FUMO

Por conta da estiagem e da má distribuição das escassas chuvas que caíram na região fumageira, a produção do fumo relativa ao ano de 1980 apresentou uma redução de 8,7% na área plantada, e uma redução de 15% na quantidade produzida.

FEIJÃO E MILHO

Tendo como região de concentração de produção os Municípios que compõem o "Sertão Alagoano", o feijão e o milho apresentaram no ano de 1980, um desempenho bastante desfavorável. O feijão, apresentou um decréscimo de produção da ordem de 81,6%, enquanto o milho

duziu sua produção também em cerca de 80% em relação ao período anterior.

A principal causa determinante deste comportamento, foi, sem dúvida, a extensa estiagem que se abateu sobre aquela região.

QUADRO I
ESTADO DE ALAGOAS
SAFRA AGRÍCOLA
1979/1980

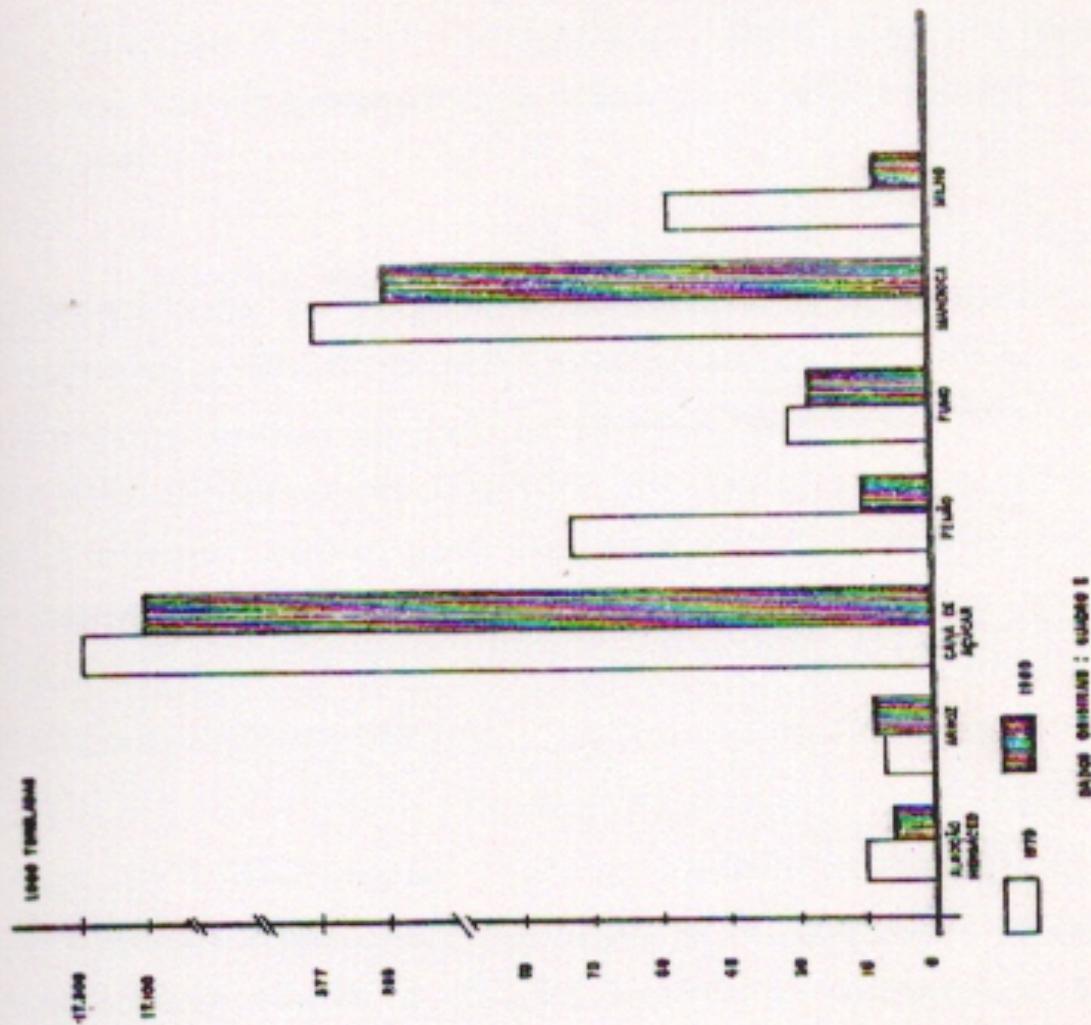
PRODUTOS	ÁREA OCUPADA (Ha)				RENDIMENTO MÉDIO (Ha)			PRODUÇÃO		
	1979	1980	Δ % 80/79	1979	1980	Δ % 79/79	1979	1980	Δ % 80/79	
Algodão arbóreo - ton	300	-	-	0,20	-	-	60	-	-	
Algodão Herbáceo - ton	72.603	52.111	- 28,2	0,21	0,19	- 9,5	15.392	9.797	- 36,4	
Abacaxi - 1.000 frutos	1.000	974	- 2,6	15,16	15,25	0,6	15.158	14.852	- 2,0	
Arroz - ton	6.064	6.459	6,5	2,20	2,27	3,2	13.323	14.680	10,2	
Banana - 1.000 cachos	8.731	10.047	15,1	1,38	1,39	0,7	12.086	13.937	15,3	
Cana-de-Açúcar - ton (*)	329.500	349.059	5,9	52,50	49,00	- 6,7	17.298.750	17.103.907	- 1,1	
Côco da Baía - 1.000 frutos	24.500	25.215	2,9	2,62	2,62	0,0	64.294	66.207	2,9	
Feijão - ton	150.500	78.867	- 67,6	0,54	0,19	- 64,8	81.571	14.982	- 81,6	
Fumo - ton	35.893	32.776	- 8,7	0,90	0,83	- 7,8	32.304	27.198	- 15,8	
Mandioca - ton	37.734	31.854	- 15,6	10,00	9,05	- 9,5	377.340	288.276	- 23,6	
Milho - ton	136.700	31.319	- 75,6	0,43	0,27	- 37,2	58.534	8.832	- 84,9	

(*) Previsão de Safra.

FONTE: CCEA/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS

SARNA AGRÍCOLA - 1974/80



2.2 - SETOR INDUSTRIAL

Tendo como referência básica indicadores da indústria de transformação e da indústria da construção civil, pode-se concluir, que no período 1979/1980, o setor industrial alagoano apresentou um comportamento positivo.

Em termos gerais, a evolução percentual de seus principais indicadores situou-se na faixa de 10%, exceção da "Arrecadação do IPI", que em termos reais apresentou um desempenho bastante inferior ao período imediato passado.

Na indústria de transformação apresentaram-se com resultados positivos, o consumo industrial de energia elétrica com evolução de 11,6% e a produção do sub-setor químico com destaque para o Dicloretano com um percentual de crescimento de 187,4. Já o IPI apresentou uma redução acentuada em sua arrecadação, sendo que as causas determinantes deste comportamento não podem ser relacionadas com nível de desempenho do setor conforme se verá em análise subsequente.

Por sua vez, os indicadores da indústria de construção civil, também apresentaram comportamento ascensional. A produção e o consumo aparente de cimento evoluíram 12,9% e 11,6% respectivamente e a concessão de licença para construir elevou-se em 22,6%.

b - Indústria de Transformação

b-1 - Arrecadação do IPI

Apesar do IPI ter apresentado

uma queda em sua arrecadação de 43,7%, não se pode concluir que tenha havido queda no nível de produção industrial no período 79/80. O que, foi uma redução para zero nas alíquotas do IPI das indústrias químicas, têxtil e gráfica, que em conjunto representavam cerca de 55% do IPI arrecadado no Estado.

Como a medida foi aplicada no mês de julho de 79, e para estas indústrias a defasagem de tempo entre o fato gerador do imposto e seu recolhimento é de 4 ou 5 meses, seu efeito se fez sentir de forma moderada no próprio ano de 1979 e com intensidade total no ano de 1980. Explica-se, portanto, a acentuada queda na arrecadação deste imposto no período considerado.

QUADRO II
ARRECADAÇÃO DO IPI

1979/1980

(Em CR\$ 1.000,00)

VALORES NOMINAIS			VALORES REAIS		
1979	1980	Δ%80/79	1979	1980	Δ%80/79
86.499	97.682	12,9	86.499	48.694	- 43,7

FONTE: Centro de Informações Econômico Fiscais M.F/SUDENE.

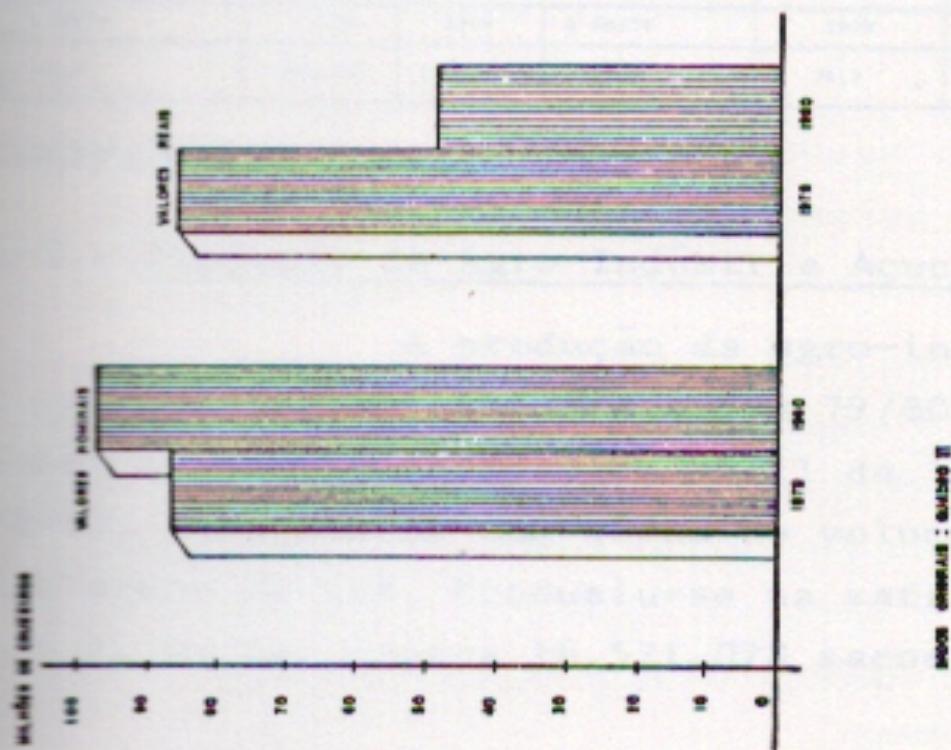
b-2 - Consumo Industrial de Energia Elétrica

O consumo industrial de energia elétrica, é, sem dúvida, outro indicador bastante representativo do desempenho da indústria de transformação.

No período 79/80, este indicador evoluiu cerca de 11,6%, sendo que, a sua participação

ESTADO DE ALAGOAS

BRASILIA (6-18)



O total de energia consumida baixou de 76,7% em 1979 para 72,6% em 1980.

O crescimento verificado no consumo da energia elétrica no setor industrial, relaciona-se diretamente com o aumento observado na produção química industrial, especialmente no ramo produtor de cloro e soda caustica que utiliza com maior intensidade este insumo.

QUADRO III
LEVANTAMENTO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

1979/1980

Consumo (1.000 Kwh)

TOTAL (%)	1979/79	INDUSTRIAL (%)			S/A	S/A
		1979	1980	1979/79		
1.258.423	18,0	823.845	919.850	11,6	76,7	72,6

SOURCE: CEAL/CHESF/SUDENE/IFOR.

b-3 - Produção da Agro-Indústria Açucareira

A produção da agro-indústria açucareira aqui considerada, refere-se a safra 79/80 que teve início em setembro de 1979 e término em abril de 1980. Comparada à safra 78/79, observou-se uma queda no volume de açúcar produzido da ordem de 11%. Produziu-se na safra 78/79 8.749.535 sacos de 60 Kg, contra 16.571.078 sacos de 60 Kg na safra 79/80.

Os principais motivos que determinaram esta redução no "quantum" produzido foram: a escassez de chuvas no início do ano de 1980 aliada à uma infiltração significativa da cigarrinha, além das paralizações imprevididas pelos fornecedores de cana que no início de 80 encaravam elevações no preço da cana.

b-4 - Produção da Indústria Química

A produção química alagoana voul-se substancialmente de 79 para 80. A soda cáustica sentou um acréscimo de produção de 8,7%, o cloro aumentou 8,3%, o dicloretano evoluiu 187,4% e o álcool apresentou crescimento em sua produção de 9,9%.

Como se vê, as produções de soda cáustica e cloro apresentaram crescimento moderado, enquanto merece destaque a expressiva taxa de crescimento verificada na produção de dicloretano, que é uma consequência direta da diferença no período de produção observado nos dois anos considerados.

Em 1979, a produção se referiu somente ao segundo semestre, enquanto que, em 1980 o período produtivo estendeu-se por todo o ano civil.

É importante frisar, a significativa vinculação deste produto com o mercado externo. Pelo lado da produção, este se dá na medida em que o eteno, matéria prima essencial, não é produzido no Estado, sendo portanto importado de outras regiões. A destinação do produto também não é o próprio Estado, vez que, não existem ainda em Alagoas, unidades industriais destinadas ao aproveitamento do dicloretano.

Entretanto, modificações substanciais deverão ocorrer já a partir do ano de 1981. De um lado a importação do eteno deverá reduzir-se bastante em decorrência do início de operação da unidade de eteno a partir do álcool, previsto para julho, estando, o consumo anual deste produto estimado em 135 milhões de litros.

Por outro lado, prevê-se uma

grande absorção do dicloretano por unidades produtivas do próprio Estado, uma vez que já foi aprovado pelo Governo Federal a implantação das Unidades de MVC e PVC em Alagoas, que sendo substanciais insumidoras de dicloretano deverão contribuir significativamente no sentido da consolidação do polo cloro-químico de Alagoas.

Outro produto que tem se destacado no ramo químico do setor industrial alagoano é o álcool, apresentando no período de 1979/80 um crescimento em sua produção da ordem de 10%.

O crescimento na produção do álcool em Alagoas, é uma resposta do setor industrial ao movimento do Governo através do Proálcool, que tem como finalidade reduzir o impacto da crise energética.

As perspectivas para este produto, porém, não se resumem à produção destinada para substituição da gasolina. Como foi visto anteriormente, o álcool deverá se integrar ao complexo cloro-químico, pois a sua utilização para obtenção de eteno está prevista para julho deste ano.

Em função das perspectivas e incentivos para produção do álcool, observa-se uma evolução significativa no parque produtor deste produto. Assim, na safra 1979/1980 cinco novas unidades foram implantadas e na safra 1980/1981 mais quatro unidades passaram a produzir. Afora, os projetos que estão em andamento

nos órgãos definidores da Política Nacional do Álcool.

QUADRO IV
PRODUÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS

1979/1980

P R O D U T O S	PRODUÇÃO BRUTA			CONSUMO INTERNO			PRODUÇÃO LEVADA À ESTOQUE		
	1979	1980	ΔZ 80/79	1979	1980	ΔZ 80/79	1979	1980	ΔZ%
Soda Céustica (t)	194.082	210.995	8,7	10.693	10.597	- 0,9	183.463	200.842	9,3
Cloro (t)	172.650	187.022	8,3	151.221	166.225	9,9	12.696	12.616	- 0,6
Álcool (1.000 L)	243.754	267.735	9,9	-	-	-	-	-	-
Dicloroetano (t)	47.962	137.862	187,4	-	-	-	47.962	137.862	187,4

PONTE: SALCEMA S/A, IMA/IFUS.

c - Indústria de Construção Civil

O sub-setor indústria da construção civil, após dois períodos de pequena redução em seu nível de atividade, volta a apresentar tendência de crescimento no ano de 1980. A área licenciada para construção elevou-se em 22,6% comparada à igual período do ano anterior, o consumo aparente de cimento apresentou um crescimento de 11,6% e o número de habite-se concedidos diminuiu 24,9%.

Pelos indicadores considerados, pode-se presumir que, apesar da queda na concessão de habite-se, o setor cresceu no período. De fato, a predisposição para construir está constatada na solicitação de licenças para construção, evolução de 22,6%, combinada ao consumo crescente de cimento. A queda na concessão de habite-se pode ter sido provocada pela falta de conclusão das construções licenciadas sem que isso tenha significado redução na atividade de construção civil. Por outro lado, o não cumprimento de cronogramas físicos, relaciona-se for-

lemente com os aumentos substanciais que têm ocorrido nos materiais de construção.

QUADRO V
PRODUÇÃO E CONSUMO APARENTE DE CIMENTO
1979/1980

PRODUÇÃO		CONSUMO EM TONELADAS		$\Delta \%$ 80/79	
1979	1980	1979	1980	PRODUÇÃO	CONSUMO
229.882	259.602	134.470	150.113	12,9	11,6

SUNTE: Sindicato COMPOB Sô NACIONAL da Indústria do Cimento/SUDENE.

QUADRO VI
ÁREA LICENCIADA PARA CONSTRUÇÃO E HABITE-SE
CONCEDIDOS NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ
1979/1980

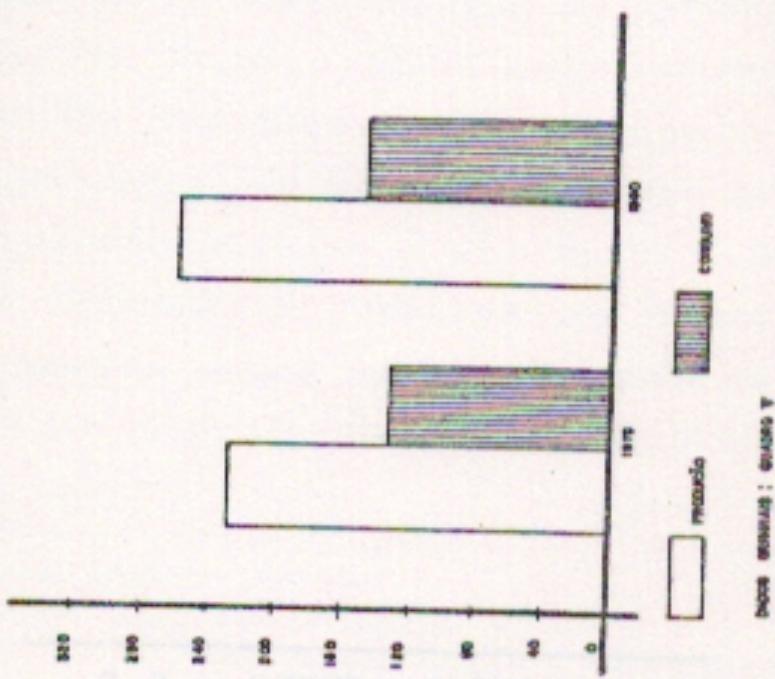
ÁREA LICENCIADA (m^2)											
CONSTRUÇÕES						HABITE-SE					
TERRENOS			EDIFICAÇÕES			TERRENOS			EDIFICAÇÕES		
1979	1980	$\Delta \%$ 80/79	1979	1980	$\Delta \%$ 80/79	1979	1980	$\Delta \%$ 80/79	1979	1980	$\Delta \%$ 80/79
200.246	716.063	21,5	163.022	224.354	22,6	620.923	629.210	1,3	233.831	175.537	- 24,9

SUNTE: INGE/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS

Município e Unidade Administrativa de Cachorro
1979 / 1980

1000 MILHÃES



comunicação do uso
de tecnologia, no
ambiente de negócios.

As soluções para o mello-
ramento da produtividade e
eficiência operacional, por exemplo,
podem ser obtidas com variações nos
processos organizacionais. Entretanto, as
soluções tecnológicas também se tornam
mais eficientes quando associadas ao
melhor uso das estruturas organizacionais. Po-
deremos observar que a tecnologia
não é uma ferramenta em si, mas sim um
meio para obter resultados. Ela
é uma solução para problemas. Portanto,
é preciso ter uma visão clara dos
problemas que se quer resolver, para que
a tecnologia possa ser aplicada de maneira

2.3 - SETOR SERVIÇOS

a - Aspectos Gerais do Setor

Observando a tendência do comportamento dos principais indicadores do Setor Terciário, no ano de 1980 em comparação com o de 1979, pode-se dizer que o mesmo apresentou um quadro de estabilidade.

De fato, nota-se que os indicadores de maior relevância tais como Receita Tributária Federal, Receita Tributária Estadual e Exportação por Longo Curso, mostraram um comportamento estável com variações percentuais de -3,8%, 0,3% e 6,8% respectivamente. Entretanto, vale salientar que os ítems Exportações por Cabotagem e Arrecadação Tributária Municipal, apresentaram um desempenho favorável com incrementos de 30,1% e 20,2% respectivamente. Pode-se dizer que os fatores que mais influenciaram no incremento observado na Exportação por Cabotagem foram as exportações da Soda Cáustica, dicloretano e petróleo. Enquanto que para a Arrecadação Tributária Municipal, os Impostos Preliminar e Territorial e Imposto sobre Serviços foram os principais responsáveis pelo incremento observado neste indicador.

b - Comércio Externo

b-1 - Exportação por Longo Curso

As exportações destinadas ao mercado internacional, constituem-se em um dos principais indicadores do Setor Serviços e da Economia Alagoana.

No que tange as exportações por Longo Curso, observou-se um crescimento em termos quantitativos de 1.163.776 ton em 1980 contra 1.089.441 ton em 1979, correspondendo assim a um valor real de 12.113.976 e 3.907.963 mil cruzeiros para 80 e 79 respectivamente. Indi-

cando assim, crescimentos de 6,8% no volume exportado e 210,0% no valor gerado em termos reais.

Evidenciam-se nas informações em pauta uma quase predominância por parte do açúcar demerara e melaço, participando com 15,6% e 11,8% respectivamente em termos quantitativos e de 145,5% e 594,8% em termos reais, confirmado-se mais uma vez o bom desempenho do mercado externo.

QUADRO VII
MOVIMENTO DE CARGA POR LONGO CURSO
1979/1980

PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS	EXPORTAÇÃO									
	QUANTIDADE (TON)			VALOR NOMINAL (EM CR\$ 1.000,00)			VALOR REAL (A PREÇOS DE 1979)			VARIAÇÃO (%)
	1979	1980	ΔX 80/79	1979	1980	ΔX 80/79	1979	1980	ΔX 80/79	
Açúcar Demerara	720.369	832.969	15,6	R 4.014.631	R 19.168.387	377,6	R 3.015.412	R 7.403.982	145,5	
Melaço	260.782	291.457	11,8	R 616.375	R 4.301.765	594,8	R 447.197	R 3.107.220	594,8	
Açúcar Refined	4.597	-	- 100,0	-	-	-	-	-	-	
Fumo em Folha	15.486	15.714	1,5	R 466.843	R 939.207	101,2	R 391.305	R 397.732	1,6	
Colágenos	954	-	- 100,0	-	-	-	-	-	-	
Soda Cáustica **	73.601	9.201	- 87,5	R 36.217	R 36.365	0,4	R 31.146	R 13.330	-53,2	
Outros *	13.652	14.435	5,7	R 2.551.087	R 9.910,2	22.903	R 1.191.802	R 12.113.976	210,0	
TOTAL	1.089.441	1.163.776	6,8	R 5.158.559	R 28.997.611	462,1	R 3.907.963	R 12.113.976	210,0	

PONTE: PORTOBRÁS/IFOR

(*) Diclorotetano e Álcool Etílico

(**) Na tonelagem total da Soda Cáustica é adicionada 50% de água, por medida cívica de transporte do produto.

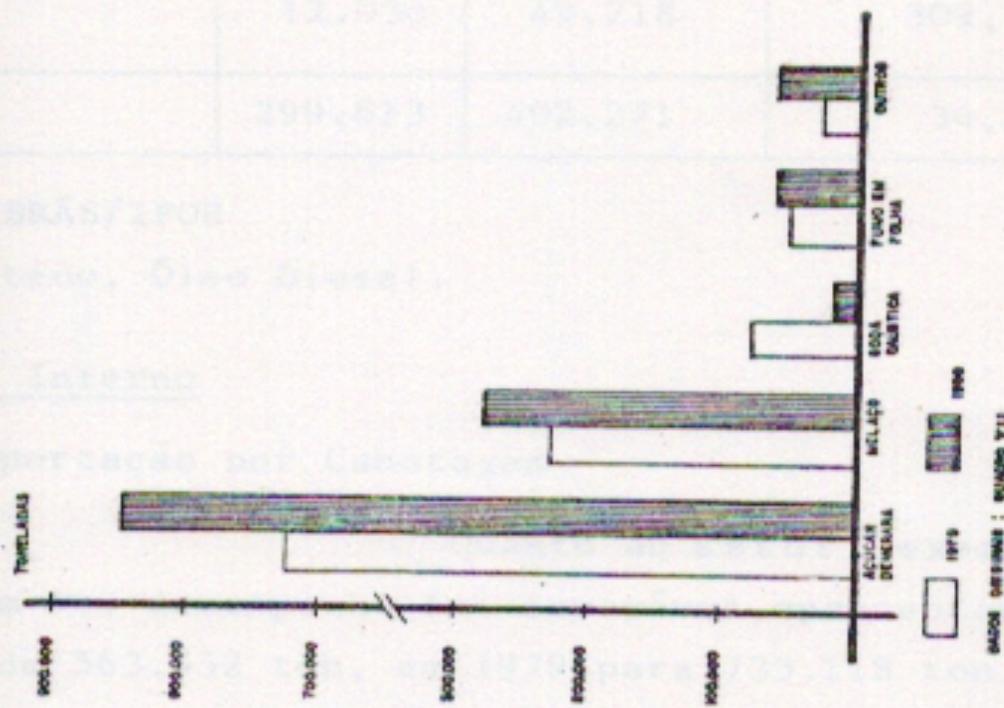
b-2 - Importação por Longo Curso

Por sua vez as importações provenientes do exterior, segundo informações da PROTOBRÁS sofreram um incremento de 299.613 ton, em 1979 para 402.271 ton, em 1980. Estes dados revelam um aumento em termos percentuais na ordem de 34,3%.

Mais uma vez as importações provenientes do exterior, restringiram-se a praticamente dois produtos; trigo em grão e adubo, crescendo os mesmos de 122.802 ton, em 1979 para 155.857 ton, em 1980 e 164.781

ESTADO DE ALAGOAS

COMÉRCIO EXTERNO — EXPORTAÇÃO POR LONGO CURSO
1974/1980



em 1979 para 197.196 ton, em 1980, acarretando assim um crescimento de 26,9% e 19,7% em seu volume, em confronto com o período pretérito.

QUADRO III
COMÉRCIO EXTERNO
MOVIMENTO DE CARGA POR LONGO CURSO
1979/1980

PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS	IMPORTAÇÃO		
	QUANTIDADE (TON)		
	1979	1980	Δ % 80/79
Acabos	164.781	197.196	19,7
Frigo em Grão	122.802	155.857	26,9
Outros *	12.030	49.218	309,1
TOTAL	299.613	402.271	34,3

PONTE: PORTOBRÁS/IFOR

(*) Eteno, Óleo Diesel.

c - Comércio Interno

c-1 - Exportação por Cabotagem

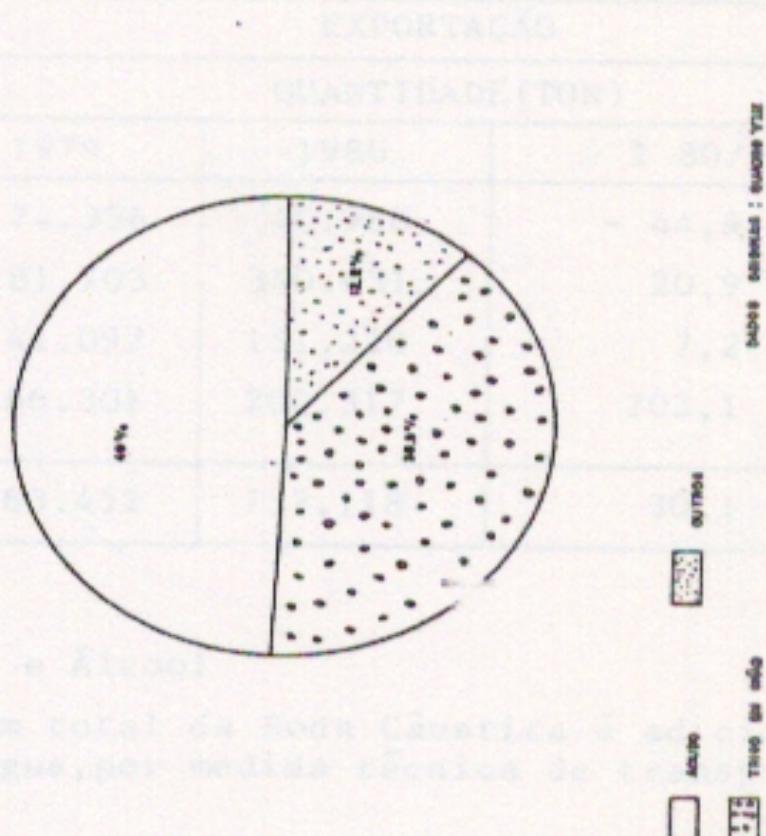
Quanto ao setor exportação por cabotagem seu desempenho foi favorável, apresentando um crescimento de 563.452 ton, em 1979 para 733.118 ton, em 1980, indicando assim um aumento de 30,1% em seu volume.

Este incremento está ligado especificamente as exportações de dicloretano, soda cáustica e petróleo que obtiveram aumentos na ordem de 202,1%, 20,9% e 7,2% respectivamente em comparação com o ano passado.

ESTADO DE ALAGOAS

COMÉRCIO EXTERNO - MOVIMENTO DE CARGA /
LÓGICO CURSO 1978/1980

IMPORTAÇÃO



No período, ocorreu uma redução na exportação do açúcar cristal de 44,9%. Tal redução se deu em função de uma alta produção desse produto na safra 78/79, determinada pelo Instituto do Açúcar e do Álcool para atendimento ao mercado interno, principalmente do Centro Sul do país que se ressentia da oferta desse produto, não ocorrendo tal fato em 1980.

QUADRO IX
COMÉRCIO INTERNO
MOVIMENTO DE CARGA POR CABOTAGEM
1979/1980

PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS	EXPORTAÇÃO		
	QUANTIDADE (TON)		
	1979	1980	△ % 80/79
Açúcar Cristal	74.356	40.950	- 44,9
Soda Cáustica **	281.703	340.631	20,9
Petróleo	141.092	151.220	7,2
Outros *	66.301	200.317	202,1
TOTAL	563.452	733.118	30,1

Fonte: PORTOBRÁS/IFOR.

(*) Dicloretano e Álcool

(**) Na tonelagem total da Soda Cáustica é adicionada 50% de água, por medida técnica de transporte do produto.

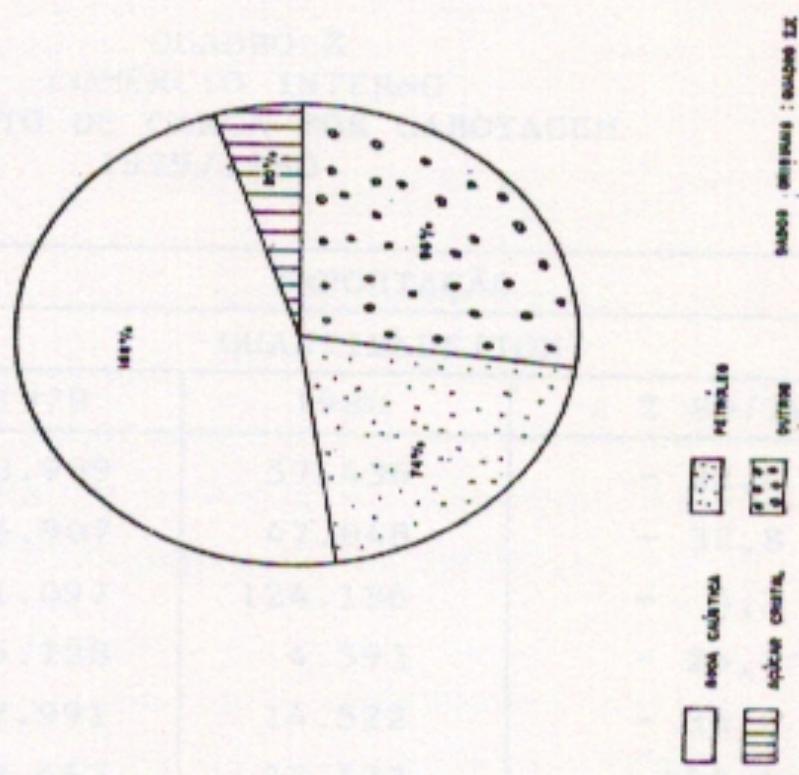
c-2 - Importação por Cabotagem

Com relação ao setor importador por cabotagem verificou-se um decremente em seu volume. Os produtos derivados do petróleo, passaram de 320.589 ton,

ESTADO DE ALAGOAS

COMÉRCIO INTERNO - MOVIMENTO DE CARAÇA /
CABOTAGEM - 1975/1980

Exportação



em 1979 para 275.762 ton, em 1980, o que equivale em termos percentuais a um decréscimo de 14,0%.

Os principais produtos que sofreram reduções nas importações foram o óleo combustível, gasolina, querozene, óleo diesel e trigo em grão, com percentuais de -35,8%, -22,4%, -25,1%, -5,3% e -36,8%, respectivamente, comparados ao período anterior.

Tais decréscimos devem-se principalmente à política de contenção do consumo de derivados do petróleo como também da retirada gradual do subsídio do trigo.

QUADRO X
COMÉRCIO INTERNO
MOVIMENTO DE CARGA POR CABOTAGEM
1979/1980

PRINCIPAIS PRODUTOS COMMERCIALIZADOS	IMPORTAÇÃO		
	QUANTIDADE (TON)		
	1979	1980	△ % 80/79
Gasolina	73.999	57.436	- 22,4
Óleo Combustível	76.907	47.848	- 37,8
Óleo Diesel	131.097	124.186	- 5,3
Querozene	6.128	4.593	- 25,1
Trigo em Grão	22.991	14.522	- 36,8
Outros	9.467	27.177	187,1
TOTAL	320.589	275.762	- 14,0

ORIGEM: PORTOBRÁS/IFOR.

d = Transportes

d-1 = Transporte Marítimo

No que concerne ao movimento de navios de longo curso e de cabotagem, o Porto de Maceió manteve um comportamento mensal bastante regular, não apresentando oscilações acentuadas em nenhum dos meses do período em estudo, com crescimentos na ordem de 32,0% e 2,5%, respectivamente em comparação com o ano anterior.

QUADRO XI
MOVIMENTO DE NAVIOS NO PORTO
DE MACEIÓ
1979/1980

INDICADORES	QUANTIDADE		
	1979	1980	△ % 80/79
Longo Curso	158	162	2,5
Cabotagem	181	239	32,0

FONTE: PORTOBRÁS/IFOR.

d-2 - Transporte Aéreo

Com referência ao movimento de aeronaves, poucos e decolagens, verificou-se um aumento em termos percentuais de 20,7% e 20,8%, respectivamente, nos referidos períodos de comparação.

No que se refere ao número de passageiros embarcados e desembarcados, notou-se um incremento substancial, mesmo com os preços do transporte aéreo bem mais elevado em 1980, em comparação com o período anterior.

O número de passageiros embarcados em 1979, foi de 65.513 contra 76.358 registrados no ano de 1980, revelando um aumento de 16,6%.

Já o número de passageiros desembarcados em 1979 foi de 64.054 em confronto com os 76.161 alcançados em 1980, acarretando assim um crescimento na ordem de 18,9%.

QUADRO XII
MOVIMENTO ESTATÍSTICO DO AEROPORTO DOS
PALMARES
1979/1980

COMPORTAMENTO DO TRANSPORTE AÉREO	1979	1980	Δ % 80/79
Pouso	3.132	3.781	20,7
Decolagem	3.132	3.783	20,8
Embarque de Passageiros	65.513	76.358	16,6
Desembarque de Passageiros	64.054	76.161	18,9
Passageiros em Trânsito	71.761	83.328	16,1
Embarque de Carga	516.301	520.176	0,8
Desembarque de Carga	1.054.646	1.030.589	- 2,3
Carga em Trânsito	1.335.615	1.451.801	8,7
Embarque de Mala Postal	28.566	32.380	13,4
Desembarque de Mala Postal	55.040	54.167	- 1,6

FONTE: INFRAERO/IFOR.

e - Energia

Um outro indicador bastante significativo para medir o desempenho do Setor Serviços é o consumo global de Energia Elétrica.

O consumo de energia da classe residencial de janeiro a dezembro de 1980 foi de 153.077

(Mwh) em 1980, em confronto com os 823.845 (Mwh) do ano passado, representando um incremento na ordem de 11,7%.

O consumo rural de energia elétrica, atingiu em janeiro/dezembro/1980, 16.225 (Mwh), em comparação aos 13.497 (Mwh) do ano anterior, registrando incremento de 20,2%.

Com efeito o alargamento do Sistema de Energia Elétrica sob a responsabilidade da CEAL tem assumido perspectivas bem significativas no que diz respeito ao setor rural alagoano.

QUADRO XIII
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA
1979/1980

CLASSE DE CONSUMIDOR	CONSUMO EM (Mwh)		
	1979	1980	△ % 80/79
Residencial	137.539	153.077	11,3
Comercial	90.690	94.629	4,3
Industrial	823.843	919.830	11,7
Poderes Públícos	39.650	43.592	9,9
Iluminação Pública	35.521	39.933	12,4
Rural	13.497	16.225	20,2

FONTE: CEAL/CHESF/IFOR.

f - Receita Tributária Federal

No que se refere à Receita Tributária Federal, (quadro XIV) ao se comparar os 672.748 mil cruzeiros arrecadados em 1979 com os 647.012 mil cruzeiros deste período, observou-se, em termos reais, uma redução de 3,8%. Esse comportamento está vinculado à quase estabilização

de, apresentado ao ítem Imposto de Renda (3,3% de incremento), que representa 76,0% no total da arrecadação. Paralelamente, os Impostos sobre Transporte, Imposto sobre Energia, também apresentaram um comportamento quase estável. Presume-se que a redução para zero nas alíquotas dos impostos relativos à produção dos sub-setores químico, têxtil e gráfico, neste período, foi responsável por um decréscimo real de 43,7% na arrecadação dos Impostos sobre Produtos Industrializados.

QUADRO XIV
RECEITA TRIBUTÁRIA FEDERAL
1980/1979

ESPECIFICAÇÃO	VALOR NOMINAL			VALOR REAL		
	1979	1980	ΔX 80/79	1979	1980	ΔX 80/79
Imposto sobre Importação	5.671	5.793	2,1	5.671	3.586	- 49,1
Imposto sobre Produtos Industrializados	86.469	97.682	12,9	86.469	48.694	- 43,7
Imposto sobre a Renda	475.813	986.435	107,3	475.813	491.738	3,3
Imposto sobre Transporte	20.276	36.262	88,7	20.276	19.074	- 5,9
Imposto sobre Energia	72.920	138.548	90,0	72.920	69.066	- 5,3
Imposto sobre Minerais	11.569	22.735	96,3	11.569	11.333	- 2,0
Imposto sobre Lubrificantes	-	8.466	-	-	4.320	-
TOTAL	672.748	1.297.915	92,9	672.748	547.012	- 3,5

SOURCE: IBGE - CIEF/IFOR

Inflator: Índice de Preços da Conjuntura Econômica PGV (1979 = 100).

E - Receita Tributária Estadual

A Receita Tributária Estadual (quadro XV), apresentou em termos reais, um comportamento de quase estabilidade, crescendo de 2.187.865 mil cruzeiros em 1979 para 2.194.413 mil cruzeiros em 1980, isto é, um incremento de apenas 0,3%. Isso se deve a arrecadação do ICM, cuja participação no total da arrecadação neste período foi de 96,9%, e cujo comportamento, em termos reais, também se apresentou estável, com uma variação de 0,4% sobre o valor arrecadado em 1979.

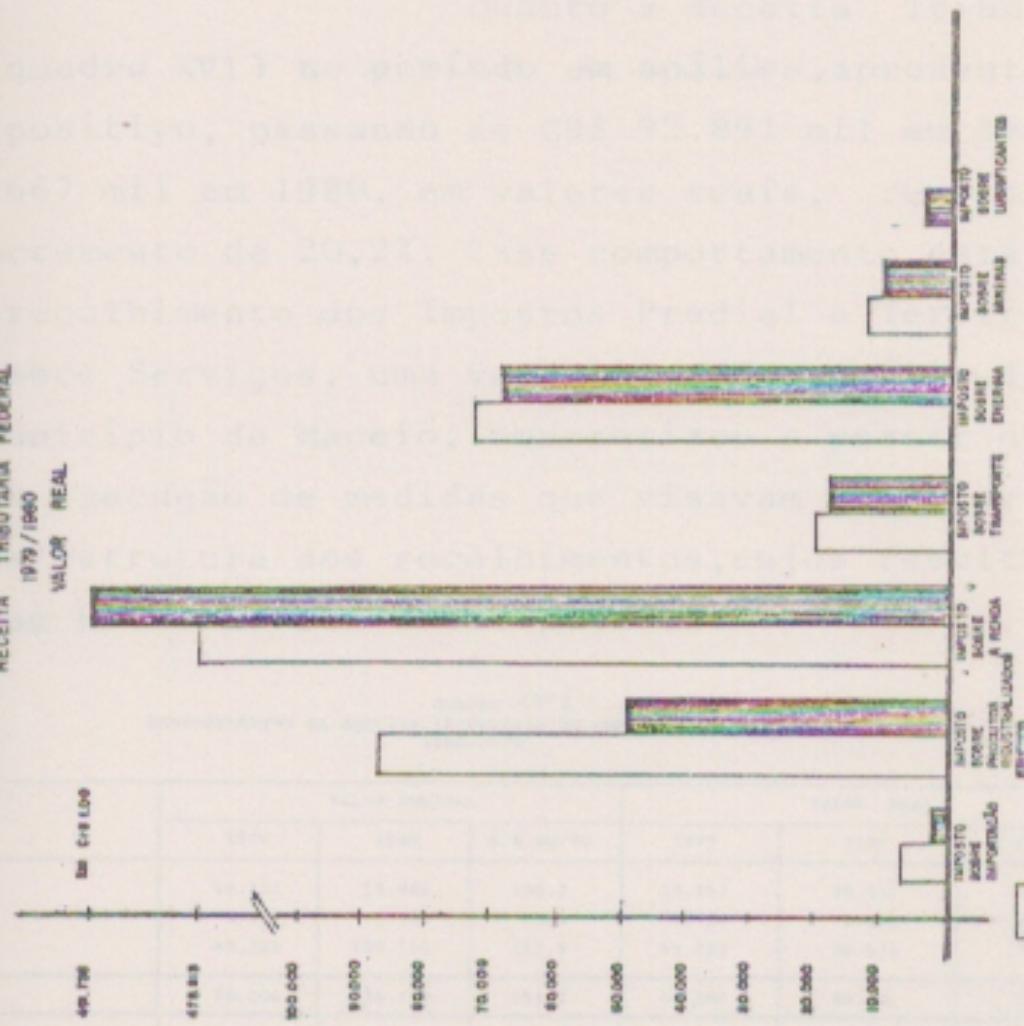
ESTADO DE ALAGOAS

RECEITA TRIGUARÁ PEGADA

978 / 60

1073 / 1080

1073 / 1080



QUADRO XV
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DO ESTADO
1980/1979

ESPECIFICAÇÃO	VALOR NOMINAL			VALOR REAL		
	1979	1980	Δ % 80/79	1979	1980	Δ % 80/79
TOM 1979	2.119.385	4.266.751	101,3	2.119.385	2.126.975	0,4
DETRIB	68.480	135.282	97,6	68.480	67.438	-1,5
RECEITA TRIBUTÁRIA TOTAL	2.187.865	4.402.033	101,2	2.187.865	2.194.413	0,3

SOURCE: SEFAZ/DAF/IPDR

Deflator: Índice de Preços da Conjuntura Econômica PGV (1979=100).

- Receita Tributária Municipal

Quanto a Receita Tributária Municipal (quadro XVI) no período em análise, apresentou um desempenho positivo, passando de CRS 92.891 mil em 1979, para CRS 111.667 mil em 1980, em valores reais, registrando assim um incremento de 20,2%. Esse comportamento está relacionado ao recolhimento dos Impostos Predial e Territorial, e Imposto sobre Serviços, uma vez que, a Secretaria de Finanças do Município de Maceió, concretizou a partir de abril/1980, a execução de medidas que visavam melhorar a eficiência da estrutura dos recolhimentos, cujos resultados, já se fizeram notar no fim deste período.

QUADRO XVI
DEMONSTRATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ
1980/1979

ESPECIFICAÇÃO	VALOR NOMINAL			VALOR REAL		
	1979	1980	Δ % 80/79	1979	1980	Δ % 80/79
Imposto Predial	18.257	32.666	188,5	18.257	26.254	43,8
Imposto Territorial	4.725	5.360	13,4	4.725	2.672	-43,5
Imposto sobre Serviços	45.223	120.110	165,6	45.223	59.875	32,4
TOTAL DOS IMPOSTOS	68.206	178.136	161,2	68.206	88.801	30,2
Mercadorias Exercício do Poder de Pol.	14.715	30.769	109,1	14.715	15.338	4,2
Mercadorias Prestação de Serviços	9.970	15.101	51,5	9.970	7.518	-24,5
TOTAL DAS TAXAS	24.685	45.870	85,8	24.685	22.866	-7,4
TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA	92.891	224.006	141,1	92.891	111.667	20,2

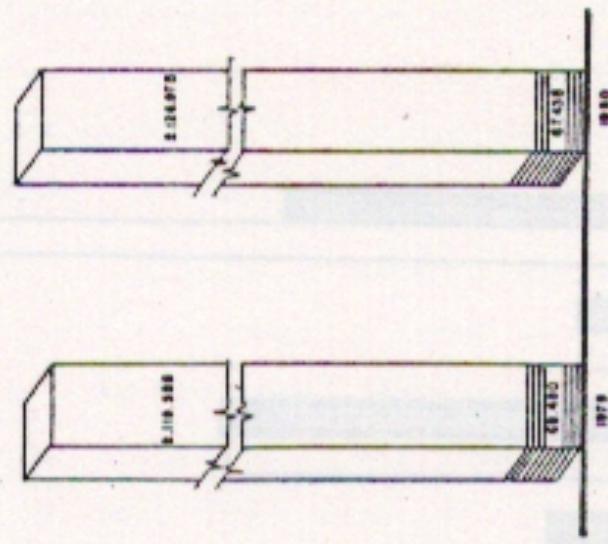
SOURCE: SEFAZ/DAF/IPDR

Deflator: Índice de Preços da Conjuntura Econômica PGV (1979=100).

ESTADO DE ALAGOAS

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DO ESTADO
1979 / 1980

VALOR REAL EM CR\$ 1.000,00

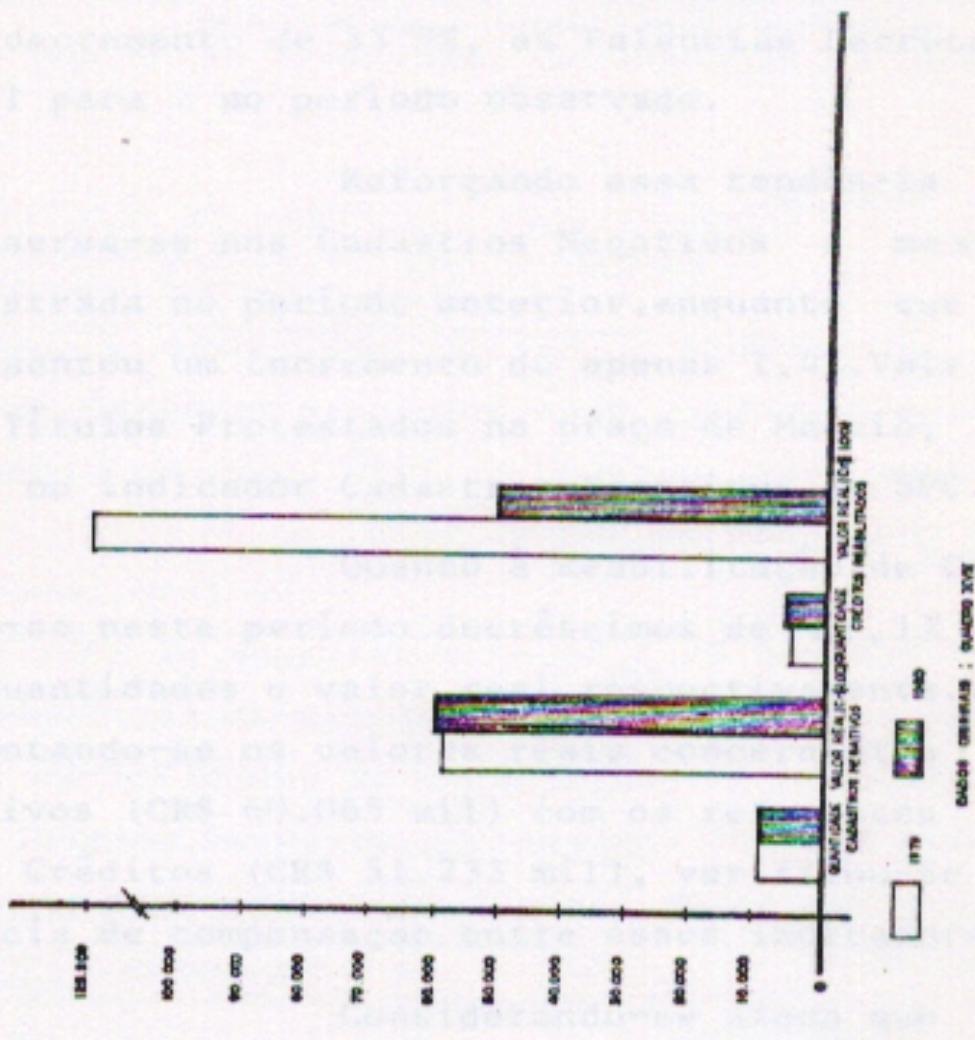


ICMS 19,00%
 OUTRAS RECEITAS

HONORARIA : FUNDO-TV

ESTADO DE ALAGOAS

CADASTROS NEGATIVOS E
CRÉDITOS REABILITADOS
1979 / 1980



II - Solvências

As atividades comerciais durante o ano de 1980, em comparação ao mesmo período de 79, apresentaram um comportamento relativamente estável, conforme mostram os indicadores de solvabilidade da praça de Maceió (quadro XVII).

De fato, enquanto a quantidade de Falências Requeridas cresceram 36,3% e o seu valor real apresentava um decremente de 33,9%, as Falências Decretadas caíram de 11 para 2 no período observado.

Reforçando essa tendência de estabilidade, observa-se nos Cadastros Negativos a mesma quantidade registrada no período anterior, enquanto que o valor real apresentou um incremento de apenas 1,4%. Vale salientar que os Títulos Protestados na praça de Maceió, já estão incluídos no indicador Cadastros Negativos do SPC.

Quanto à Reabilitação de Créditos, constatou-se neste período decréscimos de 21,1% e 57,1% para as quantidades e valor real respectivamente. No entanto, confrontando-se os valores reais concernentes a Cadastros Negativos (CR\$ 60.065 mil) com os referentes a Reabilitação de Créditos (CR\$ 51.233 mil), verificou-se uma certa tendência de compensação entre esses indicadores.

Considerando-se ainda que as informações solicitadas neste período cresceram 30,4% em comparação ao período passado, onde 91,4% obtiveram respostas positivas, sabendo-se que estas referem-se as vendas à prazo, as quais representam cerca de 80% do volume total, infere-se que as atividades comerciais neste período, apre-

sentaram um desempenho não muito expressivo, tendendo a certa estabilidade em relação ao período anterior.

QUADRO XVII
INDICADORES DE SOLVABILIDADE
1979/1980

INDICADORES	QUANTIDADE			VALOR NOMINAL			VALOR REAL		
	1979	1980	Δ%	1979	1980	Δ%	1979	1980	Δ%
Falências Requeridas	91	124	+36,3	12.176	16.133	+32,5	12.176	8.042	-33,9
Falências Decretadas	11	92	+81,8	-	-	-	-	-	-
Cadastros Negativos	9.495	9.495	0,0	39.224	120.492	+103,5	39.224	60.065	+1,4
Créditos Rehabilitados	5.793	3.953	-21,1	125.209	102.774	-17,9	125.209	51.233	-59,1
Informações Solicitadas	119.168	155.446	+30,4	-	-	-	-	-	-
Respostas Positivas	111.636	141.632	+26,9	-	-	-	-	-	-

FONTE: Cartório de Protocolos/SPG/IFOR.

Deflator: Índice de Preços da Conjuntura Econômica PGV (1979=100).

j - Emprego

No que concerne ao movimento de mão-de-obra no Estado, analisados a partir das informações fornecidas pela Delegacia Regional do Trabalho, constatou-se neste período de 1980, um comportamento semelhante ao observado no ano de 1979.

De fato, observou-se em 1980 uma redução de 5,3% na quantidade de admitidos. Por outro lado, as demissões apresentaram um decréscimo de 22,5%. Comparando-se as quantidades de admitidos em relação aos demitidos para os respectivos períodos, pode-se supor que houve neste ano maior fixação da mão-de-obra empregada.

QUADRO XVIII
MOVIMENTO DE
MÃO-DE-OBRA
1980/1979

PERÍODOS	Nº DE ADMITIDOS		PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO 1º EMPREGO SÓ Sobre o Total das Admissões	Nº DE DEMITIDOS
	TOTAL	1º EMPREGO		
1979	63.018	12.762	20,3	60.544
1980	61.693	12.408	20,1	50.903
COMPOR SÓ NO RETÂNGULO				
Δ% 80/79	-5,3	-2,8	-	-22,5

FONTE: Delegacia Regional do Trabalho/IFOR.

Já o número de carteiras profissionais, evoluiu 11,9%, quer dizer, passou de 75.022 para 83.985 a quantidade de novos trabalhadores disponíveis (quadro XIX). Enquanto isso, o número de Primeiro Emprego (quadro XX) apresentou um decréscimo de 2,8%, sendo que os 12.408 novos empregados absorvidos representam 20,1% do novo contingente engajado no mercado de trabalho. Por outro lado observa-se que os novos empregos equivalem a 14,8% da quantidade de carteiras profissionais expedidas no período, o que significa uma baixa capacidade de absorção da mão-de-obra ofertada.

QUADRO XIX
QUANTIDADE DE CARTEIRAS PROFISSIONAIS
EXPEDIDAS NO ESTADO DE ALAGOAS
1980/1979

ESPECIFICAÇÃO	1979	1980	Δ % 80/79
1 ^{as} Vias	68.721	77.497	12,8
1 ^{as} Vias Menor	6.301	6.488	3,0
TOTAL	75.022	83.985	11,9

SOURCE: Delegacia Regional do Trabalho/IFOR.

QUADRO XX
NÚMERO DE PRIMEIRO EMPREGO
1980/1979

ESPECIFICAÇÃO	1979	1980	Δ% 80/79
CAPITAL	7.081	6.870	- 3,0
INTERIOR	5.681	5.538	- 2,5
TOTAL	12.762	12.408	- 2,8

SOURCE: Delegacia Regional do Trabalho/IFOR.

ANEXOS

ESTADO DE ALAGOAS

PRODUÇÃO DA AGRO-INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

- AÇÚCAR CRISTAL -

1975 / 1980

Saco de 00 Kg

S A F R A S

\$

S A F R A	P R O D U Ç Ã O
75/76	7.829.711
76/77	4.999.355
77/78	4.877.244
78/79	6.539.144
79/80	5.876.253

FONTE: IAA/AL - IFOR/FIPLAN.

Fonte: IMA/AL - IFOR/FIPLAN.

ESTADO DE ALAGOAS

PRODUÇÃO DA AGRO-INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

- AÇÚCAR DEMERARA -

1975/1980

Saco de 60 Kg

S A F R A S

S A F R A S	P R O D U Ç Ã O
75/76	3.991.206
76/77	13.682.764
77/78	14.027.707
78/79	12.210.391
79/80	10.694.825

Fonte: IMA/AL - IFOR/FIPLAN.

FONTE: IMA/AL - IFOR/FIPLAN.

ESTADO DE ALAGOAS

PRODUÇÃO DA AGRO-INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

- MELAÇO -

1975/1980

S A F R A S	P R O D U Ç A O	
	Em Toneladas	Em Milhares de Toneladas
75/76	464.793	464793
76/77	673.956	673956
77/78	710.816	710816
78/79	649.129	649129
79/80	550.335	550335

FONTE: IMA/AL - IFOR/FIPLAN.

ESTADO DE ALAGOAS
 PRODUÇÃO DA AGRO-INDÚSTRIA AÇUCAREIRA
 - ÁLCOOL -
 1975/1980

SAFRAS	PRODUÇÃO	1.000 Litros
75/76		27.479
76/77		25.012
77/78		40.263
78/79		165.544
79/80		226.055

6

FONTE: IAA/AL - IFOR/FIPLAN.

ESTADO DE ALAGOAS

PRODUTOS DERIVADOS DA SALGEMÁ

DICLORETANO

1979/1980

MESES	Produção Bruta (em Toneladas)	
	1979	1980
JANEIRO	-	8.045
FEVEREIRO	-	12.066
MARÇO	-	15.515
ABRIL	-	10.309
MAIO	-	12.382
JUNHO	-	9.484
JULHO	1.203	13.373
AGOSTO	7.100	10.632
SETEMBRO	4.539	10.469
OUTUBRO	11.531	12.643
NOVEMBRO	11.375	11.267
DEZEMBRO	11.871	11.677
TOTAL	47.619	137.862

FONTE: SALGEMA/IFOR/AL.

ESTADO DE ALAGOAS
 PRODUTOS DERIVADOS DA SALGEMA
 CLORO
 1977/1980

MESES	Produção Bruta (em Tomedadas)			
	1977	1978	1979	1980
JANEIRO	7.100	9.859	10.112	17.598
FEVEREIRO	- 5.03	11.873	13.518	15.106
MARÇO	-	13.486	15.538	14.625
ABRIL	5.014	13.316	3.621	3.787
MAIO	3.363	11.566	15.649	15.556
JUNHO	3.945	12.387	16.664	16.106
JULHO	5.554	8.707	16.202	19.703
AGOSTO	5.001	15.469	17.173	18.860
SETEMBRO	3.633	14.969	16.181	14.521
OUTUBRO	6.905	15.378	16.776	15.217
NOVEMBRO	9.514	13.387	14.003	14.977
DEZEMBRO	12.807	16.689	17.213	15.966
TOTAL	55.741	157.575	172.650	187.022

FONTE: SALGEMA/II-OR/AL,

ESTADO DE ALAGOAS

PRODUTOS DERIVADOS DA SALGEMA

ÁCIDO CLORÍDRICO

MESES	1977/1980			Produção Bruta (em Tonne lâdadas)		
	1977	1978	1979	1979	1980	1980
JANEIRO	-	-	9.383	9.237	-	-
FEVEREIRO	-	10.827	12.474	-	-	-
MARÇO	-	12.130	14.410	-	-	-
ABRIL	3.778	12.000	3.073	-	-	-
MAIO	2.515	10.595	13.471	-	-	-
JUNHO	3.599	11.531	14.050	-	-	-
JULHO	4.889	7.692	13.739	-	-	-
AGOSTO	4.389	13.719	10.468	-	-	-
SETEMBRO	2.980	14.259	11.156	-	-	-
OUTUBRO	6.726	14.320	6.263	-	-	-
NOVEMBRO	9.578	12.516	2.946	-	-	-
DEZEMBRO	12.822	15.540	6.745	-	-	-
TOTAL	51.276	144.512	118.042			

FONTE: Salgema/IFOR/AL.

ESTADO DE ALAGOAS
 PRODUTOS DERIVADOS DA SALGEMIA
 SODA CAUSTICA
 1977/1980

Produção Bruta (Em Toneladas)

MESES	1977	1978	1979	1980
JANEIRO	-	11.111	10.073	19.854
FEVEREIRO	-	13.395	16.344	17.042
MARÇO	-	15.215	17.280	16.500
ABRIL	5.236	15.023	4.085	9.913
MAIOS	3.035	13.048	17.654	17.550
JUNHO	3.323	13.975	18.801	18.170
JULHO	6.264	9.823	18.279	22.229
AGOSTO	5.642	17.452	19.375	21.278
SETEMBRO	4.104	16.888	18.255	16.352
OUTUBRO	8.314	17.913	18.927	17.168
NOVEMBRO	11.502	15.103	15.590	16.897
DEZEMBRO	15.720	18.328	19.419	13.012
TOTAL	63.140	177.774	194.082	210.995

FONTE: SALGEMIA/FINAN

MESES	ÁREA LICENCIADA (M2)						EDIFICAÇÕES			
	CONSTRUÇÃO			TERRENOS						
	1976	1977	1978	1979	1980	1976	1977	1978	1979	1980
JANEIRO	21.853	66.682	47.085	40.921	109.955	19.994	19.378	18.912	20.559	27.366
FEVEREIRO	20.634	91.309	65.601	19.333	53.102	12.587	36.622	38.634	11.613	12.240
MARÇO	78.980	39.964	17.612	45.167	24.897	26.254	46.796	10.266	13.812	15.767
ABRIL	39.856	24.002	22.505	41.738	84.263	32.645	15.056	19.491	14.468	19.539
MAIO	49.263	64.852	123.604	47.949	84.170	86.020	39.069	11.005	14.808	19.590
JUNHO	24.713	22.127	29.602	22.990	28.735	26.550	16.221	22.446	10.236	21.410
JULHO	20.969	225.828	37.537	71.493	58.272	12.656	17.537	18.403	26.575	19.283
AGOSTO	27.564	41.561	124.616	32.710	38.555	28.997	16.547	24.018	16.293	12.602
SETEMBRO	17.209	207.904	65.470	26.243	47.387	11.754	28.152	43.543	14.260	25.094
OUTUBRO	29.999	91.625	36.699	125.887	57.852	23.839	17.382	12.146	14.934	14.119
NOVEMBRO	21.966	73.568	144.348	27.291	54.532	19.158	19.381	7.584	12.784	23.950
DEZEMBRO	32.009	75.599	19.072	65.425	74.343	39.588	15.381	20.870	12.641	13.392
TOTAL	305.025	1.025.821	733.751	599.146	716.063	339.142	287.542	247.324	183.422	224.354

FONTE: FISGE / ITBI.

ESTADO DE ALAGOAS

PRODUÇÃO (COMPOSIÇÃO ALIMENTAR DO CEMENTO)

1976/1980

M E S S E S	CONSUMO (EM TON.)				PRODUÇÃO (EM TON.)		
	1976	1977	1978	1979	1980	1978	1979
JANEIRO	9.765	12.578	12.697	16.065	15.866	19.221	21.353
FEVEREIRO	9.410	11.233	11.897	12.087	14.360	15.256	20.995
MARÇO	10.577	13.204	11.072	14.005	14.411	17.713	24.165
ABRIL	11.327	9.307	12.530	13.689	14.064	19.130	23.791
MAI	10.897	10.945	14.420	12.754	15.110	17.889	22.077
JUNHO	13.042	10.156	12.670	10.945	13.743	17.907	22.995
JULHO	10.352	9.674	13.261	13.359	15.817	18.787	20.044
AGOSTO	10.678	14.520	14.399	14.203	15.059	19.818	25.752
SETEMBRO	12.227	12.737	13.891	13.215	14.750	18.202	25.795
OUTUBRO	11.722	11.457	15.382	14.158	16.903	22.034	22.935
NOVEMBRO	10.988	13.136	16.544	15.943	*	21.763	22.823
DEZEMBRO	11.370	11.545	17.349	15.263	*	22.014	28.635
TOTAL	132.356	140.483	166.111	165.676	159.113	229.784	281.393
							259.602

ESTADO DE ALAGOAS
 IMPORTAÇÃO LONGO CURSO: ADOURO
 QUANTIDADE: TONELADAS
 1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	1980
JANEIRO	9.679	17.780	-	4.974	10.656
FEVEREIRO	13.338	6.002	9.513	6.250	7.834
MARÇO	2.271	6.514	8.014	14.448	12.476
ABRIL	3.226	4.526	19.080	15.958	19.531
MAIOS	18.077	-	3.001	22.904	12.949
JUNHO	13.534	-	2.934	14.016	15.419
JULHO	3.169	18.732	-	2.500	20.680
AGOSTO	28.483	-	17.350	17.047	30.598
SETEMBRO	27.660	12.798	14.031	14.745	23.349
OUTUBRO	2.361	11.067	17.640	20.896	12.191
NOVEMBRO	11.642	-	6.910	9.548	4.233
DEZEMBRO	12.287	6.154	12.343	20.695	27.250
Total	145.727	85.573	111.596	164.781	197.196

FONTE: Administração do Porto de Maceió/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS

IMPORTAÇÃO LONGO CURSO: TRIGO EM GRÃO

QUANTIDADE: TONELADAS

1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	1980
JANEIRO	17.475	-	-	22.815	13.930
FEVEREIRO	5.876	512	29.032	-	14.984
MARÇO	12.020	5.888	-	10.786	18.801
ABRIL	3.600	-	5.039	20.022	-
MAIOS	4.432	-	6.788	-	18.107
JUNHO	6.300	6.505	25.987	10.186	-
JULHO	9.608	12.997	3.003	8.024	20.010
AGOSTO	1.142	16.747	19.147	-	14.340
SETEMBRO	10.469	-	9.232	16.619	4.269
OUTUBRO	15.101	8.002	6.999	19.313	30.062
NOVEMBRO	2.574	-	-	-	11.134
DEZEMBRO	-	6.448	8.297	15.037	10.220
TOTAL	88.600	57.099	113.524	122.802	155.857

FONTE: Administração do Porto de Maceió/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS
IMPORTAÇÃO LONGO CURSO: OUTROS
1976/1980

MESES	1976	1977	1978	Em Tonedas		
				1979	1980	
JANEIRO	1.044	-	-	183	-	
FEVEREIRO	-	-	-	-	-	
MARÇO	-	-	2.023	-	2.734	
ABRIL	-	-	-	1.519	6.325	
MAIO	-	-	-	-	2.656	
JUNHO	59	92	-	442	-	
JULHO	602	502	-	06	2.736	
AGOSTO	-	-	-	97	-	
SETEMBRO	-	-	-	449	2.749	
OUTUBRO	-	-	-	4.354	26.543	
NOVEMBRO	121	-	-	-	2.749	
DEZEMBRO	-	10	246	4.980	2.726	
TOTAL	1.826	604	2.269	12.030	49.218	

FONTE: PORTOBRAS/IFOR

(*) Eteno. Ossos Triturados.

ESTADO DE ALAGOAS
EXPORTAÇÃO LONGO CURSO: AÇÚCAR DEMERARA
1976/1980

MÊS	1976	1977	1978	1979	Em Toneladas	
					1980	1980
JANEIRO	25.619	38.393	36.050	36.063	137.575	
FEVEREIRO	6.460	30.135	40.220	140.150	155.666	
MARÇO	26.002	25.200	12.470	35.839	33.432	
ABRIL	-	65.101	26.670	12.600	56.892	
MAIO	-	26.600	25.200	55.309	40.562	
JUNHO	-	38.600	24.558	64.319	-	
JULHO	-	12.300	14.625	38.186	-	
AGOSTO	-	15.100	80.656	19.494	-	
SETEMBRO	1.783	12.600	40.500	54.316	22.073	
OUTUBRO	10.817	-	112.570	32.775	123.838	
NOVEMBRO	27.363	32.550	56.438	95.804	73.661	
DEZEMBRO	38.260	55.150	40.417	73.507	126.250	
TOTAL	136.313	351.719	310.392	720.369	832.969	

FONTE: CACEX/PROMOEXPORT/IFOR

ESTADO DE ALAGOAS
EXPORTAÇÃO LONGO CURSO: MELAÇÔ
1976/1980

MESSES	1976	1977	1978	1979	Em Tonneadas	
					1980	
JANEIRO	46.052	32.882	75.815	44.228	27.319	
FEVEREIRO	39.617	71.719	24.318	11.500	30.348	
MARÇO	58.914	63.336	67.327	50.792	53.414	
ABRIL	12.644	67.437	47.722	-	41.104	
MAIO	12.867	56.579	23.720	17.016	10.422	
JUNHO	10.125	-	-	-	-	
JULHO	-	48.111	-	-	-	
AGOSTO	-	-	-	-	10.000	
SETEMBRO	-	18.500	-	-	-	
OUTUBRO	52.295	44.040	11.651	38.119	35.503	
NOVEMBRO	46.354	60.355	23.320	49.767	46.495	
DEZEMBRO	55.377	62.465	34.756	39.360	46.772	
TOTAL	333.645	525.426	308.637	260.792	291.457	

ESTADO DE ALAGOAS
EXPORTAÇÃO LONGO CURSO: AÇÚCAR REFINADO
1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	1980
	Em Tomedas				
JANEIRO	-	-	-	-	-
FEVEREIRO	-	-	-	-	-
MARÇO	-	9.606	-	-	-
ABRIL	-	-	-	-	-
MAIOS	-	-	-	-	-
JUNHO	12.128	-	-	-	-
JULHO	-	-	2.803	-	-
AGOSTO	-	-	-	4.597	-
SETEMBRO	-	-	-	-	-
OUTUBRO	-	-	-	-	-
NOVEMBRO	-	-	-	-	-
DEZEMBRO	-	-	-	-	-
TOTAL	12.128	9.606	6.803	4.597	-

FONTE: CACEX/PROMOEXPORT/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS
 EXPORTAÇÃO LONGO CURSO: FUMO EM FOLHA
 1976/1980

MESES	Em Toneladas:			
	1976	1977	1978	1979
JANEIRO	1.409	446	885	1.200
FEVEREIRO	1.017	1.187	90	1.182
MARÇO	409	655	791	442
ABRIL	1.241	753	770	1.946
MAIO	708	1.053	565	3.428
JUNHO	1.306	339	-	1.537
JULHO	-	619	550	475
AGOSTO	-	-	-	2.195
SETEMBRO	-	-	-	-
OUTUBRO	-	-	-	170
NOVEMBRO	-	-	-	1.764
DEZEMBRO	-	-	-	-
TOTAL	5.790	5.054	3.651	15.486
				15.714

FONTE: CACEX/PRONEXPORT/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS

EXPORTAÇÃO LONGO CURSO: COLÁGENOS

1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	Em Tonaladas	
					1976/1980	1980
JANEIRO	-	-	-	387	170	-
FEVEREIRO	-	-	-	-	160	-
MARÇO	-	-	-	270	-	-
ABRIL	-	-	-	-	244	-
MAIO	83	-	-	300	-	-
JUNHO	-	-	-	200	180	-
JULHO	-	-	-	-	-	-
AGOSTO	-	-	-	371	156	-
SETEMBRO	276	-	-	-	-	-
OUTUBRO	-	-	-	401	44	-
NOVEMBRO	-	-	-	110	-	-
DEZEMBRO	384	-	-	360	-	-
TOTAL	743	-	-	2.399	954	-

FONTE: CACEX / PROMOEXPORT / IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS
EXPORTAÇÃO LONGO CURSO: SODA CAUSTICA*
1976/1980

MESES					En Tonne/toneladas
	1976	1977	1978	1979	
JANEIRO	-	-	-	-	5.804
FEVEREIRO	-	-	-	19.514	-
MARÇO	-	-	-	-	-
ABRIL	-	-	-	6.005	-
MAIO	-	-	-	9.474	-
JUNHO	-	-	-	15.604	-
JULHO	-	-	2.070	6.501	-
AGOSTO	-	-	1.519	13.989	3.397
SETEMBRO	-	-	-	-	-
OUTUBRO	-	-	18.167	-	-
NOVEMBRO	-	-	2.000	-	-
DEZEMBRO	-	-	6.366	2.514	-
TOTAL	-	-	30.024	73.601	9.201

FONTE: PORTOBALS/IFOR

(*) Na tonelagem total da Soda Caustica, é adicionado 50% de água, por medida técnica
de transporte do produto.

ESTADO DE ALAGOAS
EXPORTAÇÃO LONGO CURSO: SODA CAUSTICA*
1976/1980

MESES					En Toneladas	
	1976	1977	1978	1979	1980	
JANEIRO	-	-	-	-	-	5.804
FEVEREIRO	-	-	-	-	-	-
MARÇO	-	-	-	-	-	-
ABRIL	-	-	-	-	6.005	-
MAIO	-	-	-	-	9.474	-
JUNHO	-	-	-	-	15.604	-
JULHO	-	-	-	2.900	6.501	-
AGOSTO	-	-	-	1.519	13.989	3.397
SETEMBRO	-	-	-	-	-	-
OUTUBRO	-	-	-	18.167	-	-
NOVEMBRO	-	-	-	2.000	-	-
DEZEMBRO	-	-	-	6.368	2.514	-
TOTAL	-	-	-	30.024	73.601	9.201

FONTE: PORTOBRAZ/IFOR

(*) Na tonelagem total da Soda Caustica é adicionado 50% de água, por medida técnica
de transporte do produto.

ESTADO DE ALAGOAS
EXPORTAÇÃO LONGO CURSO: OUTROS
1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	1980	Em Tonedadas
JANEIRO	101	466	24	106	-	
FEVEREIRO	05	-	36	69	999	
MARÇO	-	-	148	9.017	4.509	
ABRIL	73	782	83	-	-	
MAIO	-	-	293	60	8.237	
JUNHO	19	229	05	04	-	
JULHO	-	234	162	25	-	
AGOSTO	-	202	39	27	-	
SETEMBRO	400	147	18	5?	-	
OUTUBRO	202	-	-	10	-	
NOVEMBRO	120	419	229	-	-	
DEZEMBRO	-	234	107	4.282	690	
TOTAL	920	2.763	937	13.652	14.435	

FONTE: CACEX/PROMOEXPORT/IFOR

(*) Móveis de Madeira; Tecidos de Algodão; Raspa de Couro Bovino;
Castanha de Cajú; Ossos.

ESTADO DE ALAGOAS
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA
1976/1980

MESES	CONSUMO EM (MWH)										INDUSTRIAL				
	RESIDENCIAL			COMERCIAL			INDUSTRIAL								
1976	1977	1978	1979	1980	1976	1977	1978	1979	1980	1976	1977	1978	1979	1980	
JANEIRO	8.290	8.297	8.731	11.247	14.234	3.753	6.919	5.953	8.341	10.809	7.811	12.127	50.142	53.750	91.969
FEVEREIRO	6.412	9.726	9.276	12.121	13.502	3.717	5.629	6.264	7.886	8.662	9.831	18.471	57.469	63.593	78.375
MARÇO	6.723	8.803	9.181	12.380	12.275	3.419	6.100	6.066	8.148	7.983	9.256	22.931	64.473	72.785	75.209
ABRIL	6.212	9.203	8.681	11.829	12.684	-3.743	7.049	5.258	6.729	8.266	8.198	28.196	65.179	31.378	54.245
MAYO	6.491	9.610	9.542	10.941	12.303	4.675	5.109	6.458	6.965	7.721	7.963	25.386	55.238	69.575	75.671
JUNHO	6.213	7.074	9.640	10.839	12.702	3.559	5.674	6.118	6.619	7.700	7.082	24.546	59.961	73.956	71.420
JULHO	6.483	9.726	9.748	11.192	12.085	4.694	5.216	8.101	6.876	6.482	8.287	30.899	42.093	74.076	86.427
AGOSTO	6.220	8.483	8.607	10.715	11.696	3.594	4.663	6.380	6.733	6.900	8.182	25.843	64.790	75.004	78.533
SETEMBRO	6.589	8.853	8.919	11.163	12.505	4.688	5.616	5.616	9.365	6.784	9.366	28.583	65.779	73.193	69.388
OUTUBRO	6.528	9.078	9.769	11.060	12.419	4.296	5.769	5.680	6.710	7.555	10.255	38.941	69.159	75.415	76.875
NOVEMBRO	6.650	9.749	10.085	12.064	12.039	4.976	5.333	6.944	7.681	7.735	11.678	54.533	62.712	73.505	79.201
DEZEMBRO	7.564	9.140	10.248	11.969	12.632	4.807	6.209	7.326	8.428	8.031	12.796	55.713	76.584	87.617	82.525
TOTAL	80.375	106.542	12.667	137.530	137.530	49.922	69.286	76.347	90.000	91.629	110.705	367.174	734.579	823.845	919.830

FONTE: CEA/CIESF/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS
CONSUMO DE ENERGIA, ELETRICA
1976/1980

MESES	CONSUMO EM (MWH)					Ilum. Pública
	1976	1977	1978	1979	1980	
JANEIRO	1.006	3.601	3.592	3.362	4.280	2.088
FEVEREIRO	1.250	3.036	2.507	3.055	3.465	2.004
MARÇO	729	2.750	2.025	3.143	3.611	2.011
ABRIL	1.050	2.510	2.698	2.980	3.870	2.050
MARÇO	935	2.320	2.551	3.674	3.679	2.103
JUNHO	1.030	2.862	2.963	2.950	3.908	2.049
JULHO	984	2.464	2.894	3.197	3.903	2.041
AGOSTO	483	2.421	2.876	3.176	3.111	2.083
SETEMBRO	691	2.941	2.771	3.156	3.006	2.147
OCTUBRO	832	3.744	2.845	3.253	3.793	2.135
NOVEMBRO	976	2.738	2.640	3.735	3.881	2.183
DEZEMBRO	948	2.738	2.761	3.969	3.055	2.198
TOTAL	11.114	34.125	33.044	39.650	49.692	25.097
						30.952
						31.099
						34.364
						39.333

FONTE: CEL/CEA/CESEF / FDR.

ESTADO DE ALAGOAS
CONSUMO RURAL DE ENERGIA ELÉTRICA
1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	1980	(Em kWh)
						1976/1980
JANEIRO	592	792	1.215	886	1.760	
FEVEREIRO	540	724	1.134	917	2.159	
MARÇO	551	868	1.122	993	2.168	
ABRIL	404	717	754	775	764	
MAIOS	392	789	742	859	1.747	
JUNHO	658	782	1.011	903	1.050	
JULHO	882	754	805	928	1.087	
AGOSTO	559	707	1.046	953	1.029	
SETEMBRO	552	546	912	1.210	1.081	
OUTUBRO	616	779	1.907	1.029	1.141	
NOVEMBRO	499	869	746	2.001	1.167	
DEZEMBRO	784	800	934	2.043	1.052	
TOTAL	7.017	9.147	12.408	13.497	- 15.225	

FONTE: CEA/CHESF/IFOR

ESTADO DE ALAGOAS
 EXPORTAÇÃO CABOTAGEM: AÇÚCAR CRYSTAL
 QUANTIDADE: TONELADAS
 1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	1980
JANEIRO	24.263	420	6.300	9.000	-
FEVEREIRO	31.652	6.474	2.834	1.152	-
MARÇO	36.037	3.600	-	8.546	2.900
ABRIL	25.185	8.527	18.597	12.093	3.600
MAIOS	27.103	5.676	-	-	10.100
JUNHO	3.307	4.800	-	6.180	-
JULHO	9.220	7.874	9.866	-	9.000
AGOSTO	-	6.034	7.800	3.600	7.350
SETEMBRO	2.618	-	-	9.000	-
OUTUBRO	11.905	7.000	6.360	13.405	8.000
NOVEMBRO	-	3.300	4.200	3.600	-
DEZEMBRO	2.087	-	3.600	7.780	-
TOTAL	173.435	54.467	59.557	74.356	40.950

FONTE: PORTOBRA'S/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS
EXPORTAÇÃO CABOTAGEM: PETRÓLEO
1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	Em Toneladas	
					1980	
JANEIRO	10.221	15.502	-	10.306	7.694	12.906
FEVEREIRO	24.395	12.951	-	8.102	17.991	9.203
MARÇO	18.604	16.839	7.954	-	9.731	14.038
ABRIL	13.517	12.993	8.856	-	12.833	8.943
MAIO	22.877	12.741	-	6.870	6.350	16.427
JUNHO	16.296	11.504	12.331	-	12.826	7.736
JULHO	12.817	4.522	4.860	-	6.154	22.866
AGOSTO	19.243	14.627	7.226	17.954	-	7.774
SETEMBRO	16.059	6.815	6.994	-	10.031	16.670
OUTUBRO	16.967	6.158	10.120	-	10.982	14.461
NOVEMBRO	29.798	6.308	15.367	-	15.249	13.709
DEZEMBRO	16.700	16.976	9.293	13.297	-	6.487
TOTAL	217.494	137.935	-	108.291	141.092	151.220

FONTE: PORTOBRÁS/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS
EXPORTAÇÃO CABOTAGEM: SODA CÁUSTICA*
1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	Em Tonaladas	
					1980	
JANEIRO	-	-	19.603	17.973	27.602	
FEVEREIRO	-	-	19.114	4.990	30.435	
MARÇO	-	-	25.408	15.175	24.860	
ABRIL	-	-	17.923	9.543	25.955	
MAIO	-	-	18.076	36.693	16.193	
JUNHO	-	-	29.049	22.104	18.170	
JULHO	-	2.630	17.800	27.687	39.895	
AGOSTO	-	-	22.516	11.528	26.535	
SETEMBRO	-	28.121	-	32.478	34.930	
OUTUBRO	-	-	9.754	42.382	27.191	
NOVEMBRO	-	17.060	35.115	36.849	30.771	
DEZEMBRO	-	27.269	29.246	24.291	36.094	
TOTAL	-	75.080	243.506	281.703	340.631	

FONTE: PORTOBRA/SIFOR.

(*) Na tonelagem total da Soda Cáustica é adicionada 50% de água, por medida técnica de transporte do produto.

ESTADO DE ALAGOAS
EXPORTAÇÃO CABOTAGEM: OUTROS*
1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	Em Toneladas	
					1980	
JANEIRO	-	-	-	-	-	14.103
FEVEREIRO	133	-	-	-	-	11.779
MARÇO	-	-	-	-	-	13.702
ABRIL	27	-	-	-	-	18.125
MAIO	70	-	-	-	-	14.058
JUNHO	57	-	-	-	197	
JULHO	01	-	-	-	-	
AGOSTO	-	-	381	3.957	4.767	14.529
SETEMBRO	-	-	-	11.062	4.767	23.242
OUTUBRO	41	506	136	11.062	18.712	
NOVEMBRO	-	-	-	156	4.978	19.996
DEZEMBRO	-	-	-	-	20.572	19.080
TOTAL	329	506	673	66.301	9.803	14.939
						200.317

FONTE: PORTOBRA'S/IFOR

(*) Castanha de Cajú; Dicloretano; Álcool.

ESTADO DE ALAGOAS
IMPORTAÇÃO CABOTAGEM: GASOLINA
1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	1980	Em Toneladas
JANEIRO	6.828	6.344	2.850	8.607	5.680	
FEVEREIRO	8.712	6.266	6.934	3.506	4.669	
MARÇO	5.331	6.011	4.722	8.517	4.170	
ABRIL	7.972	3.546	3.572	4.800	4.654	
MAIO	3.717	7.046	10.155	5.027	4.685	
JUNHO	4.605	9.735	3.153	8.946	5.886	
JULHO	6.636	2.980	4.643	4.293	3.042	
AGOSTO	7.532	4.309	8.584	4.443	4.407	
SETEMBRO	7.670	7.272	4.562	5.753	7.777	
OUTUBRO	13.288	7.896	4.275	2.708	1.002	
NOVEMBRO	1.946	3.621	10.550	9.571	4.655	
DEZEMBRO	9.517	11.095	5.729	7.828	6.609	
TOTAL	83.754	78.121	71.737	73.999	57.436	

FONTE: PORTOBRAS/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS

IMPORTAÇÃO CABOTAGE: TRIGO EM GRÃO

1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	1980	
					Em milhares	Em toneladas
JANEIRO	0.994	5.536	-	-	-	-
FEVEREIRO	-	10.181	-	-	-	-
MARÇO	0.994	8.994	5.972	4.174	-	-
ABRIL	2.400	9.398	3.152	-	6.418	-
MAIOS	597	13.366	-	4.076	-	-
JUNHO	1.769	-	-	-	6.673	-
JULHO	1.202	-	-	-	-	-
AGOSTO	4.384	-	-	3.004	-	-
SETEMBRO	-	6.008	-	-	-	-
OUTUBRO	-	-	-	-	-	-
NOVEMBRO	566	2.804	4.004	3.927	1.431	-
DEZEMBRO	12.476	-	-	7.810	-	-
TOTAL	41.411	56.287	13.128	22.991	14.522	

FONTE: PORTOBRAZ/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS
IMPORÇÃO CABOTAGE: ÓLEO DIESEL
1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	Em Toneladas	
					1980	
JANEIRO	5.405	8.268	-	10.612	16.460	12.416
FEVEREIRO	7.550	9.790	-	12.949	7.504	10.330
MARÇO	6.014	6.514	-	4.093	10.848	3.972
ABRIL	8.865	12.233	-	13.361	10.555	8.516
MAIO	3.357	4.302	-	11.772	8.403	8.825
JUNHO	7.327	11.696	-	3.219	13.163	8.873
JULHO	6.928	4.520	-	7.696	5.928	5.088
AGOSTO	6.545	3.327	-	9.055	7.403	6.733
SETEMBRO	7.760	12.392	-	8.826	6.364	16.311
OUTUBRO	12.398	13.019	-	7.856	8.644	9.728
NOVEMBRO	3.310	7.596	-	18.154	16.708	18.862
DEZEMBRO	8.563	8.436	-	10.774	19.117	14.528
TOTAL	86.022	102.111	118.367	131.097	124.186	

FONTE: PORTOBRAZ/IFOR

ESTADO DE ALAGOAS
IMPORTAÇÃO CABOTAGEM: OFESA B.P.F.
1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	1980	
					Jan	Fev
JANEIRO	7.934	7.950	5.805	11.084	-	-
FEVEREIRO	-	-	-	-	1.079	6.553
MARÇO	-	4.110	1.691	8.397	-	4.086
ABRIL	-	-	12.224	3.185	-	4.266
MAIO	2.594	4.063	10.409	2.956	-	-
JUNHO	-	3.000	-	9.724	5.606	-
JULHO	-	-	-	10.504	7.197	-
AGOSTO	5.665	4.953	4.845	4.466	-	-
SETEMBRO	-	-	4.990	7.998	5.003	-
OUTUBRO	5.163	-	9.057	5.630	6.749	-
NOVEMBRO	3.037	-	4.054	6.526	-	-
DEZEMBRO	3.827	-	10.126	5.358	7.588	-
TOTAL	28.270	19.106	65.729	76.907	47.848	

FONTE: PORTOBRA'S/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS
IMPORTACAO CABOTAGEM: QUEROZENE
QUANTIDADE: TONELADAS
1975/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	1980
JANEIRO	-	650	-	783	-
FEVEREIRO	1.238	703	964	-	1.015
MARÇO	-	311	454	1.008	-
ABRIL	416	658	777	-	383
MAIOS	803	645	732	926	397
JUNHO	-	344	452	401	-
JULHO	843	770	-	791	789
AGOSTO	1.024	-	758	-	-
SETEMBRO	490	699	742	562	708
OUTUBRO	713	608	-	457	-
NOVEMBRO	-	238	775	764	402
DEZEMBRO	948	1.245	439	436	899
TOTAL	6.555	6.872	6.293	6.128	4.593

FONTE: PORTOBRAS/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS
IMPORTAÇÃO CABOTAGEM: OUTROS*
1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	1980	Em Tonedas
JANEIRO	812	-	-	-	-	2.596
FEVEREIRO	2.015	-	4.368	-	-	2.383
MARÇO	1.814	-	-	-	-	1.841
ABRIL	26	-	139	-	-	1.711
MAIOS	332	22.000	234	325	2.574	
JUNHO	-	-	5.164	326	4.780	
JULHO	1.198	-	-	425	2.714	
AGOSTO	-	350	-	160	1.733	
SETEMBRO	-	195	346	616	-	
OUTUBRO	45	5.419	-	2.004	3.792	
NOVEMBRO	-	9.746	-	2.649	696	
DEZEMBRO	487	5.046	-	2.174	1.357	
TOTAL	6.744	42.756	10.251	9.467	27.177	

FONTE: PORTOBRAS

(*) Máquinas, tuhos de ferro; adubos; Fuel-oil; Eteno.

ESTADO DE ALAGOAS
MOVIMENTO ESTATÍSTICO DO AEROPORTO DOS PALMARES
MACEIÓ-ALAGOAS
1976/1980

MES:	EMBARCAÇÕES					DESEMBARCAÇÕES					MOVIMENTO DE PASSAGEIROS					TRÂNSITO				
	1976	1977	1978	1979	1980	1976	1977	1978	1979	1980	1976	1977	1978	1979	1980	1976	1977	1978	1979	1980
JAN	4.176	5.216	5.995	7.055	8.727	3.473	4.715	5.489	6.247	7.794	3.502	4.642	5.620	7.088	9.405					
FEBR	3.945	3.940	4.796	6.096	7.419	3.595	3.598	4.108	5.690	6.810	3.028	3.979	4.662	6.337	9.123					
MAR	3.553	4.119	4.735	5.534	6.946	2.832	3.598	4.478	4.613	6.284	2.837	3.461	4.520	5.049	7.478					
ABR	2.952	3.554	4.179	4.436	5.534	2.716	3.278	4.021	4.208	5.449	2.619	3.800	4.279	4.314	6.827					
MAY	3.039	3.698	4.232	4.375	5.306	2.846	3.587	4.171	4.275	5.305	2.658	3.432	4.553	4.043	5.500					
JUN	3.000	3.447	3.836	4.246	4.820	2.819	3.410	3.660	4.244	4.880	2.828	3.547	3.925	4.140	5.610					
JUL	4.313	5.230	5.913	6.415	8.082	4.112	4.924	5.686	6.115	7.976	5.125	6.136	7.610	8.589	8.911					
AGO	3.427	4.034	4.977	5.017	5.795	3.542	4.112	4.850	5.248	5.852	3.798	4.206	5.013	5.694	6.083					
SETE	3.725	4.328	4.516	4.946	5.305	3.652	4.172	4.396	4.866	5.652	3.954	4.357	5.226	5.819	5.928					
AGO	3.759	4.416	4.909	5.972	5.946	3.540	4.144	4.833	6.135	5.935	4.021	4.581	5.302	6.216	5.806					
SET	3.914	4.650	4.550	6.057	6.127	3.754	4.524	4.469	5.716	5.911	3.690	4.034	5.598	6.348	5.327					
OCT	3.919	4.435	4.856	5.364	6.169	4.261	4.907	5.635	6.727	8.235	3.839	5.052	6.318	8.124	7.330					
NOV	43.722	51.067	57.491	65.513	76.358	41.142	48.969	55.796	64.054	76.161	41.909	51.227	62.626	71.761	83.328					

Fonte: INFRAERO/IFOR

ESTADO DE ALAGOAS
MOVIMENTO ESTATÍSTICO DO AEROPORTO DOS PALMARES
MACEIÓ-ALAGOAS
1976/1980

MESES	MOVIMENTO DE CARGAS (KG)						TRANSMITO								
	EMBARCADAS			DESENBARCADAS			1976	1977	1978	1979	1980	1976	1977	1978	1979
JANEIRO	12.381	29.511	4.36730	5.171	96.245	62.077	52.628	24.103	96.155	97.510	125.209	114.191	104.332	146.969	170.706
FEVEREIRO	11.046	9.049	32.750	5.187	55.152	6.147	61.006	66.142	100.629	84.770	126.759	143.303	107.532	132.640	121.150
MARÇO	9.797	17.333	34.552	46.420	62.713	56.531	67.746	69.796	92.206	87.324	109.654	116.005	120.672	115.134	121.656
ABRIL	10.792	6.664	32.439	75.737	36.662	54.747	51.776	63.146	75.726	61.776	97.317	97.130	102.923	93.671	105.065
MAIOS	10.300	9.301	31.144	37.154	35.746	53.304	60.740	51.545	74.640	50.579	94.705	97.526	99.203	101.347	111.377
JUNHO	9.247	5.249	27.257	35.183	33.332	54.760	55.601	51.370	92.609	69.439	101.070	105.639	99.985	92.699	96.474
JULHO	10.995	20.066	40.790	48.479	53.716	62.315	67.375	77.759	97.001	96.746	115.091	116.938	122.729	116.516	143.210
AGOSTO	11.396	25.092	30.720	40.155	40.736	61.360	65.215	66.895	86.594	86.751	104.395	101.712	114.225	109.477	125.109
SETEMBRO	11.773	27.324	43.226	36.144	36.945	60.163	74.591	74.387	78.612	83.022	94.367	100.769	113.760	92.219	117.022
OUTUBRO	10.717	24.640	36.961	41.575	41.737	52.345	60.445	76.506	99.074	90.438	74.887	-	17% 329	97.452	126.295
NOVEMBRO	7.415	29.813	75.138	97.304	70.702	59.461	75.875	75.448	97.994	89.013	97.894	103.593	116.961	105.167	125.125
DEZEMBRO	7.360	32.705	30.631	38.123	42.739	66.267	106.323	111.376	101.430	105.871	121.656	120.736	126.100	120.650	130.650
TOTAL	124.600	275.467	436.241	516.301	520.176	711.566	812.516	914.317	1.054.646	1.030.569	1.271.059	1.214.342	1.342.260	1.375.615	1.451.801

FONTE: INFRAERO/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS
 MOVIMENTO ESTATÍSTICO DO AEROPORTO DOS PALMARES
 MACEIÓ-ALAGOAS
 1976/1980

MESES	POUSOS			MOVIMENTO DE AERONAVES			DECOLAGENS			
	1976	1977	1978	1979	1980	1976	1977	1978	1979	1980
JANEIRO	207	231	267	274	276	207	231	267	275	276
FEVEREIRO	201	209	213	262	282	200	207	211	262	282
MARÇO	202	267	244	293	323	202	267	245	292	323
ABRIL	189	318	223	257	297	190	317	222	258	296
MÁIO	201	253	225	230	300	201	257	228	229	299
JUNHO	217	234	249	199	287	217	234	248	197	288
JULHO	235	249	287	248	334	235	248	286	250	333
AGOSTO	267	251	256	246	321	265	252	257	244	322
SETEMBRO	232	255	271	268	288	233	255	272	270	288
OUTUBRO	243	292	296	234	352	243	290	296	334	344
NOVEMBRO	298	295	251	239	376	298	297	250	240	386
DEZEMBRO	230	284	275	202	345	231	284	275	281	346
TOTAL	2.722	3.138	3.057	3.132	3.781	2.722	3.139	3.057	3.132	3.783

FONTE: INFRAERO/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS
RECEITA TRIBUTÁRIA FEDERAL

1976/1980

IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO

MESSES	1976	1977	1978	1979		1980
JANEIRO	761	106	17	151	07	
FEVEREIRO	420	01	01	83	17	
MARÇO	356	-	102	1.144	02	
ABRIL	300	07	-	1.632	117	
MAIOS	154	356	08	53	93	
JUNHO	159	-	13	19	95	
JULHO	23	-	03	-	10	
AGOSTO	664	24	08	22	04	
SETEMBRO	18.233	18	664	10	302	
OUTUBRO	41	41	186	2.489	09	
NOVEMBRO	28	03	752	68	4.704	
DEZEMBRO	87	19	01	02	*	
TOTAL	21.226	575	1.755	5.673	5.790	

FONTE: SRF/CIEF/IFOR

(*) Não dispomos dos dados referentes à Dezembro/80.

ESTADO DE ALAGOAS
REFÉLIA TRIBUTARIA FEDERAL
IMPOSTOS, PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS
1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	1980	Em CRS 1.000,00
JANEIRO	1.416	1.655	4.029	6.533	6.351	
FEVEREIRO	1.791	1.895	5.593	5.515	6.866	
MARÇO	1.693	2.500	4.729	9.061	5.863	
ABRIL	1.613	1.927	2.760	8.949	6.779	
MAIO	2.353	2.833	10.113	7.812	7.436	
JUNHO	1.629	2.635	5.711	5.234	8.219	
JULHO	1.408	1.804	7.686	11.238	10.755	
AGOSTO	2.351	3.452	6.259	7.068	9.593	
SETEMBRO	7.977	3.053	3.830	4.605	13.544	
OUTUBRO	1.685	3.451	10.544	13.064	10.984	
NOVEMBRO	2.260	3.933	9.420	7.420	11.292	
DEZEMBRO	1.950	3.076	6.928	7.649	*	
TOTAL	28.126	31.114	77.612	94.149	97.682	

FONTE: SRF/CIEFF/IFOR.

(*) Não disponibilizamos os dados referentes à Dezembro/80.

ESTADO DE ALAGOAS
RECEITA TRIBUTARIA FEDERAL
1976/1980

IMPOSTO S/A RENDA
Em CR\$ 1.000,00

MESES	1976	1977	1978	1979	1980
JANEIRO	10.895	20.088	32.753	43.775	58.486
FEVEREIRO	9.864	16.713	23.547	34.195	52.865
MARÇO	16.930	17.209	25.104	32.973	51.836
ABRIL	12.013	16.921	22.864	35.806	72.569
MAIO	13.480	21.448	34.802	35.681	100.762
JUNHO	14.812	23.922	29.418	45.118	87.961
JULHO	16.939	21.952	30.822	41.966	103.334
AGOSTO	18.147	25.953	39.281	51.728	110.045
SETEMBRO	15.902	24.158	27.727	45.345	101.934
OUTUBRO	14.352	23.039	37.055	54.220	123.590
NOVEMBRO	18.276	24.510	33.859	55.006	123.053
DEZEMBRO	20.201	30.838	40.691	64.688	*
TOTAL	175.811	266.761	377.933	540.451	986.435

FONTE: SRF/CIEF/IFOR.

(*) Não dispomos dos dados referentes à Dezembro/80.

ESTADO DE ALAGOAS
 RECEITA TRIBUTÁRIA FEDERAL
 IMPOSTO S/TRANSPORTE
 1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	1980
JANEIRO	382	577	960	1.825	2.812
FEVEREIRO	491	753	1.157	1.664	3.051
MARÇO	414	611	782	1.756	3.467
ABRIL	378	566	755	1.660	2.802
MAIO	322	470	1.046	1.827	3.326
JUNHO	326	520	1.003	1.303	2.081
JULHO	313	366	1.030	2.038	3.346
AGOSTO	440	307	975	1.905	3.568
SETEMBRO	517	754	1.097	1.735	3.714
OUTUBRO	349	762	1.175	2.417	4.508
NOVEMBRO	427	696	1.437	2.141	4.707
DEZEMBRO	489	774	1.342	2.695	*
TOTAL	4.847	7.156	12.759	22.971	36.262

FONTE: SRF/CIEF/IFOR

(*) Não dispomos dos dados referentes a Dezembro/80

ESTADO DE ALAGOAS
RECEITA TRIBUTÁRIA FEDERAL
IMPOSTO SOBRE ENERGIA

1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	Em CR\$ 1.000,00	
					1980	
JANEIRO	1.525	1.918	2.994	4.938		8.709
FEVEREIRO	1.492	2.336	3.205	4.324		11.757
MARÇO	1.991	2.220	3.570	5.903		11.261
ABRIL	1.600	1.077	4.537	7.301		14.165
MAIO	1.538	2.173	3.838	7.290		12.264
JUNHO	1.611	2.855	3.973	7.523		13.225
JULHO	1.688	2.149	4.351	7.117		12.103
AGOSTO	1.625	2.097	4.850	6.778		12.832
SETEMBRO	1.938	2.264	4.066	8.051		14.240
OUTUBRO	1.768	1.998	3.743	6.508		12.653
NOVEMBRO	2.140	2.935	4.674	7.187		15.339
DEZEMBRO	1.785	3.179	4.136	7.107	*	*
TOTAL	20.701	27.201	48.737	80.027		138.548

FONTE: SRF/CIEF/IFOR.

(*) Não dispomos dos dados referentes a Dezembro/80.

ESTADO DE ALAGOAS
RECETÁRIO TRIBUTÁRIA FEDERAL
IMPOSTO SOBRE MINERAIS

MESES	1976/1980			Em CR\$ 1.000,00
	1976	1977	1978	
JANEIRO	161	102	624	908
FEVEREIRO	92	100	703	952
MARÇO	272	111	437	786
ABRIL	117	95	523	1.379
MAIO	287	324	708	1.622
JUNHO	187	254	595	656
JULHO	186	87	988	1.504
AGOSTO	268	559	751	848
SETEMBRO	174	418	647	687
OUTUBRO	59	472	1.155	1.267
NOVEMBRO	213	456	972	960
DEZEMBRO	279	426	1.078	878
TOTAL	2.295	3.404	9.161	12.447
				23.735

FONTE: SRF/CIEF/IFOR

(*) Não dispomos dos dados referentes à Dezembro/80

ESTADO DE ALAGOAS
ARRECADAÇÃO DO ICM NO ESTADO DE ALAGOAS
1975/1980

MESES	1975	1976	1977	1978	1979	1980	Em CR\$ 1.000,00
JANEIRO	33.780	54.109	71.936	122.653	162.244	292.251	
FEVEREIRO	26.345	41.689	78.194	114.563	131.912	281.491	
MARÇO	22.936	32.532	71.056	95.784	139.098	228.817	
ABRIL	23.248	33.301	56.790	91.934	129.211	236.640	
MAIO	29.342	52.346	84.933	86.838	112.092	279.309	
JUNHO	28.255	28.877	58.698	-	108.495	130.482	249.262
JULHO	23.913	35.720	42.437	79.774	124.603	264.008	
AGOSTO	24.796	34.356	51.567	75.252	136.668	302.048	
SETEMBRO	29.843	29.441	58.877	73.270	167.356	354.723	
OUTUBRO	30.208	52.796	30.604	113.575	223.178	491.590	
NOVEMBRO	40.059	67.313	104.371	179.428	318.183	632.446	
DEZEMBRO	46.223	82.828	120.836	180.943	344.358	654.166	
TOTAL	350.948	545.308	880.799	1.319.509	2.119.309	4.266.751	

FONTE: SEFAZ/DAF/IFOR

ESTADO DE ALAGOAS
RECEITA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ
IMPOSTO PREDIAL
1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	1980	Em CR\$ 1.000,00
JANEIRO	-	147	703	1.321	-	
FEVEREIRO	1.357	1.023	3.946	5.236	-	
MARÇO	790	671	587	1.612	-	
ABRIL	84	157	240	280	4.986	
MAIO	174	538	1.199	1.653	1.688	
JUNHO	114	161	243	527	979	
JULHO	73	174	223	969	9.271	
AGOSTO	285	561	998	2.568	7.656	
SETEMBRO	67	177	281	755	8.015	
OUTUBRO	70	111	265	529	8.474	
NOVEMBRO	328	637	963	2.098	6.444	
DEZEMBRO	153	250	359	710	5.153	
TOTAL	3.495	4.607	19.167	19.268	57.666	

FONTE: DAF / IFOR

ESTADO DE ALAGOAS

RECEITA ORÇAMENTARIA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

IMPOSTO TERRITORIAL

1976/1980

En CRS 1.000,00

MESES	1976	1977	1978	1979	1980
JANEIRO	-	09	90	273	-
FEVEREIRO	161	90	517	1.304	-
MARÇO	71	69	124	483	-
ABRIL	69	34	27	282	110
MAIOS	13	63	123	451	72
JUNHO	12	16	41	233	26
JULHO	11	15	47	195	1.055
AGOSTO	33	46	135	576	1.505
SETEMBRO	61	20	69	135	667
OUTUBRO	14	12	46	147	779
NOVEMBRO	30	55	148	493	556
DEZEMBRO	73	31	78	153	630
TOTAL	395	475	1.155	4.175	5.360

FONTE: DAF / ITTO

ESTADO DE ALAGOAS
 RECEITA ORÇAMENTARIA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ
 IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA
 1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	1980	Em CR\$ 1.000,00
JANEIRO	641	890	1.532	2.459	4.378	
FEVEREIRO	639	1.073	2.036	3.211	7.195	
MARÇO	690	998	2.070	3.073	8.497	
ABRIL	665	1.022	2.156	3.332	8.326	
MAIO	676	1.475	2.745	3.814	9.504	
JUNHO	820	1.633	2.422	3.562	9.714	
JULHO	661	1.226	2.447	4.142	9.133	
AGOSTO	1.078	1.530	3.229	4.256	10.298	
SETEMBRO	778	1.434	3.175	3.931	12.524	
OUTUBRO	926	1.270	3.382	4.363	13.463	
NOVEMBRO	741	1.828	3.245	4.858	13.304	
DEZEMBRO	1.073	1.804	3.310	4.222	13.834	
TOTAL	9.388	16.183	32.549	45.223	120.110	

134

FONTE: DAF/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS
 RECEITA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ
 TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS
 1976/1980

Em CR\$ 1.000,00

MESES	1976	1977	1978	1979	1980
JANEIRO	420	758	338	1.449	1.295
FEVEREIRO	1.228	3.770	6.319	7.732	14.316
MARÇO	1.524	1.935	1.424	3.036	2.783
ABRIL	494	768	1.031	1.409	2.296
MAIO	631	907	1.352	2.007	2.264
JUNHO	527	501	843	1.262	1.679
JULHO	318	520	859	1.442	3.783
AGOSTO	518	734	1.129	1.583	3.352
SETEMBRO	320	629	738	1.277	3.198
OUTUBRO	356	471	838	1.294	4.561
NOVEMBRO	436	732	923	1.264	3.184
DEZEMBRO	485	635	1.046	930	3.159
TOTAL	7.257	12.360	16.940	24.685	45.970

FONTE: DAF/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS
MOVIMENTO DE CARTÓRIOS DE PROTESTOS
FALENCIAS REQUERIDAS
1976/1980

MESES	1976		1977		1978		1979		1980	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
JANEIRO	02	23	02	19	-	-	07	121	11	1.283
FEVEREIRO	09	...	-	-	04	31	05	1.127	09	1.281
MARÇO	02	105	01	163	07	359	11	1.307	06	676
ABRIL	03	50	02	82	01	42	04	334	08	372
MAIO	02	92	-	-	02	263	08	442	09	3.056
JUNHO	01	...	-	-	04	224	04	351	06	314
JULHO	-	-	01	38	07	126	06	1.804	10	2.342
AGOSTO	-	-	01	33	05	104	07	603	12	1.169
SETEMBRO	01	11	05	412	02	73	09	447	14	832
OUTUBRO	-	-	02	154	06	201	07	551	12	1.061
NOVEMBRO	01	54	01	51	05	1.902	08	1.342	15	1.524
DEZEMBRO	01	41	04	307	01	51	15	3.748	10	2.223
TOTAL	22	376	19	1.259	44	3.376	91	12.177	124	16.133

FONTE: Cartórios de Protestos/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS
 MOVIMENTO DE CARTÓRIOS DE PROTESTOS
 FALENCIAS DECRETADAS

MESES	1976/1980				1979	1980
	1976	1977	1978	1979		
JANEIRO	01	02	-	-	01	-
FEVEREIRO	02	-	03	06	-	-
MARÇO	03	01	07	01	-	-
ABRIL	02	-	-	-	-	-
MAIO	09	02	-	-	-	-
JUNHO	-	-	-	-	01	-
JULHO	-	01	-	-	02	-
AGOSTO	-	01	-	-	-	-
SETEMBRO	01	02	-	-	-	-
OUTUBRO	-	05	-	-	-	01
NOVEMBRO	01	03	-	...	-	-
DEZEMBRO	01	04	-	01
TOTAL	20	21	10	11	11	02

FONTE: Cartórios de Protestos/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS
MOVIMENTO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO
CADASTROS NEGATIVOS
1976/1980

MESES	1976			1977			1978			1979			1980		
	QUANTIDADE	VALOR NOMINAL	QUANTIDADE												
JANEIRO	463	298	783	1.692	596	1.802	804	5.190	769	6.459					
FEVEREIRO	604	751	738	1.157	578	674	509	274	870	5.045					
MARÇO	842	748	1.042	1.668	655	3.104	767	3.087	1.098	8.216					
ABRIL	778	850	729	1.802	575	888	695	11.772	712	3.507					
MAIOS	848	904	830	1.507	849	3.511	1.441	4.182	883	7.673					
JUNHO	679	541	741	1.028	761	32.325	1.011	6.039	813	8.031					
JULHO	723	587	660	3.782	1.090	91.023	377	2.127	937	17.333					
AGOSTO	497	498	696	2.144	724	21.169	988	5.783	674	9.139					
SETEMBRO	555	488	594	1.388	875	4.798	629	4.394	785	10.414					
OUTUBRO	947	1.727	831	4.076	824	8.110	554	3.364	986	9.301					
NOVEMBRO	951	1.373	578	1.764	1.113	5.697	857	4.532	668	14.818					
DEZEMBRO	1.633	3.754	520	1.020	716	6.539	863	8.503	300	20.506					
TOTAL	9.520	12.519	8.751	23.028	9.356	180.440	9.435	59.224	9.495	120.492					

FONTE: SPC/IFOR.

TOTAL		1,035	5,649	6,975	11,573	7,541	11,76	5,793	11,209	11,774
DEBTS		1,394	664	694	1,394	1,110	1,110	694	1,394	1,394
MORTGAGE		311	417	417	311	2,224	2,224	417	311	311
OUTGOING		732	356	356	732	1,434	1,434	356	732	732
SALARIES		350	350	350	350	2,357	2,357	350	350	350
ADMISSIONS		450	510	510	450	1,264	1,264	510	450	450
JURIS		521	615	615	521	1,910	1,910	615	521	521
JUDGMENTS		557	577	577	557	2,351	2,351	577	557	557
LAW SUITS		551	615	615	551	1,153	1,153	615	551	551
LAWYERS FEES		574	639	639	574	1,223	1,223	639	574	574
LAWYERS EXPENSES		579	640	640	579	1,027	1,027	640	579	579
LAWYERS EXPENSES		591	659	659	591	1,027	1,027	659	591	591
LAWYERS EXPENSES		595	661	661	595	1,027	1,027	661	595	595
LAWYERS EXPENSES		612	694	694	612	1,027	1,027	694	612	612
LAWYERS EXPENSES		613	690	690	613	1,027	1,027	690	613	613
LAWYERS EXPENSES		617	675	675	617	1,027	1,027	675	617	617
LAWYERS EXPENSES		640	709	709	640	1,027	1,027	709	640	640
LAWYERS EXPENSES		641	709	709	641	1,027	1,027	709	641	641
LAWYERS EXPENSES		642	709	709	642	1,027	1,027	709	642	642
LAWYERS EXPENSES		643	709	709	643	1,027	1,027	709	643	643
LAWYERS EXPENSES		644	709	709	644	1,027	1,027	709	644	644
LAWYERS EXPENSES		645	709	709	645	1,027	1,027	709	645	645
LAWYERS EXPENSES		646	709	709	646	1,027	1,027	709	646	646
LAWYERS EXPENSES		647	709	709	647	1,027	1,027	709	647	647
LAWYERS EXPENSES		648	709	709	648	1,027	1,027	709	648	648
LAWYERS EXPENSES		649	709	709	649	1,027	1,027	709	649	649
LAWYERS EXPENSES		650	709	709	650	1,027	1,027	709	650	650
LAWYERS EXPENSES		651	709	709	651	1,027	1,027	709	651	651
LAWYERS EXPENSES		652	709	709	652	1,027	1,027	709	652	652
LAWYERS EXPENSES		653	709	709	653	1,027	1,027	709	653	653
LAWYERS EXPENSES		654	709	709	654	1,027	1,027	709	654	654
LAWYERS EXPENSES		655	709	709	655	1,027	1,027	709	655	655
LAWYERS EXPENSES		656	709	709	656	1,027	1,027	709	656	656
LAWYERS EXPENSES		657	709	709	657	1,027	1,027	709	657	657
LAWYERS EXPENSES		658	709	709	658	1,027	1,027	709	658	658
LAWYERS EXPENSES		659	709	709	659	1,027	1,027	709	659	659
LAWYERS EXPENSES		660	709	709	660	1,027	1,027	709	660	660
LAWYERS EXPENSES		661	709	709	661	1,027	1,027	709	661	661
LAWYERS EXPENSES		662	709	709	662	1,027	1,027	709	662	662
LAWYERS EXPENSES		663	709	709	663	1,027	1,027	709	663	663
LAWYERS EXPENSES		664	709	709	664	1,027	1,027	709	664	664
LAWYERS EXPENSES		665	709	709	665	1,027	1,027	709	665	665
LAWYERS EXPENSES		666	709	709	666	1,027	1,027	709	666	666
LAWYERS EXPENSES		667	709	709	667	1,027	1,027	709	667	667
LAWYERS EXPENSES		668	709	709	668	1,027	1,027	709	668	668
LAWYERS EXPENSES		669	709	709	669	1,027	1,027	709	669	669
LAWYERS EXPENSES		670	709	709	670	1,027	1,027	709	670	670
LAWYERS EXPENSES		671	709	709	671	1,027	1,027	709	671	671
LAWYERS EXPENSES		672	709	709	672	1,027	1,027	709	672	672
LAWYERS EXPENSES		673	709	709	673	1,027	1,027	709	673	673
LAWYERS EXPENSES		674	709	709	674	1,027	1,027	709	674	674
LAWYERS EXPENSES		675	709	709	675	1,027	1,027	709	675	675
LAWYERS EXPENSES		676	709	709	676	1,027	1,027	709	676	676
LAWYERS EXPENSES		677	709	709	677	1,027	1,027	709	677	677
LAWYERS EXPENSES		678	709	709	678	1,027	1,027	709	678	678
LAWYERS EXPENSES		679	709	709	679	1,027	1,027	709	679	679
LAWYERS EXPENSES		680	709	709	680	1,027	1,027	709	680	680
LAWYERS EXPENSES		681	709	709	681	1,027	1,027	709	681	681
LAWYERS EXPENSES		682	709	709	682	1,027	1,027	709	682	682
LAWYERS EXPENSES		683	709	709	683	1,027	1,027	709	683	683
LAWYERS EXPENSES		684	709	709	684	1,027	1,027	709	684	684
LAWYERS EXPENSES		685	709	709	685	1,027	1,027	709	685	685
LAWYERS EXPENSES		686	709	709	686	1,027	1,027	709	686	686
LAWYERS EXPENSES		687	709	709	687	1,027	1,027	709	687	687
LAWYERS EXPENSES		688	709	709	688	1,027	1,027	709	688	688
LAWYERS EXPENSES		689	709	709	689	1,027	1,027	709	689	689
LAWYERS EXPENSES		690	709	709	690	1,027	1,027	709	690	690
LAWYERS EXPENSES		691	709	709	691	1,027	1,027	709	691	691
LAWYERS EXPENSES		692	709	709	692	1,027	1,027	709	692	692
LAWYERS EXPENSES		693	709	709	693	1,027	1,027	709	693	693
LAWYERS EXPENSES		694	709	709	694	1,027	1,027	709	694	694
LAWYERS EXPENSES		695	709	709	695	1,027	1,027	709	695	695
LAWYERS EXPENSES		696	709	709	696	1,027	1,027	709	696	696
LAWYERS EXPENSES		697	709	709	697	1,027	1,027	709	697	697
LAWYERS EXPENSES		698	709	709	698	1,027	1,027	709	698	698
LAWYERS EXPENSES		699	709	709	699	1,027	1,027	709	699	699
LAWYERS EXPENSES		700	709	709	700	1,027	1,027	709	700	700
LAWYERS EXPENSES		701	709	709	701	1,027	1,027	709	701	701
LAWYERS EXPENSES		702	709	709	702	1,027	1,027	709	702	702
LAWYERS EXPENSES		703	709	709	703	1,027	1,027	709	703	703
LAWYERS EXPENSES		704	709	709	704	1,027	1,027	709	704	704
LAWYERS EXPENSES		705	709	709	705	1,027	1,027	709	705	705
LAWYERS EXPENSES		706	709	709	706	1,027	1,027	709	706	706
LAWYERS EXPENSES		707	709	709	707	1,027	1,027	709	707	707
LAWYERS EXPENSES		708	709	709	708	1,027	1,027	709	708	708
LAWYERS EXPENSES		709	709	709	709	1,027	1,027	709	709	709
LAWYERS EXPENSES		710	709	709	710	1,027	1,027	709	710	710
LAWYERS EXPENSES		711	709	709	711	1,027	1,027	709	711	711
LAWYERS EXPENSES		712	709	709	712	1,027	1,027	709	712	712
LAWYERS EXPENSES		713	709	709	713	1,027	1,027	709	713	713
LAWYERS EXPENSES		714	709	709	714	1,027	1,027	709	714	714
LAWYERS EXPENSES		715	709	709	715	1,027	1,027	709	715	715
LAWYERS EXPENSES		716	709	709	716	1,027	1,027	709	716	716
LAWYERS EXPENSES		717	709	709	717	1,027	1,027	709	717	717
LAWYERS EXPENSES		718	709	709	718	1,027	1,027	709	718	718
LAWYERS EXPENSES		719	709	709	719	1,027	1,027	709	719	719
LAWYERS EXPENSES		720	709	709	720	1,027	1,027	709	720	720
LAWYERS EXPENSES		721	709	709	721	1,027	1,027	709	721	721
LAWYERS EXPENSES		722	709	709	722	1,027	1,027	709	722	722
LAWYERS EXPENSES		723	709	709	723	1,027	1,027	709	723	723
LAWYERS EXPENSES		724	709	709	724	1,027	1,027	709	724	724
LAWYERS EXPENSES		725	709	709	725	1,027	1,027	709	725	725
LAWYERS EXPENSES		726	709	709	726	1,027	1,027	709	726	726
LAWYERS EXPENSES		727	709	709	727	1,027	1,027	709	727	727
LAWYERS EXPENSES		728	709	709	728	1,027	1,027	709	728	728
LAWYERS EXPENSES		729	709	709	729	1,027	1,027	709	729	729
LAWYERS EXPENSES		730	709	709	730	1,027	1,027	709	730	730
LAWYERS EXPENSES		731	709	709	731	1,027	1,027	709	731	731
LAWYERS EXPENSES		732	709	709	732	1,027	1,027	709	732	732
LAWYERS EXPENSES		733	709	709	733	1,				

THE WHITE HOUSE

130

卷之三

DEBTORS' EQUITY

DRAFTS OF THE CONSTITUTION OF THE UNITED STATES

ESTUARIE WILDS

ESTADO DE ALAGOAS
MOVIMENTO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO
INFORMAÇÕES SOLICITADAS E RESPOSTAS POSITIVAS
1976/1980

MESES	1976		1977		1978		1979		1980	
	INFORMAÇÕES SOLICITADAS	RESPOSTAS POSITIVAS								
JANEIRO	6.601	6.056	5.283	4.845	5.966	5.501	7.276	6.783	10.296	9.596
FEVEREIRO	6.204	5.600	4.433	4.102	5.381	4.931	6.248	5.820	9.379	8.761
MARÇO	6.058	5.564	6.168	5.698	6.956	6.401	7.758	7.260	11.612	10.939
ABRIL	5.916	5.420	5.257	4.828	6.024	5.516	7.698	7.192	11.544	10.876
MAIO	7.273	6.694	6.302	5.736	7.245	6.714	9.571	8.990	13.563	12.830
JUNHO	6.481	5.973	6.225	5.730	7.015	6.562	8.814	8.247	11.560	10.902
JULHO	7.176	6.619	6.769	6.165	7.180	6.57	10.916	10.202	13.055	12.250
AGOSTO	6.236	5.806	7.616	7.031	9.187	7.526	10.564	9.923	12.201	11.515
SETEMBRO	5.751	5.336	6.753	6.195	7.303	6.747	8.842	8.231	12.823	12.122
OUTUBRO	5.931	5.492	7.338	6.750	8.179	7.613	11.581	10.847	14.209	13.395
NOVEMBRO	6.336	5.848	7.215	6.678	8.740	8.101	13.097	12.310	15.356	14.521
DEZEMBRO	10.531	9.649	10.008	9.341	11.956	11.149	16.803	15.831	19.648	13.925
TOTAL	80.544	74.057	79.449	73.099	90.132	83.437	119.166	111.169	155.446	141.632

ESTADO DE ALAGOAS
 MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
 NÚMERO DE ADMITIDOS E DEMITIDOS
 1976/1980

MESES	ADMITIDOS					DEMITIDOS				
	1976	1977	1978	1979	1980	1976	1977	1978	1979	1980
JANEIRO	3.700	4.074	5.022	5.235	6.174	3.017	5.065	6.312	5.652	5.068
FEVEREIRO	6.442	5.187	6.927	7.089	4.566	5.704	4.748	5.589	6.308	3.993
MARÇO	7.721	4.891	5.399	4.678	4.495	5.331	4.934	4.952	4.695	4.347
ABRIL	5.197	5.650	5.836	4.573	4.419	4.684	5.638	6.270	5.952	4.927
MAIO	4.753	4.954	4.137	4.216	4.587	4.245	5.243	4.395	5.919	3.799
JUNHO	5.113	5.590	5.995	4.910	3.377	3.653	5.228	5.766	4.550	4.095
JULHO	5.494	5.114	5.358	4.173	4.455	5.079	5.133	5.213	4.182	4.063
AGOSTO	4.569	4.959	5.016	4.639	5.511	4.450	4.207	4.399	4.544	4.116
SETEMBRO	5.137	6.557	5.949	6.864	8.073	4.513	4.854	4.696	4.236	4.174
OUTUBRO	6.751	6.444	6.754	4.797	6.152	4.057	4.638	4.591	4.242	4.047
NOVEMBRO	4.407	7.777	6.226	6.443	6.206	4.417	5.798	4.795	5.274	4.533
DEZEMBRO	4.591	6.182	5.408	5.401	3.678	3.746	5.329	4.744	4.990	3.741
TOTAL	63.875	67.379	70.029	63.018	61.693	52.896	60.815	62.722	60.544	50.903

FONTE: Delegacia Regional do Trabalho/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS
MOVIMENTAÇÃO DE-MAO-DE OBRA
NÚMERO DE PRIMEIRO EMPREGO
1978/1980

MESES	CAPITAL			INTERIOR			TOTAL		
	1978	1979	1980	1978	1979	1980	1978	1979	1980
JANEIRO	537	492	666	480	594	422	1.017	1.096	1.088
FEVEREIRO	676	642	563	518	974	392	1.194	1.616	955
MARÇO	655	595	675	443	387	296	1.098	982	971
ABRIL	803	646	829	457	347	324	1.250	993	1.153
MAIOS	633	678	549	93	275	424	726	953	973
JUNHO	777	642	366	370	338	223	1.147	980	589
JULHO	701	515	552	302	301	354	1.003	816	906
AGOSTO	599	523	547	204	470	552	803	993	1.099
SETEMBRO	761	506	527	551	397	890	1.312	905	1.412
OUTUBRO	600	657	518	1.025	382	678	1.625	1.039	1.196
NOVEMBRO	554	685	690	663	677	554	1.217	1.352	1.362
DEZEMBRO	590	498	395	406	539	319	996	1.037	704
TOTAL	7.886	7.081	6.870	5.512	5.681	5.538	13.398	12.762	12.408

FONTE: Delegacia Regional do Trabalho/IFJR.

OBS : Só dispomos dos dados referentes aos anos de 1978/1979/1980

ESTADO DE ALAGOAS
MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
CARTEIRAS PROFISSIONAIS EXPEDIDAS
1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	1980
JANEIRO	4.856	8.131	5.674	3.751	9.000
FEVEREIRO	4.276	5.105	3.996	7.700	6.126
MARÇO	4.951	6.136	5.899	8.900	7.400
ABRIL	5.037	4.885	5.127	7.703	6.359
MAIO	5.292	5.186	5.159	7.855	7.157
JUNHO	5.995	2.751	4.551	3.805	5.531
JULHO	7.257	6.200	6.687	5.864	6.449
AGOSTO	6.361	7.400	6.373	5.285	8.795
SETEMBRO	6.484	6.300	7.227	6.645	7.279
OUTUBRO	6.489	8.000	6.608	5.846	8.871
NOVEMBRO	5.748	4.686	7.400	6.489	6.446
DEZEMBRO	5.530	5.100	4.751	5.179	7.572
TOTAL	68.273	69.880	69.452	75.022	83.985

FONTE: Delegacia Regional do Trabalho/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS
MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO
1976/1980

MESES	1976	1977	1978	1979	1980
JANEIRO	365	259	507	381	413
FEVEREIRO	399	244	456	356	332
MARÇO	413	525	458	356	414
ABRIL	378	523	496	460	382
MAIOS	447	503	648	486	382
JUNHO	405	406	446	386	294
JULHO	477	444	430	447	357
AGOSTO	429	510	543	479	289
SETEMBRO	395	488	410	396	381
OUTUBRO	393	476	490	390	310
NOVEMBRO	421	423	392	407	251
DEZEMBRO	379	321	300	264	267
TOTAL	4.901	5.122	5.576	4.808	4.072

FONTE: Delegacia Regional do Trabalho/IFOR.

CONSELHO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS
- CIEPLA -

PADRÃO DE CONSIDERAÇÃO DA POPULAÇÃO DE RÁTICA REGIA: 100
M A G E S C

ESTUDOS ESPECIAIS

Responsável Técnico: DIRETOR TÉCNICO

Manaus - 1981

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS
- FIPLAN -

PADRÃO DE CONSUMO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA EM
MACEIÓ

II - METODOLOGIA GERAL

2.1 - SUBCONSUMO E TÓPICOS HARKOWSKIANS

2.2 - ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS

Responsável Técnico: JOSÉ MENDONÇA TEIXEIRA

IV - ANEXOS

Maceió - 1981

I - UNIVERSO E AMOSTRA

II - METODOLOGIA GERAL

2.1 - SUBCONSUMO E TÓPICOS MARKOVIANOS

2.2 - ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS

III - TÓPICOS DE ANÁLISE

IV - ANEXOS

à medida das perdas de um lado e ganhos do outro da balança mercantil. Mas como é que a inflação provocou o desequilíbrio financeiro?

Tratando, pois, de uma questão monetária sobre a renda e o emprego, também é tratado o nível de agregação dos principais fatores de custos. A abordagem é, portanto, o objetivo de implementação de um índice de preços no nível da economia para o capital, seja relacionada com a necessidade monetária quanto ao contingenciamento das possibilidades monetárias na elaboração de decisões de investimento. Seu objetivo principal é, portanto, obter uma visão no conjunto da problemática monetária do que tipo de representação constitui adequada para a elaboração e utilização de novas orientações de desenvolvimento da economia mundial e internacional.

Resumindo, este trabalho visa a demonstrar a importância das autorizações monetárias de um ponto de vista monetário, os principais fatores de custos, suas variações, seu impacto na inflação, a taxa de variação da moeda e a taxa de desvalorização da moeda estrangeira. O resultado final é a elaboração de um índice de preços no nível da economia para o capital.

INTRODUÇÃO

seu desenvolvimento, e também que havendo esse desequilíbrio entre os níveis de consumo e os níveis de renda, o resultado é sempre uma queda no consumo ou aumento da renda das famílias abrangidas.

Assim, tendo em vista que a sua principal finalidade é analisar os efeitos da renda na estrutura familiar, o estudo dos problemas de consumo familiar da população de baixa renda em Maceió constitui a principal preocupação desse trabalho.

O estudo dos problemas de consumo familiar da população de baixa renda em Maceió constitui a principal preocupação desse trabalho.

Trata-se, pois, de uma pesquisa preliminar sobre a renda e o orçamento familiar, sendo este levantado a um nível de agregação dos principais ítems de despesa. A atualidade da mesma, à parte o objetivo de implementação de um índice de preço ao nível do consumidor para a capital, está relacionada com interesses eminentemente sociais, sobretudo quanto ao enquadramento de possíveis descontinuidades na estrutura da demanda da população. Seu objetivo primordial visa, portanto, obter uma visão de conjunto do problema do subconsumo, como noção do que este representa quantitativamente. Sob tal hipótese, destaca-se a validade de reais ocorrências de dimensões diferenciadoras da propensão média a consumir das famílias.

Buscou-se uma descrição sobre a estrutura de subconsumo através de suas componentes principais de despesa, como também da análise de dependência e das taxas de variação associadas aos efeitos adversos da despesa alimentar aos níveis médios de renda, sendo elas testadas com base em estados de transição (cadeias de

Markov) quanto às suas prováveis tendências. Destaca-se também a hipótese a respeito da grande semelhança nos padrões de consumo da população de baixa renda.

No contexto da análise empregada deve-se salientar que a parte principal consiste em examinar a estrutura subconsumista inherente às famílias com renda até oito salários mínimos convencionalmente definida em função da propensão média a consumir. Como hipótese menos rígida, o modelo de descrição das taxas sugere restrições de consumo abrangendo níveis de até treze salários mínimos; pressupõe-se um impacto propiciado por alimentação no orçamento familiar ou ainda, a maneira como esse ítem afeta os déficits orçamentários. Nesse nível de renda, a provável deterioração nos padrões de consumo, embora mais branda, pode ser considerada uma proxy de uma tendência ao subconsumo.

Nos tópicos de análise aqui desenvolvidas deixou-se de incluir os respectivos resultados numéricos, mesmo tratando-se de hipóteses testadas, para reuní-los em anexo. Consta, pois, em apêndice, os resultados referentes às aplicações dos instrumentos estatísticos utilizados, bem como algumas informações adicionais relativas à renda familiar, à estrutura etária, à população e economicamente ativa e demais informações concernentes aos chefes de família.

I - LEVANTAMENTO E AMOSTRA

O universo urbano de Juiz de Fora abrange de cerca de 86.000 unidades residenciais (IBGE).
Agora estima-se feita para a população em 1979*, admittendo-se um tamanho médio de 5 pessoas por família.

O levantamento realizou-se em procedimentos simplificados, comunitários, na pesquisa piloto, e, decidido que avosse o projeto, de imediato 15% da população, sendo definida uma estratificação visando a distribuição adequada amostral, divido-se que se procurou preservar:

1º) em primeiro lugar, a identificação de bairros populacionais misturados;

2º) a existência de similaridade entre os domínios bairros classificados com base no algoritmo de Ward.**

O levantamento consistiu na aplicação de um questionário solicitando informações sobre a composição das famílias (número de integrantes, habitação, salvo, moradia, renda, emprego, etc.) e outras bases sociodemográficas, e, finalmente, a renda e alguns dados socioeconómicos, estendendo-se especialmente ao nível da renda.

I - UNIVERSO E AMOSTRA

* Admite-se que 1979 é a data da estimativa.

** Ver matriz de dissimilaridade da amostra.

I - LEVANTAMENTO E AMOSTRA

O universo urbano de Maceió compõe-se de cerca de 80.000 unidades residenciais (IBGE), conforme estimativa feita para a população em 1979*, admitindo-se um tamanho médio de 5 pessoas por família.

O levantamento realizado baseou-se em procedimentos simplificados, característicos de uma pesquisa piloto. Foi decidido uma amostra piloto de aproximadamente 18% da população, sendo definida uma estratificação visando a distribuição espacial da amostra, divisão em que se procurou preservar:

- em primeiro lugar, a identificação de bairros populosos mais miseráveis;
- a existência de similitude entre os demais bairros classificados com base no algoritmo de Ward.**

O levantamento consistiu na aplicação de um questionário solicitando informações agregadas a respeito dos gastos familiares nos ítems: Alimentação, Habitação, Saúde, Vestuário, Educação, Transportes e Outras Despesas. Solicitou-se também informações sobre a renda e alguns ítems a respeito da composição familiar, destacando-se especialmente informações relativas ao chefe.

* Admitiu-se uma taxa de crescimento de 2,8% a.a

** Ver matriz de distância em anexo.

Preservou-se o maior cuidado na obtenção dos valores agregados da despesa familiar. Para obtenção de informações mais fidedignas, foi montado um sistema de crítica em que todos os questionários forem revisados sob a condição simples de "aceitação" ou "rejeição" dos mesmos. Segundo o critério adotado, os valores médios (associados as respectivas rendas) foram controladas com intervalos de confiança (onde: $z = \pm 1,30$), abrangendo 82% do total.

Aplicados cerca de 14.000 questionários na capital, a rejeição foi de quase 30%. A amostra final resultou em 9.653 questionários. Apresenta-se a seguir a relação dos bairros e a estratificação resultante.

DISCRIMINAÇÃO DOS ESTRATOS (Amostra Piloto)

ESTRATOS	Nº DE QUESTIONÁRIOS
(1)	1.135
(2)	2.555
(3)	2.368
(4)	1.458
(5)	652
(6)	62
(7)	1.423
TOTAL	9.653

- (1) Jacintinho, Barro Duro e Feitosa
- (2) Vergel do Lago, Cambona, Bom Parto, Mutange, Bebedouro, Chã de Bebedouro, Tabuleiro dos Martins, Tabuleiro Novo e Chã da Jaqueira
- (3) Ponta Grossa, Poço, Pajuçara, Ponta da Terra e Ponta Ver-

de.

- (4) Jatiúca, Cruz das Almas, Levada e Prado
- (5) Jaraguá, Trapiche e Centro
- (6) Pontal da Barra
- (7) Farol, Pinheiro, Pitanguinha e Gruta dè Lourdes.

RELAÇÃO DOS BAIRROS PESQUISADOS E TOTAL
DE QUESTIONÁRIOS

(Amostra Piloto)

BAIRRO	TOTAL DE QUESTIONÁRIOS
Jacintinho	942
Barro Duro	82
Feitosa	111
Vergel do Lago	591
Ponta Grossa	927
Cambona	27
Bom Parto	234
Mutange	54
Bebedouro	544
Chá de Bebedouro	350
Tabuleiro dos Martins	357
Tabuleiro Novo	158
Chá da Jaqueira	240
Poço	357
Jaraguá	80
Pajuçara	268
Ponta da Terra	719
Ponta Verde	97
Jatiúca	659
Cruz das Almas	156
Levada	158
Prado	485
Trapiche da Barra	437
Pontal da Barra	62
Farol	1.119
Pinheiro	181
Pitanguinha	39
Gruta de Lourdes	84
Centro	135
T O T A L	9.653

SUBCONSUMO E TÓPICOS MARKOVIANOS

O enfoque da metade utilizada referente à metodologia constante nesse trabalho, obteve fundamentalmente baseado no uso de um modelo dinâmico, elaborado com objetivo de descrever uma dinâmica do consumo e da consequente aplicação técnica de cálculos de margem em dois estágios.

Tentou-se expressar uma nova dimensão subjetiva como humilde pressuposto das pessoas que alimentação pedagógica que esse tipo de gestão tende a impulsionar trazendo ao público de consumo das famílias, nível menor nível de renda.

O problema básico aqui proposto foi pertinente à maneira como tentar se lidar com a hipótese na estrutura de despesas considerando-se a maternidade como alimentação sótia os déficits orçamentários das famílias. Isto foi apressado na forma que segue, segundo a seguinte fórmula: D = despesa Família - A - despesa Família com Alimentação.

2.1 - SUBCONSUMO E TÓPICOS

para o contexto da família com alimentação e educação, que deve ser:

alimentação e educação

alimentação e educação

alimentação e educação

alimentação e educação

II - METODOLOGIA GERAL

2.1 - SUBCONSUMO E TÓPICOS MARKOVIANOS

II - METODOLOGIA GERAL

2.1 - SUBCONSUMO E TÓPICOS MARKOVIANOS

2.1 - SUBCONSUMO E TÓPICOS MARKOVIANOS

O enfoque de estudo utilizado, referente à metodologia constante nesse parágrafo, esteve fundamentalmente baseado no uso de um modelo simples, elaborado com objetivo de descrever uma tendência ao subconsumo e na consequente aplicação técnica de cadeias de Markov em dois estágios.

Tentou-se expressar uma tendência ao subconsumo como função do peso relativo dos gastos com Alimentação, admitindo-se que esse tipo de gasto tende a impor restrições ao padrão de consumo das famílias, até certo nível de renda.

O problema básico aqui proposto, foi portanto o de descrever essa tendência e testar a hipótese na estrutura de despesa, considerando-se a maneira como Alimentação afeta os déficits orçamentários das famílias. Isto foi expresso na forma que segue, sendo: R = renda familiar; D = despesa familiar e A = despesa familiar com Alimentação.

$$\{ R - D = g A, \frac{\partial g}{\partial A} > 0 \}$$

para o conjunto de famílias com propensão a consumir maior que um.

Supondo-se a estrutura de consumo de duas classes de renda abrangendo as famílias com até oito salários mínimos e o intervalo que delimita ao nível de até treze salários mínimos que, na diferenciação de classe sócio-econômica, se enquadram na categoria INFERIOR (visto serem mais vulnerável à elevação dos preços

dos bens de consumo e portanto de interesse para um Índice de custo de vida) e a da classe desta SUPERIOR, foi utilizado o critério da propensão média a consumir (PMC):

PMC \geq 1: Classe Inferior; e PMC < 1: Classe Superior - no limite entre as classes sócio-econômicas referidas, sob a hipótese de diferenciação na propensão média a consumir entre ambas.

Mais precisamente, além das famílias mais pobres, subsistiriam deficiências orçamentárias e implícitas limitações de consumo para aquelas famílias mais remediadas da classe de subconsumo. Segundo o modelo proposto, a despesa com Alimentação estaria associada, principalmente, com a transição que tende a ocorrer com o aumento das rendas. A maneira como Alimentação afeta os "déficits" orçamentários das famílias (e a consequente interpretação de deterioração nos seus padrões de consumo), justamente ao nível de renda em que essa deterioração possa ser mais branda, foi tomada como uma "proxy" de uma tendência ao subconsumo. Neste sentido, supõe-se um limite superior de renda a partir do qual essa possibilidade de tendência subconsumista se torne menos provável. A tendência ao subconsumo está associada à probabilidade de variação das taxas estimadas, restrito à validade de que a probabilidade de ocorrência de uma tal variação depende da variação da classe de renda imediatamente anterior.

Considerese, então, a sequência aleatória de parâmetro discreto X_n em que o respectivo amostral é discreto.

Seja $X_n = (x_0, x_1, x_2, \dots, x_k)$ e $p(j_0, j_1, j_2, \dots, j_k)$

a estrutura de probabilidade associada desse parâmetro, tal que: $p(j_0, j_1, \dots, j_k) = P(x_0 = j_0, x_1 = j_1, \dots, x_k = j_k)$ para todo K finito e para toda sequência j_0, j_1, \dots, j_k de estados.

Segundo tal processo, a probabilidade de que o sistema esteja em um dado estágio após K passos é dada:

$$p(k_k | j_0, j_1, \dots, j_{k-1}) P(x_k = j_k | x_{k-1} = j_{k-1})$$

Sendo $p(j_k | j_0, j_1, \dots, j_{k-1})$

$P(x_k = j_k | x_{k-1} = j_{k-1})$ para todo K e fazendo-se uso da probabilidade condicional de forma repetida, obten-se:

$$p(j_0, j_1, \dots, j_k) = p(j_0) p(j_1 | j_0) \dots p(j_k | j_{k-1})$$

Daí, é possível observar que as probabilidades conjuntas são determinadas com base nas probabilidades condicionais e nas probabilidades iniciais.

Denominando as probabilidades condicionais por probabilidades de transição de um passo, procurou-se simplificar a notação indicando-as por:

$$P_{ij} = P(x_k = j | x_{k-1} = i), \text{ que não depende de } K.$$

A matriz P cujas entradas são as probabilidades de transição de um passo: $P = (P_{ij})$ é denominada matriz de transição do processo para n passos; as probabilidades de transição P_{ij} são definidas:

$$P_{ij}^n = P(x_{k+n} = j | x_k = i)$$

Observando-se ser essa distribuição condicional e sendo $A_{ij}(n)$ a contribuição da distribuição de x_0 e x_1 para a função de verossimilhança $f(P_{ij})$

tem-se que:

$$f(P_{ij}) = A(n_{ij}) \prod_{i=0}^1 \left(\frac{n_i}{n_{00}} \right) P_{i0}^{n_{00}} P_{i1}^{n_i}$$
$$i = 0,1$$

O problema consiste, então, em obter os estimadores de má verossimilhança, tomando-se pois o logarítmico natural de $f(P_{ij})$ e designando-se por $L(P_{ij})$ obtem-se:

$L(P_{ij}) = \ln B(n_{ij}) + n_{00} \ln P_{00} + n_{01} \ln P_{01} + n_{10} \ln P_{10} + n_{11} \ln P_{11}$ onde $B(n_{ij})$ inclui os termos independentes de P_{ij} 's, (atente-se que $n_{ij} (i,j = 0,1)$ é a estatística eficiente para estimação de $P_{ij} (i,j = 0,1)$).

A obtenção dos estimadores de máxima verossimilhança de $P_{ij} (i,j = 0,1)$ consiste em obter o máximo de $L(P_{ij})$ sujeito à condição $P_{i0} + P_{i1} = 1 (i=0,1)$.

Resulta assim: o estimador de P_{00} dado por $\hat{P}_{00} = n_{00}/N_0$ e de forma similar, de \hat{P}_{10} dado por $\hat{P}_{10} = n_{10}/n_1$.

Para determinar se a amostra apresentada provém de uma cadeia de Marhov de dois estados com probabilidade de transição de um passo $P_{ij}^0 (i,j = 0,1)$ sob a hipótese:

$$H_0 : P_{ij} = P_{ij}^0 (i,j = 0,1) \quad \sum_{i=0}^1 \sum_{j=0}^1 n_i (\hat{P}_{ij} - P_{ij}^0)^2 / P_{ij}^0$$

O teste estatístico conveniente foi o χ^2 com dois graus de liberdade, considerando assintoticamente equivalente à relação de verossimilhança (Neyman-Pearson) para testar hipóteses. Utilizando tal critério, este teste pode ser tomado na forma $-2 \ln N$, onde

$$N = f(\hat{P}_{ij})^{\circ} / f(\tilde{P}_{ij})$$

onde $f(\hat{P}_{ij})$ é o máximo valor da função de verossimilhança obtida. Resulta portanto:

$$-2 \ln N = 2 \sum_{i=0}^1 \sum_{j=0}^1 n_{ij} \ln \frac{n_{ij}}{n_i P_{ij}^{\circ}}$$

com distribuição de χ^2 com dois graus de liberdade.

ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS

O sumário anterior sobre o Análise de Componentes Principais objetiva introduzir as noções básicas sobre o método, utilizando um exemplo simplificado de fatores que respondem, em certas decisões, ao menor percentual da variância total de uma dada amostra.

Seja X_1, X_2, \dots, X_n uma amostra de n variáveis. O termo "componente principal" é designado ao conjunto desses fatores obtidos pela aplicação de métodos que conduzem à interpretação da estrutura proveniente da amostra. Os componentes dessas n variáveis, através de um rotulagem conveniente de coordenadas, propõe-se neste modo, que as variáveis originais X_1, X_2, \dots, X_n sejam transformadas em novas variáveis T_1, T_2, \dots, T_p , com as características de que as variáveis T_1, T_2, \dots, T_p são não correlacionadas entre si e que a variação total de X_1, X_2, \dots, X_n é preservada por elas.

É GFT, do ponto de vista das aplicações, introduzir a definição de variação total, dividida em variação de associação e variação social. É também preciso introduzir a noção de variação das n variáveis.

2.2 - ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS

Introduzir a noção de "variância" associada com as n variáveis referentes à totalidade das observações. Reforçar-se por intermédio o grau como os unidimensionais dife-

2.2 - ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS

O sumário apresentado referente à Análise de Componentes Principais objetiva introduzir algumas noções básicas sobre o método, utilizado com vistas a identificação de fatores que respondem, em ordem decrescente, pela variância total de uma dada amostra.

Seja X_1, X_2, \dots, X_n variáveis. O termo "componente principal" designa o conjunto desses fatores, obtidos pela aplicação de método que consiste na interpretação da estrutura proveniente da matriz de covariância dessas n variáveis, através de uma mudança conveniente de coordenadas. Propõe-se, deste modo, que as variáveis originais X_1, X_2, \dots, X_n serão transformadas em novas variáveis Y_1, Y_2, \dots, Y_n com as características:

- as variáveis Y_1, Y_2, \dots, Y_n são não correlacionadas;
- o total de variação de X_1, X_2, \dots, X_n é preservada por Y_1, Y_2, \dots, Y_n

E útil, do ponto de vista das aplicações, introduzir a definição de variação total; sendo V_i a variância de X_i ($i=1, n$), a variação total T é definida como a soma das variâncias dos n variáveis:

$$T = V_1 + V_2 + \dots + V_n$$

Conceptualmente, pode-se interpretar T como medida de "incerteza" associada com as observações (referentes à totalidade das variáveis). Refere-se por incerteza o grau como as unidades de observação dife-

rem uma das outras. Isto significa, por exemplo, que, se todas as observações de uma dada variável são exatamente iguais, teremos uma certeza acerca do valor esperado da variável; se as observações são diferentes uma das outras, teremos considerável incerteza acerca do valor esperado.

O objetivo da análise de componentes principais é, pois, determinar fatores que permitirão uma classificação do sistema $X_1, X_2 \dots X_n$ com grande simplificação.

Supõe-se então um conjunto $Y_1, Y_2, \dots Y_n$ ordenado com base nas respectivas percentagens da variância total, sendo possível obter:

PC (1) = Y_1 , a primeira componente principal correspondente à maior percentagem da variação total;

PC (2) = Y_2 , a segunda componente correspondente à percentagem imediatamente inferior; e assim por diante.

O problema de encontrar a primeira componente principal PC (1) consiste em determinar a combinação linear das variáveis que explicam a maior percentagem da variação total dos dados. Sua definição pode ser expressa:

$$PC(1) = w_{11}X_1 + w_{21}X_2 + \dots + w_{n1}X_n$$

onde $w_{11}, w_{21}, \dots w_{n1}$ podem ser determinados quando se maximiza a expressão:

variância de PC (1)

variância total

Admite-se, além do mais, as variáveis originais X padronizadas e os coeficientes sujeitos à restrição:

$$\sum w_i^2 = 1$$

atentando-se que a variância de PC (1) não excede à variação total.

Com relação à segunda componente principal PC(2), o problema consiste em obter a combinação linear das variáveis, independentes da primeira componente, explicando, o máximo do total de variação, considerando-se o que permanece ainda não explicado por PC (1). Isto se exprime na forma:

$$PC(2) = w_{12}X_1 + w_{22}X_2 + w_{32}X_3 + \dots + w_{n2}X_n$$

Pela qual se efetua a combinação linear das variáveis X 's de maior variância entre as combinações não correlacionadas com PC(1). O mesmo processo pode ser utilizado, sucessivamente, na determinação do restante das componentes principais.

Em síntese, uma dada componente principal PC(i) é a combinação linear:

$$PC(i) = w_{i1}X_1 + w_{i2}X_2 + \dots + w_{in}X_n$$

que tem maior variância de todas as combinações não correlacionadas, entre todas as componentes principais previamente determinadas.

Para a formulação do proble-

ma do cálculo dos principais componentes, numa abordagem sem dúvida bem simplificada, considere-se n vetores $(X_1, X_2 \dots X_n)$, com $X_i = (x_{i,1}, x_{i,2} \dots x_{i,n})$ vetor observação da variável X_i .

Para o processo de dois passos foi utilizada a seguinte notação de probabilidade:

$$P_{ij} = P(X_{m+1} = j | X_m = i) \text{ para todo } m.$$

$i, j = 0, 1$, em um passo

A transição de probabilidade em n passos é dada por:

$$P^n = \begin{pmatrix} n & n \\ P_{00} & P_{01} \\ n & n \\ P_{10} & P_{11} \end{pmatrix}$$

Sendo o sistema observado em um dos seus dois estados e supondo-se que o sistema tenha sido observado em n pontos (em dado trecho), tem-se por n_{ij} o número de transições observadas $i \rightarrow j$ ($i, j = 0, 1$).

As transições consideradas podem, pois, ser representadas:

	0	1	
0	n_{00}	n_{01}	n_0
1	n_{10}	n_{11}	n_1
			n

com respectivos valores marginais n_0 e n_1 e total n .

Seja P a matriz de transição de probabilidade com elementos P_{ij} ($i, j = 0, 1$). Para um dado estado inicial, a transição de um passo pode ser considerada um experimento de Bernoulli com dois estados. Assumindo que o número total de experimentos n pode ser dividido em duas classes (com n_0 e n_1), a distribuição de probabilidade condicional pode ser escrita na forma:

$$\begin{bmatrix} n_0 & n_{00} & n_{01} \\ (n_{00}) & P_{00} & P_{01} \\ n_1 & n_{10} & n_{11} \\ (n_{10}) & P_{10} & P_{11} \end{bmatrix}$$

Desta maneira, está-se interessado em determinar um conjunto $PC(1); PC(2), \dots; PC(k)$ vetores, gerados do conjunto dado, no sentido de que cada vetor X_i de observação seja uma combinação linear dos vetores $PC(1), PC(2) \dots PC(k)$.

Admitindo-se que os vetores dados estejam centrados na média ($X_i = 1/n \sum X_{ij} = 0$), o problema de encontrar a primeira componente principal pode ser entendido como da determinação de $PC(1)$ e dos coeficientes $w_1, w_2 \dots w_n$ tais que seja mínima, conjuntamente, a distância quadrática entre vetores: X_i ($i = 1, n$) e $w_i \cdot PC(1)$, ($i = 1, n$)

Fazendo $X = (X_1, X_2, \dots, X_n)$, o que se pretende é minimizar a distância entre a matriz X e a matriz $PC_1 W^1$, onde W é o vetor dos coeficientes w_1, w_2, \dots, w_n .

Isto pode ser expresso dizendo-se que o problema de determinação da primeira componente

principal é o de minimizar a soma dos quadrados dos elementos da matriz residual de primeira ordem $R = X - PC(1)W'$, introduzido a condição adicional de que $\|PC(1)\| = 1$, sem perda de generalidade.

Sabendo-se que a soma dos quadros dos elementos de uma matriz A (qualquer) é igual ao traço do produto $A'A$, a determinação de primeira componente resume-se ao problema de:

$$\begin{aligned} \min t^T (R'R) \\ \|PC(1)\| = 1 \end{aligned}$$

Isto resulta que a primeira componente principal é um auto-vetor associado ao auto-valor γ da matriz XX' , verificando-se ainda ser esse o maior auto-valor da mesma matriz.

A determinação da segunda componente principal consiste em aproximar linearmente a matriz X de observações, juntamente com a primeira componente principal já obtida. Exige-se a condição de que seja normalizada e a hipótese de independência entre as duas componentes. O problema da terceira e demais componentes pode ser formulado de maneira idêntica, exigindo-se de cada componente, além da normalização, a ortogonalidade em relação às demais.

Ao final, dado os auto-valores, calculam-se as frações que representam as contribuições relativas dos componentes principais $PC(1) \dots PC(n)$ respectivamente na formação da variabilidade global.

Com relação à identificação

dos componentes principais, o problema fundamental é o de identificar algumas variáveis conhecidas nesses componentes.

Considerando-se, pois, a abordagem que consiste em identificar-se $PC(1) \dots PC(n)$ com vetores $X_1 \dots X_n$ através da matriz de correlação $P = P_{ij}$ tem-se o coeficiente de correlação entre a componente principal $PC(i)$ e o vetor de observações X_j .

De acordo com esse método, a primeira componente principal $PC(1)$ é identificada com o vetor X_j que apresenta a máxima correlação em valor absoluto com $PC(1)$, ou seja:

$$PC(1)_j = \max |P_{1s}|$$
$$1 \leq s \leq n$$

Para a segunda componente $PC(2)$ é identificada com o vetor X_r que apresenta a máxima correlação em valor absoluto e assim sucessivamente.

O objetivo é, portanto, estudar, dentro de uma amostra, com base num inquérito qualitativo sobre os gastos familiares (despesas agregadas) das famílias de menor, um conjunto de dados da natureza sócio-económica e demográfica da população de baixa renda. O resultado é o cálculo de, por exemplo, percentual, parte de uma população mais empobrecida ou tipo income quintile, que indica relações entre especies qualitativas da renda e da dinâmica da população.

É importante salientar que, restrita à análise da variável renda familiar, o estudo sobre a composição dos gastos familiares apresenta limites. Embora não sejam desípóteses assumidas, é de considerar que existe uma tentativa de explicar a estrutura de consumo da parcela mais pobre da população brasileira, para os segmentos mais amplios, deve-se ter cuidado com as considerações como uma "nova subcomunidade", que apesar de ter maior renda financeira, pode ser comum ao mesmo nível de renda das famílias onde existem profundas variações nas respectivas padrões de consumo.

É interessante que a excessão das famílias com características a frágio mais miserável, se refere ao nível de despesa de consumo da menor parcela da população. Famílias que possuem uma renda ampla, mas que realizam suas despesas e pressupostos de consumo com níveis relativamente elevados, são aquelas que

III - TÓPICOS DE ANÁLISE

III - TÓPICOS DE ANÁLISE

O objetivo do presente trabalho é analisar, com base num inquérito preliminar sobre os orçamentos familiares (despesas agregadas) das famílias de Maceió, um conjunto de dados de natureza sócio - econômica sobre a população de baixa renda. O resultado ora apresentado é, portanto, parte de uma programação mais ampla cujo foco de estudo intenta examinar hipóteses relacionadas com aspectos qualitativos do perfil de demanda da população.

Restrito à análise da variável consumo, o estudo sobre a composição dos gastos familiares apresenta maior ênfase no exame de hipóteses subconsumistas, constituindo uma tentativa de análise da estrutura de consumo da parcela mais pobre da população. Desse modo, para os segmentos mais amplos dessa população pretende -se abordá-los como uma "**massa subconsumista**", a qual apesar de internamente diferenciada, pode ser considerada um conjunto (de famílias) onde existem profundas semelhanças nos respectivos padrões de consumo.

A excessão das famílias que constituem a fração mais miserável, a semelhança nos padrões de consumo da maior parte das unidades familiares presume uma mais ampla identificação de como se estruturam as suas despesas e pressupõe, especialmente, a insuficiência dos níveis salariais como hipótese mais diretamente ligada.

Salienta-se sobremaneira, uma

preocupação com a capacidade de subsistência das famílias, ou ainda, com uma "**massa consumista**", que sofreria uma provável insuficiência na provisão de despesas essenciais, do tipo: alimentação, educação, saúde e habitação. Nesse trabalho, se bem que não deva necessariamente ter por objeto uma interpretação sobre padrões de vida, a conceituação sobre padrões de consumo refleteria não apenas a situação de insuficiência na provisão de despesas por parte dos estratos mais miseráveis da população mas, também, possibilidades e restrições dos estratos médios, cuja renda deve dar conta de gastos mais essenciais e que, na medida do possível, podem, ainda que eventualmente, eleger prioridades entre os mesmos.

Na análise empreendida considera-se, pois, que, conforme o nível de renda familiar, a maneira como esta tenha combinado as suas despesas, poderá implicar numa variação dos diversos ítems devido às restrições de um padrão a ser seguido. Por exemplo, subentendido quase sempre o esforço por garantir um certo padrão alimentar, as possibilidades na combinação do orçamento familiar podem se constituir em abrir mão de determinados ítems de despesa e eleger outras como mais prioritárias. Em geral, possibilidades de variação da despesa sugere uma indicação de componentes principais, sob a hipótese de subconsumo: presume-se que a distância entre o salário e a quantidade de dinheiro para suprir as necessidades da família, constitui uma característica desses estratos.

Depreende-se, assim, que o perfil de despesa representado, em termos dos principais componentes, revela-se bastante típico no caso de Maceió. Para

as famílias, subconsumistas, caracterizadas segundo sua propensão média a consumir (com despesa igual ou superior à renda), tal análise de componentes sugere que os ítems alimentação, habitação, educação e saúde, respondem, nessa ordem, pela posição relativa de maior relevo na explicação da variação da despesa total. Torna-se evidente a situação precária mais extrema das famílias de baixa renda; e são confirmados alguns dos resultados esperados, quanto às características do perfil de consumo em outros estudos similares, pois este se apresenta numa mesma tipicidade. Depreende-se, em particular, um perfil de despesa em que os gastos com alimentação representam cerca de 52% do total.

São visíveis as restrições que sofre a grande massa subconsumista, levando-se em conta não só a demanda por bens de baixa elasticidade - renda, como também a demanda intermediária correspondente à situação de transição na propensão a consumir das famílias. E, pois, com certa cautela que se fala em componentes principais da despesa, perguntando-se até que ponto é realista supor que o espectro representado seja tão polarizado como parece.

A explicação da variação dos componentes de despesa não deve ser interpretado como generalização de um perfil que, isoladamente, reflete um padrão de gastos familiares em consumo. A possibilidade de variação da despesa sugere apenas uma identificação de componentes, sendo associada sua explicação ao contexto de variações sócio-econômicas, ou ainda, ao contexto primordial

da política de desenvolvimento econômico, cujo objetivo de maximização do crescimento, dentre outros, levaria ao engendramento de efeitos perversos no seu aspecto social.

A organização do presente trabalho esteve, portanto, muito influenciada pela descrição dos componentes principais da despesa, tendo sido levantadas algumas hipóteses sobre a demanda por necessidades básicas e de transição na propensão a consumir. Ao se fixar as variáveis renda e consumo, no enquadramento de situações mais importantes na análise da estrutura da despesa, revelou-se sempre aquelas relacionadas ao subconsumo.

O desenvolvimento metodológico envolveu, no entanto, certo esforço no uso de outras técnicas quantitativas, ressaltando-se a vinculação dessa etapa de trabalho com o interesse de implementação de um índice de preço ao consumidor em Maceió. Por isso, a pesquisa piloto, que visa utilizar os dados preliminares, ora disponíveis sobre padrão de gastos das unidades familiares. Objetivou também assegurar elementos para o dimensionamento da amostra definitiva. Tal esforço tem a finalidade de obter uma melhor visão de conjunto do problema do consumo, assim como uma noção da ordem de grandeza do que representam os padrões de despesa e suas características quantitativas. Deve-se assinalar que o uso de tais técnicas envolveu um grande esforço de pesquisa metodológica quanto à conveniência da escolha das análises efetuadas.*

* O tratamento dos dados envolveu a implementação de uma biblioteca de programas científicos em computador. Abrangeu as áreas de estatística e econometria, constituindo um estágio preliminar de um trabalho mais amplo que visa a implementação de programas com possibilidades de uso generalizado.

Mas, não é pretensão desta proposta constituir-se num estudo exaustivo sobre o problema do consumo da população de baixa renda da capital. Ratiifica-se que os dados examinados sobre padrões de gastos das unidades familiares tem por objetivo apenas uma visão de conjunto. Segundo tal abordagem, isto significa que a análise quantitativa (da renda e de padrões de gastos) faz abstração de situações sociais diversas, ou seja, de mediações necessárias relativas à qualidade de vida. Como procedimento teórico, reconhece-se a limitação de "identidade social" das famílias pesquisadas quando se utiliza as dimensões diferenciadoras das observações ora especificadas.

Abstraído de quaisquer conotações de conteúdo sociológico, o principal pressuposto do estudo que se segue é o de que se distinguem as unidades sociais enquadradas num contexto de importantes diferenciações na estrutura de demanda da população - como é descrito pela situação dita de subconsumo e de tendência ao subconsumo. Assim também quando se examina a hipótese de profunda semelhança nos padrões de consumo entre as camadas mais desfavorecidas da população.

Sobrepoem-se, portanto, um conjunto de hipóteses não inteiramente esgotadas neste contexto; sobrepoem-se, em verdade, um conjunto adicional de questões relacionadas à situação de reprodução social (o necessário à subsistência, moradia, etc.) dos indivíduos relativamente mais pobres ou das respectivas famílias. Tais questões são, evidentemente, parte de um problema maior da

política de desenvolvimento econômico, de agravantes desequilíbrios regionais e inter-setoriais. Devem-se sobretudo à contradição entre conciliar um melhor nível de bem-estar à comunidade e as distorções embutidas no processo de crescimento neo-capitalista observado no país.

Não se admira que, conforme revela a presente pesquisa, mais de dois terços das famílias maceioenses - ou seja, aquelas com renda inferior ou igual a oito salários mínimos - gastam metade ou mais da renda com alimentação. Ademais, não obstante a evidência já esperada quanto ao peso diferencial de alimentação (agravado nos grupos de mais baixa renda onde chega a 90% do total), tal despesa parece ocasionar situações de privação relativa ou de restrição orçamentária mais ponderável, para famílias com nível de renda equivalente até treze salários mínimos, compreendendo cerca de 87% das unidades familiares da capital.

Em menor escala, o problema da moradia também se constitui um fator restritivo para a baixa renda. Essa despesa, juntamente com os componentes principais - educação e saúde - torna-se particularmente compatível à formulação positiva de uma demanda aos níveis médios de renda. Justamente nesses níveis, onde tais despesas se tornam possíveis, tal demanda, embora positiva, apresenta-se dissociada de um esquema salarial bem definido, isto é: para unidades familiares aos níveis referidos, as iniciativas desses gastos seriam função de características familiares sócio-culturais.

Assim sendo, mesmo ao nível de

subconsumo, tal hipótese é claramente implicada pela efetivação de padrões de consumo. O resultado apreendido, relacionado a um quantum "maior" ou "menor" do valor-consumo, deve reter em sua tipicidade (operando apenas com dimensões diferenciadoras), situações não homogêneas quanto à representatividade de uma demanda socialmente definida. Tal tipicidade relaciona "padrões de consumo" da baixa renda com diferentes formas de adesões a essa demanda. Em princípio, embora se possa conferir um grau generalizado de insatisfação da população subconsumista, a natureza da demanda quantitativa e qualitativa não parece ser exatamente a mesma em todos os níveis. É que subsiste o convívio entre diferentes formas de adesão ou de aspirações por diferentes padrões de consumo como característica dessa mesma população. O problema engloba dois aspectos de análise: o primeiro, relativo à situação mais grave dos contingentes mais pobres da população, a qual toma aparência menos comparativa por insignificância ou total inexistência de certos padrões de despesa em seus orçamentos domésticos. Para eles, destaca-se especialmente a concentração de esforços, voltados à simples manutenção ou complementação alimentar; estando estes, geralmente, vinculados ao "setor informal", desenvolvendo atividades invisíveis aos olhos do mercado. O segundo, concerne à situação de contingentes de famílias com padrões de consumo relativamente superiores e cuja natureza e componentes respectivos são mais aparentes. Neste sentido, atenta-se para o provável direcionamento de sua demanda e para hipótese de transição na propensão a consumir, sobretudo na medida em que se considerem níveis de renda de oito a treze salários mínimos.

A partir de cortes na propensão média a consumir, (PMC), a hipótese de subconsumo pode ser esquematizada conforme segue.

PMC estrato inferior > PMC estratos superiores, sendo $\underline{\text{PMC subconsumo}} \geq -1$.

Tal esquema parece razoável como critério para definição da classe sócio-econômica de interesse do estudo da variação dos preços ao nível do consumidor ("Índice de preço ao consumidor"). No entanto, deve-se notar que a estimativa média da propensão a consumir revela apenas parcialmente a situação de subconsumo.* Visto, porém, com uma hipótese menos restritiva, atenta-se para as possibilidades de acesso a determinados bens ou serviços cuja propensão para consumí-los é maior. De fato, observa-se uma estrutura de consumo muito mais rígida entre as famílias com renda ínfima: sua efetividade de consumo refere-se, como já foi mencionado, à alimentação, mas dentre suas iniciativas de consumo mais sacrificiais destacam-se algumas componentes que não seriam comuns aos diversos contingentes da população subconsumista. Seria o caso de despesa como saúde ou mesmo habitação, não obstante se constituem contribuições imediatas segundo a ordem de explicação da variância total.

* Note-se que considerado o problema da demanda por itens essenciais (tais como alimentação, habitação, vestuário ...) não se abordou as formas de financiamento do consumo, especialmente quanto à sua capacidade de endividamento.

As observações preliminares de pesquisa permitem divisar uma linha em que a baixa renda toma iniciativas de despesa ou, se lhe é possível, demanda certos ítems cuja significação depende de suas prioridades na composição do orçamento: as inversões reconhecidas mais sacrificiais em seu orçamento seriam decididas mais globalmente.

Considerando-se, pois, a evidência da análise de trajetória, tomando-se cada um desses ítems e o somatório das demais despesas, destacam-se as inversões em vestuário, condução e educação + além de limitação - como as de maior importância relativa na formação da despesa orçamentária total. Supõe-se, com efeito, que as inversões nesses ítems se realizam de modo que as unidades familiares mais carentes decidiriam sobre a composição de seu orçamento segundo injunções eventuais em que lhes ocorreria sacrificar ou abrir mão de alguns ítems de despesa, em função desses reconhecidos como de maior impacto sobre o total. Note-se, por exemplo, que o ítem saúde, não se constitui um tipo de despesa presente entre tais ítems considerados de maior impacto.

Decidir globalmente significa supor que "ítems mais sacrificiais" constituem restrições de maior peso na composição orçamentária. Isto pressupõe, também, que, elegê-los de maior importância relativa significa admitir que são mais sacrificiais não apenas em razão da insuficiência de dinheiro para o suprimento de bens, mas, adicionalmente, por se levar em conta que as inversões a serem realizadas devem atender a circunstâncias e apertu-

ras dessas mesmas famílias.

Um ponto conclusivo a respeito da situação de sub-consumo aparentemente engloba pelo menos 77% das unidades familiares maceioenses. Embora possa não parecer apropriado fazer inferências sobre a extensão do que significa tal hipótese, com respeito aos graves problemas sociais correlatos, a indicação dos padrões de consumo revelou um cenário visivelmente concreto para a baixa renda. Não obstante limitações, a estrutura de consumo representada conforma certamente uma situação claramente indicativa a respeito das possíveis carências do grosso da população. De um modo geral, a qualificação do problema relaciona comparações sobre resultados empíricos acerca de uma estrutura de consumo que segundo se evidencia, mal supre o essencial para a vida.

Por trás dos números, na raiz do problema do desenvolvimento, está o fenômeno da "inadequação" entre a demanda por melhores oportunidades de trabalho, por mais elevada remuneração e a insuficiência na oferta de oportunidades pelo aparelho produtivo global. No meio urbano de Maceió onde existe uma evidência de subemprego dos chefes de família da ordem de 35% da população, manifesta-se um limitado horizonte de opções de trabalho e renda.

ANEXO I

- 01 - Dados das Principais Comunidades
- 02 - Matriz de Sustentabilidade
- 03 - Auto-varianças e percentagens de Variação
- 04 - Distribuição da Frequência e Densidade Média com Alimentação nas conjuntas.
- 05 - Taxas de Variação - Valores por dia
- 06 - Análise de Dependência
- 07 - Cadeias de Markov - Matriz de Transição, Valores das Taxas de Risco

ANEXO II

- 01 - Distribuição da População por Unidades de Bem
- 02 - Distribuição da População Econometricamente Ativa por Faixa Etária e Sexo
- 03 - Distribuição da Frequência por Faixas Sociais e Gênero de Inteugridade das Unidades Familiares
- 04 - Grau de instrução das Unidades Familiares e Unidades de Renda
- 05 - Nível de renda por grau de instrução das Unidades Familiares
- 06 - Renda Familiar Média e Despesas em Alimentação por Tipo de Ocupação
- 07 - Distribuição da Renda

ANEXO I

- 01 - Escores do Principal componente
- 02 - Matriz de Similaridade
- 03 - Auto-valores e percentagem no traço
- 04 - Distribuição da Frequência e Despesa Média com Alimentação nos conjuntos X e Y
- 05 - Taxas de Variação - Valores por decil
- 06 - Análise de Dependência
- 07 - Cadeias de Markov - Matriz de Transição, Valores das Taxas e Teste

ANEXO II

- 01 - Distribuição da População por Faixa Etária e Sexo
- 02 - Distribuição da População Economicamente Ativa por Faixa Etária e Sexo
- 03 - Distribuição da Frequência por Faixas Etárias e Grau de Instrução dos Chefes de Famílias
- 04 - Grau de instrução dos Chefes de Famílias por Classe de Renda
- 05 - Nível de renda por grau de Instrução dos Chefes de Famílias
- 06 - Renda Familiar Média e Despesas com Alimentação por Tipo de Ocupação
- 07 - Distribuição da Renda Familiar.

ANEXO I - QUADRO 01

ESCORES DO PRINCIPAL COMPONENTE: COLUNAS, AUTO-VETORES, LINHAS, OBSERVAÇÕES

NÚMERO DE ORDEM	ALIMENTO	HABITAÇÃO	MÉDICO	EDUCAÇÃO	CONDUIÇÃO	TAXA	RECREAÇÃO	VESTUÁRIO	PESSOAL	OUTROS
1	0.9842	-0.0942	-0.0946	-0.1138	-0.0069	-0.0154	-0.0029	-0.0137	-0.0032	-0.0005
2	0.0384	-0.3857	0.9154	-0.1057	-0.0112	-0.0041	-0.0085	-0.0163	-0.0021	-0.0083
3	0.0361	-0.0156	0.0325	0.2180	0.1323	0.1184	0.9186	0.2725	-0.0064	-0.0174
4	0.0445	-0.0272	0.0310	0.2660	0.0892	0.1011	-0.3551	0.8827	-0.0183	-0.0437
5	0.0655	-0.0156	0.0500	0.6168	-0.7591	-0.1449	0.0053	-0.0992	-0.0631	-0.0390
6	0.0496	-0.0174	0.0284	0.3298	0.1472	0.8766	-0.1348	-0.2740	-0.0654	0.0052
7	0.0167	0.0027	0.0193	0.1079	0.0057	-0.0096	-0.0111	0.0151	0.4785	0.8707
8	0.0638	-0.0229	0.0557	0.5823	0.6089	-0.4308	-0.1053	-0.2389	-0.1689	0.0123
9	0.0169	-0.0058	0.0048	0.1323	0.0752	-0.0203	-0.0252	-0.0529	0.8566	-0.4875
10	0.1230	0.9166	0.3797	-0.0125	0.0051	0.0050	-0.0041	0.0092	-0.0017	0.0116

ANEXO 1 - QUADRO 02

MATRIZ DE SIMILARIDADE

NÚMERO DE ORDEM	ALIMENTO	HABITAÇÃO	MÉDICO	EDUCAÇÃO	CONDUÇÃO	TAXA	RECREAÇÃO	VESTUÁRIO	PESSOAL	OUTROS
1	4.0010	0.1359	0.1411	0.1745	0.2534	0.1935	0.0646	0.2469	0.0663	0.4377
2	0.1359	0.4764	0.0180	0.0203	0.0252	0.0177	0.0087	0.0282	0.0039	0.0012
3	0.1411	0.0180	0.0725	0.0128	0.0202	0.0176	0.0059	0.0255	0.0058	0.0163
4	0.1745	0.0203	0.0128	0.0750	0.0268	0.0210	0.0081	0.0302	0.0069	0.0154
5	0.2534	0.0252	0.0202	0.0268	0.1395	0.0283	0.0141	0.0384	0.0122	0.0333
6	0.1935	0.0177	0.0176	0.0210	0.0283	0.0949	0.0082	0.0300	0.0104	0.0216
7	0.0646	0.0087	0.0059	0.0181	0.0141	0.0082	0.0216	0.0141	0.0048	0.0128
8	0.2469	0.0282	0.0255	0.0302	0.0384	0.0320	0.0141	0.1288	0.0202	0.0303
9	0.0663	0.0039	0.0058	0.0069	0.0122	0.0104	0.0048	0.0202	0.0249	0.0060
10	0.4377	0.0312	0.0163	0.0154	0.0330	0.0216	0.0128	0.0303	0.0060	0.5603

ANEXO I - QUADRO 03

AUTO VALORES E PERCENTAGEM NO TRACE

NÚMERO DE ORDEM	HABITAÇÃO	SAÚDE	EDUCAÇÃO
1	4.1189	73.6197	73.6197
2	0.5123	9.1565	82.7767
3	0.4680	8.3657	91.1419
4	0.1630	2.9126	94.0545
5	0.0977	1.7464	95.8009
6	0.0766	1.3684	97.1692
7	0.0612	1.0939	98.2630
8	0.0580	1.0366	99.2997
9	0.0215	0.3834	99.6831
10	0.0177	0.3169	100.0000

COLUNA 10 FIGEN-VALORES COLUNA 20 PERCENTAGEM DO TRACE

COLUNA 30 PERCENTAGEM ACUMULADA NO TRACE.

ANEXO I - QUADRO 4

**DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA E DESPESA MÉDIA COM
ALIMENTAÇÃO NOS CONJUNTOS X E Y**

RENDAS FAMILIAR MENOR OU IGUAL - A 8 S.M.

RENDA FAMILIAR	F X DE X + Y	Y - FREQ. DE X	FX - FREQ. DE X	ALIM-X MÉDIA COM ALIMENTAÇÃO DE X	ALIM-X DESP. MÉDIA COM ALIMENTAÇÃO DE X	ALIM-Y MÉDIA COM ALIMENTAÇÃO DE Y	DESVIO PA DRÃO DE ALIM-Y
1 - 1.700	406		375	1.186,24	400,23	1.453,90	350,38
1.700 - 3.400	1.089		935	1.925,78	605,65	1.990,50	441,99
3.400 - 5.100	1.319		1.027	2.890,09	759,46	2.975,67	744,45
5.100 - 6.800	930		693	3.927,56	1.556,56	3.858,45	833,37
6.800 - 8.500	787		534	4.670,53	1.238,78	4.608,96	1.243,73
TOTAL	4.531		3.564	2.926,23	1.487,22	3.413,68	1.304,75

CONJUNTO X: OUTRAS ATIVIDADES

CONJUNTO Y: COMERCIAL, NEGÓCIO PRÓPRIO, FORÇAS ARMADAS

ANEXO I - QUADRO 5

TAXAS DE VARIACAO - VALORES POR DECIL

		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
		D E C I S									
0001/0010	774E-03	221E-03	113E-03	822E-04	404E-04	460E-04	497E-04	214E-04	135E-04	133E-04	
0011/0020	675E-03	209E-03	170E-04	790E-04	506E-04	547E-04	266E-04	346E-04	209E-04	130E-04	
0021/0030	476E-03	259E-03	508E-04	745E-04	457E-04	435E-04	324E-04	401E-04	174E-04	176E-04	
0031/0040	660E-03	161E-03	993E-04	763E-04	511E-04	419E-04	427E-04	336E-04	274E-04	147E-04	
0041/0050	806E-03	260E-03	720E-04	752E-04	475E-04	314E-04	271E-04	292E-04	215E-04	171E-04	
0051/0060	540E-03	194E-03	826E-04	552E-04	504E-04	370E-04	310E-04	365E-04	325E-04	191E-04	
0061/0070	521E-03	179E-03	925E-04	772E-04	532E-04	412E-04	323E-04	313E-04	251E-04	160E-04	
0071/0080	424E-03	212E-03	881E-04	852E-04	515E-04	615E-04	309E-04	374E-04	235E-04	163E-04	
0081/0090	517E-03	195E-03	921E-04	770E-04	485E-04	406E-04	294E-04	301E-04	238E-04	146E-04	
0091/0100	277E-03	183E-03	821E-04	976E-04	682E-04	624E-04	230E-04	329E-04	237E-04	140E-04	
0101/0110	521E-03	277E-03	775E-04	670E-04	435E-04	513E-04	294E-04	423E-04	268E-04	136E-04	
0111/0120	294E-03	175E-03	745E-04	918E-04	532E-04	408E-04	346E-04	486E-04	304E-04	132E-04	
0121/0130	326E-03	179E-03	683E-04	610E-04	607E-04	310E-04	270E-04	319E-04	596E-04	134E-04	
0131/0140	332E-03	136E-03	925E-04	574E-04	614E-04	368E-04	531E-04	394E-04	311E-04	163E-04	
0141/0150	291E-03	277E-03	181E-03	837E-04	557E-04	390E-04	301E-04	323E-04	186E-04	146E-04	
0151/0160	362E-03	186E-03	808E-04	709E-04	726E-04	450E-04	476E-04	419E-04	311E-04	147E-04	
0161/0170	276E-03	148E-03	931E-04	590E-04	581E-04	369E-04	388E-04	199E-04	240E-04	137E-04	
0171/0180	412E-03	158E-03	982E-04	847E-04	606E-04	400E-04	297E-04	346E-04	322E-04	118E-04	
0181/0190	359E-03	243E-03	756E-04	970E-04	696E-04	485E-04	300E-04	285E-04	198E-04	127E-04	
0191/0200	328E-03	170E-03	763E-04	493E-04	553E-04	515E-04	412E-04	236E-04	194E-04	139E-04	
0201/0210	272E-03	138E-03	612E-04	790E-04	479E-04	348E-04	263E-04	174E-04	142E-04		

ANEXO I - QUADRO 5 (Continuação)

		DECIS									
		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
0211/0220	289E-03	169E-03	937E-04	599L-04	599E-04	403E-04	332E-04	281E-04	235E-04	169E-04	
0221/0230	294E-03	134L-03	706E-04	754E-04	904E-04	410E-04	477E-04	322E-04	160E-04	146E-04	
0231/0240	387E-04	105E-03	948E-04	455L-04	670E-04	381E-04	323E-04	246E-04	154E-04	126E-04	
0241/0250	291E-03	150E-03	931E-04	851L-04	109E-04	424E-04	592E-04	341E-04	162E-04	108E-04	
0251E-0260	235E-03	937E-03	849E-04	739E-04	571E-04	408E-04	419E-04	249E-04	193E-04	123E-04	
0261/0270	321E-03	151E-03	146E-03	412E-04	508E-04	339E-04	423E-04	205E-04	287E-04	404E-04	
0271/0280	402E-03	166E-03	775E-04	953L-04	933E-04	397E-04	386E-04	193E-04	176E-04	340E-04	
0281/0290	283E-03	127E-03	123E-04	640E-04	454E-04	394E-04	410E-04	232E-04	285E-04	124E-04	
0291/0300	336E-03	169E-03	645E-04	494E-04	643E-04	531E-04	635E-04	229E-04	277E-04	170E-04	
0301/0310	266E-03	165E-03	955E-04	460E-04	858E-04	455E-04	302E-04	329E-04	159E-04	154E-04	
0311/0320	239E-03	866E-04	917E-04	489E-04	638E-04	516E-04	620E-04	306E-04	162E-04	275E-04	
0321/0330	243E-03	120E-03	141E-04	655E-04	417E-04	479E-04	338E-04	242E-04	126E-04	160E-04	
0331/0340	309E-03	950E-04	829E-04	681E-04	465E-04	172E-04	266E-04	211E-04	171E-04	180E-04	
0341/0350	343E-03	218E-03	102E-04	852E-04	576E-04	653E-04	461E-04	221E-04	154E-04	135E-04	
0351/0360	249E-03	113E-03	984E-04	136E-04	521E-04	559E-04	362E-04	209E-04	258E-04	126E-04	
0361/0370	453E-03	100E-03	708E-04	529E-04	482E-04	425E-04	435E-04	220E-04	246E-04	144E-04	
0371/0380	280E-03	120E-03	825E-04	995E-04	335E-04	343E-04	435E-04	244E-04	233E-04	169E-04	
0381/0390	333E-03	124E-03	740E-04	535E-04	558E-04	301E-04	380E-04	274E-04	247E-04	124E-04	
0391/0400	293E-03	132E-03	952E-04	656E-04	424E-04	328E-04	298E-04	236E-04	185E-04	110E-04	
0401/0410	222E-03	119E-03	621E-04	659E-04	495E-04	353E-04	295E-04	309E-04	195E-04	206E-04	
0411/0420	335E-03	879E-04	119E-04	625E-04	680E-04	357E-04	270E-04	232E-04	160E-04	160E-04	

ANEXO I - QUADRO 5 (Continuação)

		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
		D E C I S									
0421/0430	258E+03	349E-03	502E-04	709E-04	502E-04	515E-04	318E-04	374E-04	135E-04	113E-04	
0431/0440	295E+03	108E-03	300L-04	631E-04	412E-04	457E-04	255E-04	243E-04	197E-04	107E-04	
0441/0450	205E+03	103E-03	807E-04	683L-04	409E-04	320L-04	390E-04	691E-04	172E-04	100E-04	
0451/0460	235E+03	156E-03	651E-03	650F-04	386L-04	374E-04	279E-04	195E-04	369E-04	101E-04	
0461/0470	267E+03	114E-03	874E-04	503C-04	449E-04	359L-04	386E-04	317E-04	162E-04	116E-04	
0471/0480	296E+03	890E-04	727E-04	523E-04	399F-04	349E-04	266F-04	372E-04	147E-04	185E-04	
0481/0490	152E+03	814E-04	676E-04	801E-04	476E-04	508E-04	286E-04	260E-04	165E-04	103E-04	
0491/0500	196E+03	972E-04	843E-04	461E-04	483E-04	366E-04	290E-04	210E-04	200E-04	108E-04	
0501/0510	316E+03	104E-03	626E-04	563E-04	385E-04	514E-04	406E-04	192E-04	191E-04	101E-04	
0511/0520	186E+03	730E-04	837E-04	644E-04	494E-04	297E-04	304E-04	231E-04	170E-04	972E-04	
0521/0530	189E+03	914E-04	135E-04	720E-04	488E-04	367E-04	293E-04	448E-04	153E-04	263E-04	
0531/0540	246E+03	100E-03	665E-04	501E-04	633E-04	292E-04	426E-04	202E-04	133E-04	838E-04	
0541/0550	135E+03	929E-04	533E-04	457E-04	411E-04	365E-04	275E-04	195E-04	272E-04	168E-04	
0551/0560	186E+03	960E-04	575E-04	587E-04	390E-04	413E-04	248E-04	204E-04	237E-04	103E-04	
0561/0570	204E+03	209E-03	732E-04	539E-04	490E-04	348E-04	336E-04	391E-04	154E-04	154E-04	
0571/0580	404E+03	104E-03	616E-04	696E-04	514E-04	227E-04	364E-04	319E-04	253E-04	113E-04	
0581/0590	250E+03	127E-04	746E-04	856E-04	514E-04	388E-04	328E-04	248E-04	170E-04	165E-04	
0591/0600	314E+03	101E-03	511E-04	539E-04	371E-04	501E-04	394E-04	189E-04	223E-04	236E-04	
0601/0610	217E+03	126E-03	779E-04	506E-04	455E-04	503E-04	341E-04	212E-04	159E-04	810E-04	
0611/0620	185E+03	922E-04	651E-04	513E-04	313E-04	334E-04	291E-04	160E-04	236E-04	769E-04	
0621/0630	323E+03	107E-03	561E-04	424E-04	340E-04	327E-04	172E-04	159E-04	159E-04	619E-04	

ANEXO I - QUADRO 5 (Continuação)

	D E C I S									
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
0631/0640	211E-03	917E-04	714E-04	457E-04	386E-04	445E-04	373E-04	250E-04	238E-04	109E-04
0641/0650	165E-03	864E-04	797E-04	483E-04	536E-04	341/-04	517E-04	279E-04	149E-04	792E-04
0651/0660	253E-03	830E-04	532E-04	385E-04	333E-04	306E-04	331E-04	459E-04	180E-04	571E-04
0661/0670	225E-04	994E-04	473E-04	392E-04	531E-04	281E-04	416E-04	258E-04	199E-04	785E-04
0671/0680	218E-03	115E-04	488E-04	419E-04	505E-04	357E-04	381E-04	199E-04	177E-04	574E-04
0681/0690	241E-03	134E-03	626E-04	367E-04	528E-04	342E-04	300E-04	217E-04	180E-04	745E-04
0691/0700	156E-03	146E-03	123E-04	476E-04	431E-04	365E-04	271E-04	204E-04	161E-04	432E-04
0701/0710	239E-03	826E-04	764E-04	480E-04	388E-04	282E-04	321E-04	571E-04	271E-04	676E-04
0711/0715	242E-03	990E-04	800E-04	410E-04	290E-04	252E-04	261E-04	132E-04	533E-04	
TOTAL	319E-03	144E-13	823E-04	651E-04	533E-04	430E-04	357E-04	289E-04	218E-04	136E-04

ANEXO I - QUADRO 6

ANÁLISE DE DEPENDÊNCIA
CORRELAÇÕES, COEFICIENTES (b) E CONTRIBUIÇÕES DIRETA E INDIRETA
 (UNIVERSO SUBCONSUMISTA)

1 -	$\rho_1 = (\text{DF}/\text{A}) = 0,885$	$b_1 = 0,406$	$d = 0,547$
	$\rho_2 = (\text{DF}/\text{SOD}) = 0,933$	$b_2 = 0,618$	$1-d = 0,453$
	$\rho = (\text{A}/\text{SOD}) = 0,666$		
2 -	$\rho_1 = (\text{DF}/\text{S}) = 0,511$	$b_1 = 0,019$	$d = 0,8514$
	$\rho_2 = (\text{DF}/\text{SOD}) = 0,933$	$b_2 = 0,922$	$1-d = 0,1486$
	$\rho = (\text{S}/\text{SOD}) = 0,533$		
3 -	$\rho_1 = (\text{DF}/\text{E}) = 0,619$	$b_1 = 0,101$	$d = 0,772$
	$\rho_2 = (\text{DF}/\text{SOD}) = 0,933$	$b_2 = 0,873$	$1-d = 0,228$
	$\rho = (\text{E}/\text{SOD}) = 0,593$		
4 -	$\rho_1 = (\text{DF}/\text{H}) = 0,497$	$b_1 = 0,604$	$d = 0,9406$
	$\rho_2 = (\text{DF}/\text{SOD}) = 0,993$	$b_2 = 0,968$	$1-d = 0,0594$
	$\rho = (\text{H}/\text{SOD}) = 0,576$		
5 -	$\rho_1 = (\text{DF}/\text{T}) = 0,669$	$b_1 = 0,089$	$d = 0,771$
	$\rho_2 = (\text{DF}/\text{SOD}) = 0,933$	$b_2 = 0,873$	$1-d = 0,229$
	$\rho = (\text{T}/\text{SOD}) = 0,663$		
6 -	$\rho_1 = (\text{DF}/\text{V}) = 0,688$	$b_1 = 0,139$	$d = 0,7284$
	$\rho_2 = (\text{DF}/\text{SOD}) = 0,933$	$b_2 = 0,843$	$1-d = 0,2716$
	$\rho = (\text{V}/\text{SOD}) = 0,651$		

CONVENÇÕES:

DF = Despesa Familiar

H = Habitação

SOD = SOD = Somatório de outras despesas

S = Saúde

E = Educação

A = Alimentação

V = Vestuário

T = Transporte

ANEXO II - QUADRO 01

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA

ETÁRIA E SEXO

FAIXA	MASCULINO			FEMININO		
	QUANT.	PERCENT.	QUANT.	PERCENT.	QUANT.	PERCENT.
00-05	3.457	14,39	3.457	14,39	3.378	12,88
05-10	3.116	12,97	6.573	27,36	3.046	11,61
10-15	3.221	13,41	9.794	40,77	3.355	12,79
15-20	3.172	13,21	12.966	53,98	3.278	12,50
20-25	2.343	9,76	15.309	63,74	2.605	9,93
25-30	1.631	6,79	16.940	70,53	2.010	7,66
30-35	1.226	5,10	18.164	75,63	1.426	5,43
35-40	1.132	4,71	19.296	80,34	1.478	5,63
40-45	893	3,72	20.189	84,06	1.129	4,30
45-50	932	3,68	21.121	87,94	1.182	4,51
50-55	823	3,43	21.946	91,37	960	3,66
55-60	736	3,06	22.680	94,43	836	3,19
60-65	514	2,14	23.194	96,57	555	2,12
65-70	374	1,56	23.568	98,13	448	1,71
70-75	218	0,91	23.786	99,04	249	0,95
75-80	144	0,60	23.933	99,64	176	0,67
MAIS DE 80	87	0,36	24.017	100,00	125	0,48
TOTAL	24.017	100,00	24.017	100,00	-	-
					26.234	100,00
					26.234	100,00

FONTE: Pesquisa sobre Fatores de Censo da População de Belo Horizonte em Maio (Anostra Preliminar), 1979 e FIBLAN.

ANEXO II - QUADRO 01 (continuação)

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA E SEXO

FAIXA	TOTAL		
	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	... PERCENTUAL	FREQUÊNCIA ACUMULADA
	QUANTIDADE	QUANTIDADE	PERCENTUAL
00-05	6.835	13,60	13,60
05-10	6.162	12,26	25,86
10-15	6.576	13,09	38,95
15-20	6.450	12,83	51,78
20-25	4.948	9,85	61,63
25-30	3.641	7,25	68,88
30-35	2.648	5,27	74,15
35-40	2.610	5,19	79,34
40-45	2.022	4,02	83,36
45-50	2.114	4,21	87,57
50-55	1.783	3,55	91,12
55-60	1.572	3,13	94,25
60-65	1.069	2,13	96,38
65-70	822	1,63	98,01
70-75	467	0,93	98,94
75-80	320	0,64	99,58
MAIS DE 80	212	0,42	100,00
TOTAL	50.251	100,00	100,00

ANEXO II - QUADRO 02

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR FAIXA
ETÁRIA E SEXO

FAIXA	MASCULINO			FEMININO		
	QUANT.	PERCENT.	QUANT.	PERCENT.	QUANT.	PERCENT.
15-20	3.172	24,62	3.172	24,62	3.278	22,00
20-25	2.343	18,18	5.515	42,90	2.605	17,48
25-30	1.631	12,66	7.146	55,46	2.010	13,49
30-35	1.224	9,50	8.370	64,96	1.424	9,55
35-40	1.132	8,78	9.502	73,74	1.478	9,92
40-45	893	6,93	10.395	80,67	1.129	7,58
45-50	932	7,23	11.327	87,90	1.182	7,93
50-55	823	6,39	12.150	94,29	960	6,44
55-60	736	5,71	12.886	100,00	836	5,61
					14.902	100,00

FONTE: Pesquisa sobre Padrão de Consumo da População de Baixa Renda de Maceió (Anos I e II Preliminar), 1977)

Fundação Instituto de Planejamento do Estado de Alagoas.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR FAIXA
ETÁRIA E SEXO

FAIXA	TÓTAL		FREQUÊNCIA ACUMULADA	ACUMULADA PERCENTUAL
	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	QUANTIDADE		
15-20	6.450	23,12	6.450	23,21
20-25	4.948	17,81	11.398	41,02
25-30	3.641	13,10	15.039	54,12
30-35	2.648	9,53	17.687	63,65
35-40	2.610	9,39	20.297	73,04
40-45	2.022	7,28	22.319	80,32
45-50	2.114	7,60	24.433	87,92
50-55	1.783	6,42	26.216	94,34
55-60	1.572	5,66	27.788	100,00

FONTE: Pesquisa sobre Padrão de Consumo da População de Baixa Renda em Maceió (Amostra Preliminar), 1979
Fundação Instituto de Planejamento do Estado de Alagoas.

ANEXO II - QUADRO 04

DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA POR FAIXAS ETÁRIAS E GRAU DE INSTRUÇÃO DOS CHEFES DE FAMÍLIA

GRAU DE INSTRUÇÃO	FAIXAS DE IDADE						PERCEN.	PERCEN.	PERCEN.	PERCEN.
	15 - 20 ANOS	20 - 25 ANOS	25 - 30 ANOS	30 - 40 ANOS	40 ANOS ou MAIS	FREQ.				
1 - ANALFABETO	14	29,93	50	11,05	99	10,50	344	15,18	1.568	26,51
2 - ALFABETIZADO	4	7,41	33	7,30	83	8,80	224	9,89	703	11,89
3 - PRIMÁRIO	20	37,04	134	29,65	276	29,27	721	31,82	2.245	37,96
4 - SECUNDÁRIO	15	27,78	195	43,14	375	39,77	666	29,39	1.014	17,15
5 - SUPERIOR	1	1,85	40	8,85	110	11,66	311	13,72	384	6,49
T O T A L	54	100,00	452	100,00	943	100,00	2.266	100,00	5.914	100,00

FONTE: Pesquisa sobre Padrão de Consenso da População de Baixa Renda em Maciço (Amostra Preliminar), 1979

Fundação Instituto de Planejamento do Estado de Alagoas.

ANEXO II - QUADRO 05

GRAU DE INSTRUÇÃO DO CHEFE DE FAMÍLIA POR CLASSE DE RENDA

CLASSE DE RENDA FAMILIAR - EM R.M. -	OMISSÃO		ANALFABETO		ALFABETIZADO		QUANTIDADE PRIMÁRIO
	QUANTIDADE	PERCENTUAL	QUANTIDADE	PERCENTUAL	QUANTIDADE	PERCENTUAL	
0 - 1	0	,00	26,0	12,49	65	6,19	107
1 - 2	0	,00	56,0	26,91	197	19,73	405
2 - 3	- 1	25,00	50,8	24,41	251	23,92	649
3 - 4	0	,00	28,4	13,64	157	14,96	329
4 - 5	0	,00	20,0	9,61	123	11,72	473
5 - 6	0	,00	11,3	5,43	88	8,38	347
6 - 7	0	,00	5,4	2,59	36	3,43	177
7 - 8	0	,00	3,6	1,72	41	3,90	176
8 - 10	0	,00	3,4	1,63	32	3,05	188
10 - 12	0	,00	1,4	,67	13	1,23	117
12 - 14	0	,00	6	,28	16	1,52	61
14 - 16	- 1	25,00	6	,28	4	,38	51
16 - 18	- 1	25,00	4	,19	3	,28	37
18 - 20	0	,00	0	,00	3	,28	21
20 - 22	0	,00	0	,00	4	,38	10
22 - 24	0	,00	0	,00	1	,09	16
24 - 26	0	,00	0	,00	0	,00	5
26 - 28	0	,00	0	,00	0	,00	8
28 - 30	0	,00	2	,09	1	,09	11
MAIS DE 30	- 1	25,00	0	,00	4	,38	16
TOTAL	4	100,00	2.081	100,00	1.049	100,00	3.404
TOTAL/TOTAL GERAL		,04		21,55		10,86	35,26

SALÁRIO MÍNIMO = 1.700

FONTE: Pesquisa sobre Padrão de Consumo da População de Baixa Renda em Maceió (Anostra Preliminar), 1979
Fundação Instituto de Planejamento do Estado de Alagoas.

ANEXO II - QUADRO 05 (continuação)

GRAU DE INSTRUÇÃO DO CHEFE DE FAMÍLIA POR CLASSE DE RENDA

CLASSE DE RENDA FAMILIAR - EM S. M. -	SECUNDÁRIO			SUPERIOR			TOTAL
	QUANTIDADE	PERCENTUAL	QUANTIDADE	PERCENTUAL	QUANTIDADE	PERCENTUAL	
0 - 1	11	4,8	0	0,0	443	4,58	
1 - 2	92	4,05	3	,35	1.267	13,12	
2 - 3	228	10,04	10	1,18	1.667	17,06	
3 - 4	259	11,41	12	1,41	1.241	12,85	
4 - 5	291	12,82	27	3,19	1.114	11,54	
5 - 6	231	10,18	44	5,20	823	8,52	
6 - 7	105	4,62	21	2,48	393	4,07	
7 - 8	185	8,15	41	4,84	479	4,96	
8 - 10	229	10,09	84	9,92	567	5,87	
10 - 12	171	7,53	65	7,68	380	3,93	
12 - 14	82	3,61	46	5,43	211	2,18	
14 - 16	83	3,65	76	8,38	221	2,28	
16 - 18	91	4,01	63	7,44	199	2,06	
18 - 20	43	1,89	45	5,31	112	1,16	
20 - 22	34	1,49	40	4,72	88	,91	
22 - 24	27	1,18	54	6,38	98	1,01	
24 - 26	18	,79	33	3,90	56	,58	
26 - 28	13	,57	22	2,60	43	,44	
28 - 30	11	,48	38	4,49	63	,65	
MAIS DE 30	65	2,86	122	14,42	208	2,15	
TOTAL	2.269	100,00	846	100,00	9.653	100,00	
TOTAL/TOTAL GERAL		23,50		8,76		100,00	

SALÁRIO MÍNIMO - 1.700

ANEXO II - QUADRO 06

NÍVEL DE RENDA POR GRAU DE INSTRUÇÃO DOS CHEFES
DE FAMÍLIA

GRAU DE INSTRUÇÃO	FREQUÊNCIA			PERCENTAGEM VALOR
	ABSOLUTO	PERCENTAGEM	ACUMULADO	
ANALFABETO	2.081	21,57	2.081	21,57 3.077,3
ALFABETIZADO	1.049	10,87	3.130	32,44 4.757,9
PRIMÁRIO	3.404	35,28	6.534	67,72 6.315,7
SECUNDÁRIO	2.269	23,51	8.803	91,23 12.067,2
SUPERIOR	846	8,76	9.649	100,00 27.241,1
TOTAL	9.649	100,00	9.653	100,00 8.635,8

FONTE: Pesquisa sobre Padrão de Consumo da População de Baixa Renda em Maceió (Amostra Preliminar), 1979

Fundação Instituto de Planejamento do Estado de Alagoas.

ANEXO 1 - QUADRO 7

RESULTADOS: CADEIAS DE MARKOV - MATRIZ DE
TRANSIÇÃO, VALORES DAS TAXAS E TESTE

VALORES MÉDIOS:

0,3773-03, 0,1533-03, 0,6842-04, 0,4375-04, 0,3499-04,
0,2676-04, 0,2027-04, 0,1744-04, 0,1715-04, 0,1239-04,
0,1097-04, 0,1481-04, 0,1404-04, 0,5135-05, 0,7670-05,
0,8995-05, 0,7203-05, 0,6456-05, 0,6818-05, 0,7812-05,
0,6233-05, 0,4295-05, 0,6523-05, 0,4608-05, 0,4893-05,
0,5627-05, 0,4083-05, 0,7525-05, 0,4272-05, 0,1244-05,
0,3719-05, 0,3688-05, 0,2916-05, 0,3684-05, 0,2666-05,

Incrementos nas Taxas:

Incremento (+) = 0

Incremento (-) = 1

Matriz referente às taxas médias:

	0	1
0	0,55	0,45
1	0,64	0,36

Teste χ^2 :

Hipótese $p = p^0$ é verdadeira

$\chi^2 = 2 \ln V = 0,032$, com 2 graus de liberdade e significância de 5%.

ANEXO II - QUADRO 07

RENDIMENTO FAMILIAR MÉDIA E DESPESA COM ALIMENTAÇÃO POR TIPO DE OCUPAÇÃO

O C U P A Ç Ã O	TIPO DE OCUPAÇÃO		FREQUÊNCIA TOTAL	PERCENTUAL	RENDIMENTO FAMILIAR MÉDIA	DESPESA COM ALIMENTOS
	1	2				
0 - INDUSTRIÁRIO	476	6,69	14.384,28	6.058,29		
1 - INDUSTRIAL	41	0,58	41.402,80	12.919,61		
2 - COMERCIÁRIO	535	7,52	8.897,46	4.546,14		
3 - COMERCIANTE	295	4,15	20.647,88	8.085,47		
4 - SERVIDOR PÚBLICO	1.498	21,06	14.054,07	6.222,75		
5 - FORÇAS ARMADAS	143	2,01	14.206,22	6.032,00		
6 - NEGÓCIO PRÓPRIO	1.148	16,14	13.295,07	6.024,64		
7 - PROFISSÃO LIBERAL	284	3,99	32.991,84	9.863,61		
8 - ATV. SOCIAL-SAÚDE, ETC	217	3,05	15.876,72	6.088,16		
9 - OUTRAS ATIVIDADES	2.476	34,81	7.425,58	4.183,20		
TOTAL	7.113	100,00	12.505,04	5.597,20		

FONTE: Pesquisa sobre Padrão de Consumo da População de Baixa Renda de Maceió (Amostra Preliminar), 1979
Fundação Instituto de Planejamento do Estado de Alagoas.

negócio, investimento que não se enquadra no conceito de investimento.

Fonte: baseada no levantamento feito no censo de 1970.

ANEXO II - QUADRO 08

3 - ONDE SE ENCONTRAM OS INVESTIMENTOS DE CAPITAL FIXO?

CLASSE DE RENDA (Salário Mínimo)	FREQ. N.º	FREQUÊNCIA POR CLASSE		NÚMERO DE PESSOAS	MÉDIA DE PESSOAS POR FAMÍLIA	RENDA MÉDIA	DESVIO PADRÃO DA RENDA
		FREQ.	PERCENT.				
ATÉ 1 DE 1 a 2	443 1.267	4,59 13,13	4,59 17,72	1.451 5.471	3,28 4,32	1.377,40 2.604,57	272,91 481,17
DE 2 a 3	1.647	17,06	34,78	8.168	4,96	4.336,26	515,13
DE 3 a 4	1.241	12,86	47,64	6.985	5,63	5.983,25	426,93
DE 4 a 5	1.114	11,54	59,18	6.128	5,50	7.627,68	493,49
DE 5 a 6	823	8,53	67,71	4.807	5,84	9.493,18	499,22
DE 6 a 7	393	4,07	71,78	2.420	6,16	11.025,83	433,92
DE 7 a 8	479	4,96	76,74	2.663	5,56	12.513,74	526,43
DE 8 a 10	567	5,87	82,61	3.118	5,50	15.267,68	973,19
DE 10 a 12	380	3,94	86,55	2.088	5,49	19.011,58	977,12
DE 12 a 14	211	2,19	88,74	1.180	5,59	21.929,01	894,48
DE 14 a 16	221	2,29	91,03	1.205	5,45	25.466,58	911,97
DE 16 a 20	311	3,22	94,25	1.603	5,15	30.387,77	1.764,44
MAIS DE 20	556	5,76	100,01	3.029	5,45	54.749,00	25.456,21
TOTAL	9.653	100,00	0,00	50.316	5,21	11.513,71	14.026,69

FONTE: Pesquisa sobre o padrão de consumo da população de baixa renda em Maceió (Amostra Preliminar), 1979.

Fundação Instituto de Planejamento do Estado de Alagoas.